

Marcelo Cardoso da Costa
André da Silva Rangel

A trajetória de Jorge Florêncio, um educador popular

*"Eu apenas queria
que você soubesse"*



LETRCAPITAL

Trabalho, superação, militância social e ética: estes pilares fazem parte da trajetória de Jorge Florêncio, da qual ele muito se orgulha. Como um morador da Baixada Fluminense, que teve que abandonar os estudos para virar pintor de paredes, conseguiu obter consciência de classe e se tornou uma liderança social e política, diante de todas as adversidades de se viver nesta região? Essa trajetória não foi somente fruto de um esforço pessoal, mas sim, de uma crença e de uma atuação no trabalho coletivo, fortalecido por valores de justiça social, de organização popular e de trabalho em grupo. De acordo com Norbert Elias (1994) “o indivíduo se faz por suas atividades e pelas condições que dispõe para realizá-las no contexto histórico e social em que existiu”. Mergulhando na trajetória de Jorge Florêncio, percebe-se como as pessoas universalizam a época histórica em que vivem. Esta biografia caminha nesta direção, ao resgatar, através de uma história de vida, as lutas, angústias, conquistas e desafios dos movimentos sociais da região da Baixada Fluminense.



JORGE FLORÊNCIO DE OLIVEIRA nasceu no município de Belford Roxo (RJ), em 30 de janeiro de 1954. É morador de São João de Meriti (RJ) e pai de três filhos. Foi pintor de parede e militante da juventude operária da Igreja Católica, quando então se tornou educador popular da ONG FASE. Tornou-se uma liderança dos movimentos sociais de bairros e do PT, partido pelo qual foi vereador de São João de Meriti e presidente local e regional do partido. Foi também secretário de governo do estado. Atualmente é presidente de honra da Casa da Cultura da Baixada.

MARCELO CARDOSO DA COSTA (à esquerda na foto) nasceu no Rio de Janeiro, em março de 1971, formou-se em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), é mestre em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ) e atualmente é professor de Sociologia do IFRJ.

ANDRÉ DA SILVA RANGEL (à direita na foto) nasceu no município de Duque de Caxias, em maio de 1976, formou-se em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), é mestre em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ) e atualmente é professor de Sociologia da rede FAETEC.

“Eu apenas queria que você soubesse”: Frase retirada do título da música “Eu apenas queria que você soubesse”, letra e música de Gonzaga Jr., faixa oito do disco “Série Identidade - Gonzaguinha” de 2002.

Marcelo Cardoso da Costa
André da Silva Rangel

A trajetória de Jorge Florêncio,
um educador popular

“Eu apenas queria que você soubesse”

LETRCAPITAL

Copyright © Marcelo Cardoso da Costa, André da Silva Rangel, 2014

*Esta obra não pode ser reproduzida total ou parcialmente sem
a autorização por escrito do editor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Luiz Guimarães

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Lívia Buxbaum

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C873t

Costa, Marcelo Cardoso da, 1971-

A trajetória de Jorge Florêncio, um educador popular / Marcelo Cardoso da
Costa, André da Silva Rangel. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2014.
158 p. : il. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-265-9

1. Florêncio, Jorge. 2. Educadores - Brasil - Biografia. I. Rangel, André da Silva.
II. Título. III. Movimentos sociais – Baixada Fluminense.

14-11392

CDD: 923.7

CDU: 929.37

16/04/2014 25/04/2014

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

*Dedico esta biografia à
minha família, em especial à minha esposa Rosa Maria,
aos meus filhos Vinicius, Letícia e Joana,
aos meus pais, Antônio Caetano (in memoriam) e
Cecília Maria, e ao meu sogro
Benedito Ribeiro e minha sogra Maria Rosa.
A todos vocês, um forte abraço.
Jorge Florêncio de Oliveira*

*A Renata, minha esposa, pela cumplicidade e
amor em todos os momentos, a Maria Fernanda,
minha mãe e Luiz Antônio, meu pai,
pela proteção e carinho por toda uma vida,
dedico este livro.*

André da Silva Rangel

*Dedico à minha esposa Andrea, pelo amor e
companheirismo, a minha mãe Maria Alice,
ao Jorge Florêncio, pela confiança depositada
e aos entrevistados para esta pesquisa,
um muito obrigado pela contribuição.*

Marcelo Cardoso da Costa

Sumário

Prefácio.....	11
Primeiras palavras	15
Recado	19
PARTE I - Formação da identidade social.....	23
Minha vida é tutano é osso	25
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá	39
PARTE II - A ação social: a consciência de classe.....	49
A gente quer é ser um cidadão	51
Mundo novo, vida nova	77
PARTE III - Ação política.....	93
E vamos à luta	95
Ser, fazer e acontecer	117
PARTE IV - Memórias de uma vida	139
Pequena memória para um tempo sem memória	141
Linha do tempo	152
Referências bibliográficas	156

Prefácio

O convite para escrever o prefácio deste livro significou, para mim, uma enorme satisfação.

Uma satisfação porque conheço Jorge Florêncio desde 1983, quando fui morar em São João de Meriti. Desde então, nos tornamos grandes amigos e partilhamos diversos momentos juntos, sejam estes de caráter sociopolítico ou familiar. Nesse sentido, registro o prazer de cultivar essa relação de amizade e solidariedade.

Uma satisfação, ainda, porque pude acompanhar grande parte da história narrada neste livro, ou seja, a trajetória do Jorge e a construção da sua liderança social e política. Partilhamos muitos aprendizados coletivamente. Seguramente, posso dizer que a convivência com o companheiro e amigo Jorge Florêncio foi decisiva na minha formação política e intelectual.

Este livro é uma construção conjunta, tendo contado com a colaboração de várias pessoas próximas de Jorge. Eu fui um dos que acompanhou esse processo, estando, a convite do biografado, presente em algumas das reuniões, onde procurei contribuir com minha experiência com o movimento popular da Baixada Fluminense, enquanto estudioso e militante do direito à cidade, e amigo de Jorge. Eis outra razão da minha satisfação, afinal, “sonho que se sonha junto é realidade”.

Por fim, uma satisfação porque é uma história que vale a pena ser contada, registrada, para se tornar semente de outras tantas histórias de luta e transformação social, para se tornar presente e futuro.

Ao narrar a trajetória de Jorge Florêncio, este livro registra as condições sociais e políticas que tornaram possível a emergência de uma liderança popular na periferia da metrópole fluminense.

Tinha tudo pra dar errado...

As condições adversas de educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento básico, emprego e renda nas quais o Jorge nasceu e cresceu apontavam para a provável reprodução de mais um

anônimo dominado pelas inúmeras redes clientelistas existentes na região. Mas não foi assim. Vários fatores permitiram uma inflexão neste percurso e a construção de novos caminhos, marcados pelo reconhecimento de si e dos outros, pela construção de novas identidades e projetos coletivos e pelo protagonismo social e político.

Ao longo da trajetória de vida de Jorge Florêncio, é possível conhecer um pouco da história recente da própria Baixada Fluminense, em especial da cidade de São João de Meriti, cenário onde acontecem os principais fatos narrados neste livro.

Em especial, vale destacar a importância desse registro como parte da memória do próprio processo de organização do movimento popular: a ABM – Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti e as demais federações de moradores dos municípios da Baixada Fluminense (MAB, em Nova Iguaçu; MUB, em Duque de Caxias; FEMAB, em Belford Roxo; e o Comitê Político de Saneamento Ambiental da Baixada Fluminense). Estas organizações se constituíram em novos sujeitos em cena e mudaram o enredo de várias histórias sociais e a trajetória pessoal de muitos moradores.

O enredo de várias histórias passou a ser outro porque a mobilização, a reivindicação e a luta pelo direito à cidade possibilitaram inúmeras conquistas concretas que ampliaram o acesso da população às melhores condições de vida e aos espaços de participação popular e democrática.

Ao mesmo tempo, a trajetória de muitas pessoas foi alterada porque, uma vez que estavam inseridas no movimento popular, abriram-se novas possibilidades de exercício dos seus direitos civis, sociais e políticos.

Em uma conjuntura marcada pela reconfiguração dos movimentos sociais, com o relativo enfraquecimento de algumas organizações tradicionais e o surgimento de novas redes, articulações e formas de luta, esse registro ganha ainda mais importância. Esta publicação possibilita uma reflexão sobre as condições que permitiram a emergência e o fortalecimento de um vigoroso movimento popular na periferia do Rio de Janeiro, e sobre as condições mais recentes que enfraqueceram ou transformaram este movimento em outras formas de ação.

Penso que um dos aspectos mais importantes da trajetória de vida do Jorge é exatamente sua capacidade de combinar a utopia por uma nova sociedade – a fé num novo mundo – com o compromisso com os processos de transformação das condições concretas de vida da população. Jorge alia uma rara sensibilidade para com o mundo da vida, o cotidiano das pessoas, a uma visão política alimentada por um projeto coletivo mais radical de transformação da sociedade, na perspectiva de uma cidade mais justa e democrática. É desse patamar que Jorge Florêncio pode ser considerado um intelectual orgânico, no sentido gramsciano da palavra, da luta pela reforma urbana no Brasil.

Aqui, uma breve digressão. O ideário da reforma urbana e do direito à cidade reconhece que a forma como a cidade se organiza, ou seja, a gestão e a própria dimensão física da cidade, deve estar subordinada a uma radical democracia, na qual a população possa efetivamente dizer em que cidade deseja morar e como esta deve funcionar. Portanto, um aspecto fundamental da reforma urbana é o direito de todos e todas de afirmarem que cidade desejam e, inclusive, o direito de destruir essa cidade – subordinada ao capital e aos interesses econômicos – e construir outra, para as pessoas, que seja expressão de uma nova sociedade, mais justa, mais solidária e mais humana.

A trajetória de Jorge Florêncio é um exemplo de luta e compromisso com o ideário da reforma urbana e do direito à cidade.

Para muitos, pode causar certo estranhamento ler um livro biográfico de uma pessoa ainda viva, em pleno vigor, ainda agente ativo dos acontecimentos contemporâneos. Penso, no entanto, que esse tipo de registro tem uma grande importância no resgate da memória coletiva, e na construção de narrativas que permitam resignificar e reinterpretar a história recente, além de construir novas possibilidades de ação coletiva no presente e no futuro.

Ao amigo Jorge Florêncio, um forte abraço.

Orlando Alves dos Santos Junior

Professor (IPPUR/UFRJ)

Primeiras palavras

*E*sta biografia surgiu como um desafio proposto por Jorge Florêncio aos pesquisadores Marcelo Cardoso e André Rangel: escrever um livro que, através da sua trajetória de vida, pudesse contribuir para se pensar a história dos movimentos sociais urbanos contemporâneos na Baixada Fluminense.

Este projeto nasceu de uma ideia antiga de Jorge, que fora, inicialmente, submetida a um jornalista que, infelizmente, veio a falecer, o que impediu a continuidade do trabalho.

Em 2011, Jorge fez um novo convite, dessa vez aos autores desta biografia, que iniciam um novo projeto de pesquisa.

Voltando um pouco nesta história, André e Marcelo conheceram Jorge em 2001, através de um trabalho de pesquisa e assessoria aos movimentos sociais, denominado de “Observatório Baixada”, que funcionou na sede da federação de associações de bairros de São João de Meriti (ABM) – parceria entre a UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano) e a ONG FASE. Esta convivência foi enriquecedora tanto para lideranças como Jorge, como para os pesquisadores André e Marcelo. Ao final do núcleo Observatório Baixada, restou mutuamente o respeito e a valorização profissional, gerando convites para a produção de alguns projetos, dentre estes a confecção deste livro.

A pergunta que deu partida ao trabalho foi: por que escrever uma biografia? E Jorge respondeu que a sua motivação consistia em elaborar uma espécie de registro de parte da história dos movimentos sociais da Baixada Fluminense e, além disso, que o resgate da sua trajetória de vida operária, de morador da Baixada Fluminense, ligado aos movimentos sociais, à Igreja e ao partido político pode contribuir para a formação de novos “militantes” populares e lideranças sociais, ajudando-os a entender e refletir sobre o surgimento, a trajetória e os desafios contemporâneos dos movimentos sociais nessa região.

Nas primeiras reflexões sobre esta trajetória de vida surgiram

algumas questões: como contar a história de um ex-operário da construção civil, morador da Baixada Fluminense, que se tornou educador de uma importante ONG, vereador de São João de Meriti, secretário estadual de desenvolvimento da Baixada Fluminense, e presidente estadual do Partido dos Trabalhadores? Outras questões se sucederam: como essa liderança popular foi formada? Quais foram as suas influências? Como se constituíram os universos sociais nos quais ele se inseriu? Como se constituiu o seu grupo político? Que ações foram desenvolvidas e que lutas foram travadas? Quais os resultados e aprendizados dessas lutas?

À medida que tentávamos responder os questionamentos iniciais, uma pergunta tornava-se recorrente: como começar a contar essa história? Toda pesquisa tem um ponto de partida, uma espécie de pontapé inicial. Neste sentido, nós, os autores, sociólogos por formação, buscamos, neste campo, trabalhos que inspirassem a construção de um método de pesquisa e narrativa.

O trabalho de Clifford Geertz (2006), intitulado “O saber local”, atendeu ao propósito de fornecer um método analítico de interpretação das experiências vividas pelos agentes sociais, aproximando sujeito e objeto. Este método permite entender o quanto que o biografado interpreta suas experiências e como este percebe o cotidiano onde está inserido. O trabalho interpretativo é feito através da análise dos discursos do biografado.

Outro importante referencial inspirador foi o método socio-biográfico desenvolvido por Norbert Elias (1995) no trabalho “*Mozart: sociologia de um gênio*”. O método biográfico utilizado por este autor busca compreender o que expressa uma trajetória biográfica específica sobre o momento histórico, cultural, político e social. Elias analisa a relação entre o indivíduo e a sociedade, destacando que o indivíduo se constrói a partir de suas escolhas, das atividades que desempenha e das condições que dispõe para realizá-las em determinado contexto social e histórico.

Escolhido o método de pesquisa, desenvolveu-se o planejamento. Primeiramente, foi feita uma seleção de todo o material relacionado às fontes secundárias, tais como: fotos e imagens, documentos oficiais, jornais, revistas, e leituras biográficas e históricas

sobre os movimentos sociais da região da Baixada Fluminense. Num segundo momento, foram realizadas entrevistas com personalidades relacionadas à trajetória social de Jorge Florêncio. As entrevistas semi-estruturadas tiveram a duração de cerca de uma hora cada. Ouvir os relatos orais das pessoas que, espontaneamente, relembrou histórias, contos e “causos” de Jorge Florêncio e da organização dos movimentos sociais ajudou a compor e a entender melhor quem de fato é o personagem dessa história e qual foi a sua trajetória social.

Por fim, fizemos entrevistas com o protagonista desta história e o deixamos descrever livremente sua trajetória. Em relação ao texto, os autores acataram a sugestão do professor Orlando Junior (IPPUR/UFRJ), amigo de longa data do biografado, que propôs a narrativa em primeira pessoa, com o propósito de construir uma linguagem objetiva, pessoal e direta entre estes dois interlocutores: biografado e leitor. Neste sentido, o planejamento e a produção de todo o texto, feitos pelos autores deste livro, transpôs em palavras o que Jorge Florêncio expressou nas entrevistas realizadas. Essa organização também se preocupou em dar à narrativa um tom informal, e em deixar claro que se trata de um recado de Jorge Florêncio, o que explica a linguagem coloquial e a escolha do título “Eu apenas queria que você soubesse”.

A construção das caixas de diálogos (boxes) reproduziu alguns depoimentos de outros militantes que interagiram com nosso biografado, análises de outros autores e textos que contextualizavam os acontecimentos da trajetória de vida de Jorge e dos movimentos sociais. Ao final da obra, o leitor encontra uma entrevista com Jorge, com perguntas formuladas pelos autores. Por último, uma linha do tempo que lista acontecimentos gerais, em âmbito nacional e regional, e episódios da trajetória do personagem deste livro.

Durante a pesquisa, a trajetória de Jorge Florêncio revelou que este personagem é um sujeito coletivo, que atua em função dos interesses do grupo a que pertence. A trajetória dele revelou ainda uma forte interdependência com a de outros sujeitos envolvidos com o movimento popular local.

No desenvolvimento dos capítulos fizemos um histórico socio-

político sobre o contexto internacional, brasileiro e da Baixada Fluminense, desde a década de 50, época do nascimento de nosso personagem, até a década atual. A fonte de inspiração para os títulos do livro e dos capítulos veio da obra de Luiz Gonzaga Júnior (Gonzaguinha), por este ser um dos artistas que souberam retratar, em suas letras de música, a luta pela redemocratização brasileira e o direito à cidadania.

O objetivo aqui, portanto, foi produzir uma reflexão que buscasse entender as condições sociais nas quais a trajetória social e política de Jorge Florêncio foram construídas e, ao mesmo tempo, fazer uma leitura sobre a história e as lutas dos movimentos sociais e políticos pela promoção da cidadania. Nesse sentido, esperamos, tal como o biografado, contribuir para a memória social e histórica da Baixada Fluminense e para a formação de novas lideranças populares.

André Rangel e Marcelo Cardoso

Recado



Jorge Florêncio num evento da semana do meio ambiente em São João de Meriti.

No auge dos meus sessenta anos, depois destes anos todos que vivi, eu fiquei refletindo sobre a minha trajetória social e percebi que tinha uma boa contribuição a dar na questão da memória coletiva dos movimentos sociais da região da Baixada Fluminense. Neste sentido, acredito que esta biografia terá um duplo papel a desempenhar: contribuir para a formação de novas lideranças e fortalecer a história dos movimentos sociais na região. Além disso, uma biografia como esta não somente conta a minha trajetória, mas também retrata a memória urbana e social dos movimentos populares e da Baixada Fluminense.

Penso que todo este tempo em que eu vivi aqui na Baixada, militando no movimento social, presenciei as dificuldades dos moradores no que se refere à pobreza, à violência, à falta de direitos de cidadania e de acesso ao serviço público de qualidade. Eu passei por tudo isso também, mas nunca aceitei essa situação. Lutei para

reverter a minha situação de pobreza e também para que houvesse uma melhora das condições sociais de uma maneira geral.

Fui operário da construção civil, líder pastoral, liderança comunitária, técnico educacional de uma ONG importante, referência partidária, secretário de estado, vereador e presidente estadual do Partido dos Trabalhadores. Isso tudo vivenciando e sofrendo os problemas da Baixada Fluminense. Isso não é mole. A história a ser contada nesta biografia não é apenas uma história de vida pessoal, mas sim, uma história surgida na coletividade e sustentada até hoje por esta. Se hoje sou o que sou, devo a um grupo político e social que pensa uma cidade mais democrática e inclusiva a todos. Este grupo que se formou sempre se reencontra e se reconhece na luta por mudanças da qualidade de vida, na luta de classes e na garantia de uma cidade mais justa e feliz para as pessoas. Conseguimos muita coisa através da base da organização popular, nas manifestações e na disputa política por investimentos de melhorias para a região.

É engraçado isso tudo, pois, ao voltar atrás e rever nossa trajetória, percebemos os importantes momentos de vitórias e de engajamento. Neste sentido, o resgate dessas histórias pode dar uma boa contribuição às novas lideranças que estão surgindo, principalmente os jovens que não vivenciaram este momento anterior, não conhecem a história, ou melhor, o histórico da luta dos movimentos sociais na região, mas têm em nós uma referência de luta. Mesmo as pessoas que estão na luta social têm dificuldade de perceber esse histórico de lutas. A gente às vezes acha que todo mundo que entrou na luta já tem um conhecimento desse processo histórico, mas a realidade não é essa.

Acredito que seja difícil para as pessoas buscar referência pela questão histórica, pois a Baixada Fluminense, por muito tempo, foi marcada pela baixa escolaridade e pela falta de acesso à escola pública de qualidade, o que corrobora com a falta de leitura. Diante disso, as pessoas passam a ter outras leituras, de modo que o conhecimento sobre o processo histórico torna-se restrito. Nesse sentido, trazer um pouco da história dos movimentos sociais, o contexto político e social vivenciado, o papel político do Partido

dos Trabalhadores e o papel social dos representantes progressistas da Igreja Católica é resgatar uma importante contribuição que estas entidades deram à luta do movimento popular na região.

Por fim, gostaria de mencionar aqui algumas instituições que colaboraram para a formação e atuação de militantes sociais e principalmente os quadros de lideranças que compuseram o movimento popular em São João de Meriti. Gostaria de citar a Igreja Católica que no final dos anos de 1970 formou um núcleo de lideranças como: padre Agostinho preto, padre Adelar David, padre Jaime Meagle, Ernane Coelho, Maria Adelaide, Antônio Sena e Rosa Maria. Ao longo dos anos 80, outras lideranças se incorporaram, como Márcio Azevedo, Sérgio Bonatto, Luis Zanneti, Orlando Junior.

Na década de 1980, a ABM (Amigos de Bairro de Meriti) foi a grande formadora de quadros, tais como: Maria José (Lia), Uri Gomes, Fernando Campos, Antônio Constantino, Ronaldo Braga, Maria dos Santos (Cota), Valdenice Pimentel (Nice), Gênesis Pereira, Angélica de Jesus Santos, Delmar José, Alfredo Marangoni, Nelson Oliveira (Nelsinho). Alguns nomes foram decisivos na assessoria a ABM, especialmente: a doutora Maria Kátia (que foi presidente municipal do PT), a doutora Roseli Monteiro, Maria Lidia, Mariluci Venancio, Luiz Cesar Ribeiro, Luciana Lago, Aduino Cardoso, Jorge Saavedra Durão, Cunha Bocaiúva, Maria Emília, Helio Porto, Tatiane Dahmer, Mauro Santos, Paulo Eduardo, Regina Macedo e Wilson Peixoto.

Já nos anos de 1990, a Casa da Cultura contribuiu com a formação de uma nova geração de militantes, entre eles: Diestéfano Sant’Anna, Margareth Veiga, Vinicius Ribeiro, Letícia Ribeiro, Joana Ribeiro, Beatriz Rezende (Bia), Mônica Ponte, Ronaldo Cescone e Leila Regina.

Portanto, eu penso que esta biografia serve para que as pessoas possam se olhar e se reconhecerem na luta. Olhar para trás e perceber nossas conquistas e equívocos, e que este movimento carrega um histórico importante de busca por direitos de cidadania e pela preocupação em formar sujeitos coletivos conscientes dos seus direitos.

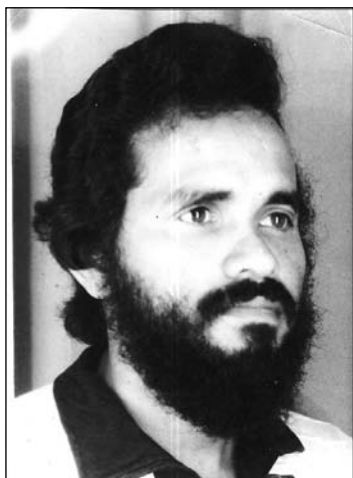
Jorge Florêncio de Oliveira

PARTE I

Formação da identidade social



*Jorge Florêncio com Padre Adelar –
reunião na ABM, década de 80.*



Fotos da família de Jorge Florêncio em diversos momentos.

Minha vida é tutano é osso¹

“A primeira coisa que eu lembro, toda vez que alguém me pergunta da minha infância, é exatamente o fato de eu não ter tido infância. É muito difícil, não só no Nordeste, mas em qualquer lugar do país ou do mundo, uma criança pobre ou muito pobre se lembrar da sua infância. Principalmente porque nós nos lembramos com mais facilidade das coisas boas e não das coisas ruins que acontecem com a gente”.

(Luis Inácio Lula da Silva (Lula) em entrevista a Denise Paraná em 1993).

Origem humilde

Eu nasci em 30 de janeiro de 1954, no bairro de Areia Branca, Belford Roxo, no número 84 da rua João Moreira da Rocha. Meu pai chamava-se Antônio Caetano de Oliveira, minha mãe, Cecília Maria dos Santos Oliveira. Meu nome é Jorge Florêncio de Oliveira. Quando nasci, meu pai resolveu homenagear meu avô, me batizando com o seu nome, Florêncio. Eu era o filho mais velho, o primogênito, e por isso meu pai fez esta homenagem.

Minha história talvez seja semelhante à de várias pessoas espalhadas pela região metropolitana das grandes cidades, sou filho de migrantes regionais. Meu pai era nordestino, nasceu no Ceará, na cidade de Santa Quitéria, em 1927. Veio para o Rio de Janeiro em 1949, num caminhão pau de arara. Como a maioria dos migrantes nordestinos, veio para o Rio atrás de trabalho e de melhores condições de vida. Quando chegou aqui, passou por muitas dificuldades, foi porteiro de edifício e depois se tornou pintor de paredes. Nesse período, conheceu minha mãe, de família grande como a dele; minha mãe era de origem mineira.

¹ Trecho da música “Recado”, letra e música de Gonzaga Jr, faixa sete do disco “Recado” de 1978.

Meu pai vinha de uma cultura machista. Ainda me recordo, com tristeza, das agressões físicas que meu pai submetia a minha mãe, da dependência química que tinha ao álcool. Seu Antônio tinha muitos defeitos, mas penso que tinha uma grande virtude: ele se sentia responsável pela família, responsável em colocar a “comida dentro de casa”, em prover o sustento da família.

ANOS DE 1950: ANOS DOURADOS: a história deste protagonista se inicia na década de 1950, quando nasceu na cidade de Belford Roxo. Essa época foi popularmente conhecida como “Anos Dourados”, representando a transição de um período de guerras mundiais da primeira metade do século XX para um período de revoluções comportamentais e tecnológicas da segunda metade do século. A percepção otimista dessa década talvez se dê pelo fato de que o mundo acabara de sair dos horrores e dos racionamentos impostos pela Segunda Guerra Mundial. Foi nessa década também que começaram as transmissões de televisão e a chamada “idade do ouro” do cinema, favorecendo a moda e o consumismo mundial. Pode-se associar ainda a esta década importantes descobertas científicas e o surgimento de um estilo musical que iria influenciar as novas gerações: o *rock and roll*.

Longe desse otimismo dos “Anos Dourados”, as favelas e os subúrbios cariocas, bem como a região da Baixada Fluminense, representavam a falta de investimentos públicos e a existência da fome, violência e desigualdade no acesso aos serviços públicos.

O velho era um aventureiro, “uma vez vendeu a bicicleta e comprou um cavalo”. Minha mãe não gostou nada do que ele fez. Lembro também que certa vez meu pai se arriscou no sonho de melhorar as condições econômicas da família, largou tudo e foi trabalhar na construção de Brasília. Meu pai ficou nesta cidade movido pelo sonho de ganhar dinheiro e mandar para família. No entanto, quando voltou para casa, trouxe uma mala, um queijo e várias dívidas.

Minha infância foi marcada pela pobreza. Minha mãe era doméstica, meu pai era o chefe de uma família que teve sete filhos; ele trabalhava como pintor de parede, não tinha emprego certo,

vivia de “biscate”. A minha família era dependente dos familiares que tinham um pouco mais de recursos.

A EXPLOÇÃO DOS LOTEAMENTOS: A Baixada Fluminense, desde meados da década de 40, sofreu diversas transformações, especialmente de ordem econômica e social. O município de Nova Iguaçu, intenso produtor citrícola, perdeu uma parte considerável de sua área municipal devido à emancipação dos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. Consequentemente, ocorreu uma grave crise no setor da produção de laranja, que provocou o colapso desta atividade agrícola, sendo gradualmente abandonada. Tais fazendas e chácaras sofreram um intenso processo de loteamento. Segundo Enne, 2004: “Os baixos preços dos lotes atraíram muitos migrantes das mais diversas partes do país, especialmente do Nordeste, que se instalaram na região e procuraram emprego no crescente setor industrial que se formava na Capital. Estavam se configurando as expansões da região metropolitana do município do Rio de Janeiro, conforme demonstrou Maurício de Abreu, o que caracterizou os municípios da região como “cidades-dormitório”, em que seus moradores faziam, diariamente, um movimento pendular entre o trabalho na cidade do Rio de Janeiro e seus locais de residência, aonde iam somente para dormir”.

Eu me lembro de dois episódios marcantes na minha infância. O primeiro foi a mudança de domicílio da minha família, de Areia Branca, em Belford Roxo, para a Praça da Bandeira, em São João de Meriti. O segundo foi o abandono dos meus estudos.

Meu pai tinha um sonho de comprar um terreno com espaço para o plantio de uma horta, por isso, ele vendeu a casa em Belford Roxo e comprou um terreno maior na Praça da Bandeira, em São João de Meriti.

Nossa mudança aconteceu no dia 08 de setembro de 1963. Minha mãe nos contava que a mudança aconteceu por teimosia do meu pai, pois representou “um passo para trás” em termos das condições materiais nas quais vivíamos. As condições de infraestrutura no novo domicílio eram piores comparadas ao antigo, onde tínhamos acesso à luz e à água. O terreno da nossa nova casa era baixo e sofríamos com enchentes constantes. A casa

era pequena, não tinha acesso regular à luz e à água, além disso, o transporte público também era deficiente.

DESORDEM URBANA: O intenso loteamento na Baixada Fluminense foi desordenado, pois a infraestrutura não acompanhou o crescimento populacional, o que acarretou problemas urbanos e sociais que persistem até hoje, como, por exemplo, a questão do saneamento básico, o abastecimento de água, o sistema de transporte e a coleta de lixo. Além disso, o intenso loteamento deflagrou as lutas pela terra, que foram marcadas por ações violentas e conflitos diversos, principalmente entre os “moradores antigos” e “o pessoal de fora”. Os primeiros moradores responsabilizavam os novos moradores pela piora da qualidade de vida. Esse fato, ainda segundo Enche (2004), “marca o início de uma representação associativa entre a Baixada Fluminense e as imagens da violência e da ausência de um poder legal exercido por direito”.

Penso que meu pai não tinha muita consciência, pois trocou um terreno num bairro que estava se urbanizando por outro que não tinha nada, nenhuma infraestrutura urbana. Adquiriu o terreno do dono do armazém onde ele comprava fiado. A compra do terreno favoreceu este senhor que fez patrimônio a partir deste negócio.

A adaptação de nossa família à nova moradia foi sacrificada, foi um período de muita luta e sofrimento. Perdemos o contato com amigos e vizinhos com os quais tínhamos um vínculo solidário, onde nos sentíamos protegidos e fomos morar num bairro onde não conhecíamos ninguém. Na nova residência, enfrentamos duas grandes enchentes: a primeira em 1967 e, na sequência, outra em 68. Nossa casa ficou toda coberta de água, perdemos o pouco que possuíamos. Vivíamos com dificuldades numa casa pequena de três cômodos (quarto, sala, cozinha), numa família de nove pessoas. Essa realidade de dificuldades e luta era comum em nossa comunidade.

Fiz meu Ensino Fundamental no antigo “artigo 99”²; era uma modalidade de aceleração de estudos da época e fiquei retido no

² Artigo que fazia parte da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de 1961 e que dizia o seguinte: “Art. 99. Aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginasial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem observância do regime escolar. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 709, 1969 e revogado pela Lei nº 5.692, de 1971)”.

segundo ano, não avancei mais. Na escola, me identificava com as atividades recreativas, como jogar bola, ou as culturais, como dança de quadrilha. Entre os doze e treze anos, comecei a tocar violão. Eu não era um jovem que ficava isolado, eu interagia coletivamente na comunidade. Na minha vida escolar, alternava meu comportamento. Em alguns momentos eu era expansivo, principalmente nos momentos de atividades coletivas, como as danças ou esporte. Noutros, era muito sério, tímido e reservado, sobretudo, quando tinha que sentar na cadeira e executar as tarefas educacionais.

Como mencionei acima, o abandono dos estudos foi um dos episódios mais marcantes da minha infância. A saída da escola mexeu muito com minha vida. Se eu pudesse voltar atrás, não pararia de estudar. No entanto, hoje sei que, naquele momento, eu não tinha escolha. Não parei de estudar de maneira objetiva, tentei voltar algumas vezes, mas não conseguia conciliar a escola com meu trabalho e com as atividades da Igreja.

TRAJETÓRIA ESCOLAR: A família de Jorge mudou de residência em 1963, ele tinha apenas nove anos de idade. A mudança de domicílio expôs o núcleo familiar a uma situação de vulnerabilidade social, o que contribuiu para que Jorge, o filho mais velho de uma família de sete irmãos, rompesse, progressivamente, seus laços com a escola. Jorge teve que trabalhar para ajudar na subsistência da família.

A trajetória escolar de Jorge começou atrasada e prosseguiu intermitente: não foi contínua, sofreu várias interrupções, o que não possibilitou a construção de laços e vínculos fortes com a escola. Por mais que admirasse a formação pelos estudos, enfrentava muitas dificuldades. Das vezes que tentou voltar a estudar, tinha sempre que conciliar o trabalho com a escola. Tarefa difícil, pois chegava cansado do trabalho, o que comprometia o seu rendimento na escola. A concomitância entre a escola e o trabalho prejudicou o seu desempenho escolar. Entrou na classe de aceleração porque enfrentava o problema da retenção. Apresentava muita dificuldade com conhecimentos como matemática e física. A jornada de trabalho elevada comprometia as horas de repouso, o tempo de deslocamento no trânsito para o trabalho também era elevado, o que comprometia as horas de estudo e gerava grande desgaste físico. O rompimento com a escola foi gradual. Se a progressão escolar era

um sonho pessoal, a realidade impôs dificuldades materiais à família, o que forçou Jorge, de maneira precoce, a abdicar de sua infância e progressão na formação escolar para se inserir no mundo do trabalho. Numa etapa da vida na qual deveria se dedicar integralmente à escola, ele assumiu uma atividade profissional que lhe colocou muitas restrições. Nessa realidade dura, o convívio com a Igreja possibilitava a inserção numa rede de sociabilidade comunitária.

Meus pais tinham uma cultura forte de compromisso com a família. Eles passaram por muitas dificuldades para que os filhos sobrevivessem, dificuldades impostas pela pobreza. No entanto, respondiam com uma conduta de proteção aos filhos. Desde criança aprendi estes valores: quando recebia um salário, dividia com minha mãe; tinha um compromisso muito forte com a sobrevivência da família desde pequeno. Quando comecei a trabalhar, não gastava o salário com coisas pessoais, dividia com minha família. Até os 18 anos, tive a presença forte da família na minha vida. Foi quando comecei a me tornar mais independente, passando a me identificar e me dedicar mais à Igreja Católica, com a rede social comunitária de amigos que formei. Gradualmente, passei a me envolver mais com a comunidade católica, me distanciando um pouco da família e trilhando um caminho independente.

Quando eu me lembro do convívio familiar, a primeira memória que eu tenho é da rigidez dos meus pais no trato com os filhos. Meus pais tinham um controle rigoroso sobre nós, ensinavam um código de ética baseado na honestidade, honra e solidariedade, e com o compromisso de ajudar a todos. Eles eram disciplinadores, não permitiam que seus filhos pegassem qualquer objeto que fosse de outras crianças, por menor valor que tivesse, também condenavam o uso de palavras de baixo calão. Meu pai, apesar de ser dependente químico, não permitia que nenhum filho tomasse bebidas alcoólicas. Este sofrimento dele, imposto pelo alcoolismo, não comprometeu o exercício de suas funções paternas e, por outro lado, despertou em mim uma rejeição completa ao álcool.

Comecei a trabalhar aos 14 anos, numa fábrica de confecção de bolsas no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro.

Entre os meus 14 e 18 anos, alternei entre trabalhos em fábricas e na construção civil. Mais tarde, aprendi o ofício de pintor. Recordo-me quando ficava às 5 h da manhã em pé esperando no “ponto da Central do Brasil”, locais onde os trabalhadores manuais, como eu, aguardavam convocação para a realização de sua diária de trabalho. Passavam os empreiteiros, que eram denominados “gatos”. Eles arregimentavam pessoas para trabalharem nos apartamentos em Copacabana, Leblon, etc. No começo, eu ia com meu pai para ajudá-lo. Com o tempo, passei a trabalhar sozinho no ofício de pintor, entre meus 18 e 25 anos de idade.

Comecei a participar da comunidade católica muito cedo. A Igreja, neste período, era um referencial muito forte na minha vida sob o ponto de vista espiritual. Tempos depois, com 14 anos, passo a ter pela Igreja uma referência comunitária, trabalhava durante a semana e preenchia minhas noites e fins de semana com a participação na Igreja. O meu convívio comunitário começou na Igreja Católica de Coelho da Rocha, liderada pelo padre José Titone, e em Agostinho Porto, com o monsenhor Giuseppe Boggiani. Anos mais tarde, ingresso na comunidade da igreja da Praça da Bandeira, com o frei Luiz Gonzaga. Fui coordenador de pequenos grupos jovens durante um longo período, até a formação de um dos maiores grupos da região, o grupo jovem denominado “Procurando Amor”, pertencente à comunidade de Vilar dos Teles.

Nesse período da minha vida, minha participação era em grupos que seguiam uma linha de ação conservadora, mais voltada para o trabalho espiritual, ainda que o contexto político fosse marcado pelo regime político da ditadura militar. Reconheço nesta fase da minha participação nas comunidades católicas a contribuição destas experiências e destes valores na minha personalidade, sobretudo na formação de minha disciplina, no desenvolvimento da minha capacidade de organização, de domínio de grupo, de fala em público, na afirmação do meu papel de liderança, do aprendizado de técnicas de dinâmica de grupo e de método de trabalho coletivo.

Constituição de família: namoro e casamento

Conheci Rosa Maria numa feira da comunidade católica. Ela era uma das coordenadoras da igreja católica da Vila São João. Ela foi a mulher por quem eu me apaixonei, tendo sido e continuando a ser importante em minha vida. Casamos no ano de 1981.

Nossa história amorosa não foi fácil; os pais da Rosa tinham valores muito conservadores, como os meus pais. Eles sonhavam com um genro que tivesse emprego garantido, com condições financeiras estáveis. Eram expectativas compreensíveis e positivas, mas que estavam incompatíveis com minha situação econômica naquele período. Por conta desse conflito de interesses, ocorreu uma grande resistência deles ao nosso namoro. Esta resistência nos separou por um período, o que me deixou com uma mágoa momentânea pela rejeição, o que foi superado ao longo dos anos de nossa convivência. Depois conseguimos voltar a namorar. Pela insistência, conseguimos nos casar e, gradativamente, todos estes conflitos familiares foram superados. Hoje, os pais de Rosa me aceitam como um filho. Confesso que agora consigo entender perfeitamente a posição dos meus sogros naquela época. O nosso namoro era de acordo com os valores tradicionais: quando ia à casa dela, ficava na varanda, tínhamos hora para sair e para chegar. Não tínhamos liberdade para sairmos sozinhos para passear, era outra época, com outros valores.

Ser companheira de um militante político é muito difícil, devido a inúmeras reuniões partidárias, articulações e compromissos políticos diversos e ausência familiar. Neste sentido, a Rosa tem muita paciência para entender tudo isso. Ela é muito generosa comigo.

Sinto-me realizado pela família que formei, mas não foi fácil, principalmente conjugar a criação dos meus filhos com a militância política. A vida familiar foi abalada nos primeiros anos de matrimônio por uma tragédia: o trauma do falecimento do nosso primeiro filho, horas depois do nascimento. Eu, ainda abalado pelo trauma, tive que registrar o menino no cartório para poder emitir a certidão de óbito.

Esta perda abalou nossa vida conjugal. Esse período foi muito duro. Nosso filho morreu no dia de Natal, quando o elevador em que estávamos, despencou. Este fato precipitou o parto, fazendo a criança nascer com seis meses e não conseguir resistir.

Nosso filho receberia o nome de Hélder, em homenagem ao bispo Dom Hélder Câmara, importante liderança progressista católica. Nesta época, eu já tinha uma consciência política, o que me motivou a fazer essa homenagem.

Aprendi com meus pais que nos momentos difíceis não adianta se lamentar, o importante é agir de forma prática e objetiva, dar soluções aos problemas. Naquele contexto de sofrimento, alguém deveria ser prático; chamei toda a responsabilidade do enterro para mim, tomei todas as providências.

Certa vez, minha mãe estava passando mal, não pensei duas vezes, peguei um taxi e fomos ao hospital Getúlio Vargas. Chegando lá o taxista queria me bater, porque não tinha dinheiro para lhe pagar. Foi uma confusão na hora, depois tudo foi resolvido. Carrego comigo esta praticidade que aprendi com meus pais. Aprendi a tomar decisões, a ter atitude, nunca tive medo.

A firmeza nas decisões sempre foi uma característica predominante na minha personalidade. Quando decidi que era a hora de me casar, não pensei duas vezes, pedi demissão da empresa em que trabalhava, peguei o dinheiro da indenização e apliquei todo na construção de uma casa para nós dois. Construí uma casa simples com quarto, sala, cozinha e banheiro, no terreno da casa dos meus pais, para não ficar em situação de dependência de aluguel. Eu sabia que minha situação profissional era instável, pois o desemprego era frequente, por isso buscava evitar possíveis situações de dependência. Anos depois, dobrei o tamanho do imóvel.

Outra característica pessoal predominante na minha personalidade é a conduta arrojada, combinada a uma grande prudência. Fiz escolhas ao longo de minha trajetória assumindo os riscos impostos por estas, não me acovardei diante do medo nem corria riscos de forma imprudente. Eu acho que a vida foi generosa comigo, pois todas as vezes em que eu me arrisquei e larguei tudo

para fazer outra coisa, acabou dando certo e eu acabei tendo um relativo sucesso. Se eu não tivesse largado o emprego que eu tinha na ONG FASE, eu não estaria aqui, não teria sido vereador, secretário estadual da Baixada Fluminense e secretário da câmara de vereadores de São João de Meriti. Eu sempre fui muito prudente também. Eu sou arrojado, mas não sou imprudente. Os meus passos são premeditados.

Reconheço que minhas conquistas são construções coletivas. Sempre pude contar com uma rede social de proteção e solidariedade através dos amigos que conquistei na comunidade católica, por exemplo: alguns padres me emprestaram dinheiro e amigos fizeram mutirão para a construção e acabamento da minha casa.

Relação com os filhos

Eu e a Rosa tivemos três filhos: Vinicius, Letícia e Joana. Eu me ressinto do contato restrito que tive com meus filhos na infância deles. A intensa e contínua rotina do trabalho e da militância política impedia que eu e a Rosa dedicássemos mais tempo aos nossos filhos. Eles tiveram mais contatos com as empregadas. Minha mãe, Dona Cecília, também teve muita importância na criação dos meus filhos, junto com a Rosa.

Se eu pudesse voltar no tempo, eu dedicaria mais tempo para meus filhos. Eu e a Rosa fizemos por eles tudo o que estava ao nosso alcance. Eles estudaram, se formaram, se tornaram pessoas honestas. Cada um tem uma personalidade bem distinta do outro.

O período de maior distanciamento relacional foi nos primeiros anos de vida deles. Nessa época minha preocupação foi mais protetora, me dedicava a oferecer a eles o conforto, me dedicava à subsistência da casa, com a alimentação e o desenvolvimento das crianças. A Rosa sempre foi dedicada, ela sempre foi mais racional do que eu. Acho que, com toda a minha origem e formação mais rude, eu sou mais emocional e sentimental que a Rosa. A minha preocupação sempre foi voltada aos estudos deles. Procurei

garantir as condições para que pudessem ter suas conquistas e que adquirissem sua autonomia.

Carrego a frustração pela distância relacional que tive com o convívio com meus filhos em quase toda a infância deles, numa fase importante do desenvolvimento. O que me tranquiliza é que foi por uma boa causa, para garantir o maior conforto para eles. Paguei o preço pela dedicação à militância política. A distância sempre me incomodou. Essa frustração me faz aproveitar ao máximo, no presente, de toda a possibilidade de convivência relacional e afetiva com eles. Com isso, eu me tornei um pai superprotetor nos últimos anos, me voltando integralmente para a minha casa, para a minha família.

Nos últimos anos, eu construí a casa onde moramos e venho me dedicando à minha família. Tenho como maior referência a dedicação que minha mãe sempre teve com a família. Aprendi com ela que a gente não deve interferir na vida e nas escolhas dos nossos filhos, e assim procuro fazer.

O convívio dos meus filhos com seus avós, tios e primos sempre foi próximo. Moramos no mesmo terreno dos meus pais durante grande parte da vida deles, de modo que seus avós paternos estiveram presentes no cotidiano deles durante muito tempo. Minha mãe, por exemplo, é uma referência muito forte para as minhas filhas. Nós nos mudamos de lá apenas sete anos atrás, em 2007.



Da direita para esquerda Antonio Constantino, Jorge Florêncio e Nilton Machado. Reunião na ABM, 1983.



Da esq. para direita Pe. Adelar, João Bosco, Frei Davi e Jorge Florêncio.



Fundação do Centro Comunitário Jardim Paraíso - Década de 90.



Funcionários da ONG Casa da Cultura.



Jorge Florêncio no grupo jovem da igreja católica.

*Fé na vida, fé no homem,
fé no que virá³*

“Igreja é povo que se organiza, gente oprimida buscando a libertação em Jesus Cristo a ressurreição”
(*Autor desconhecido*).

A comunidade jovem católica

Quando relembro minha trajetória, reconheço que a Igreja Católica foi um grande referencial espiritual e social em toda a minha caminhada. Minha relação com a Igreja começou como extensão da minha vida familiar; recebi forte influência da minha família, principalmente da minha mãe, que nos levava, eu e meus irmãos, todos os domingos à missa. Essa cena se repetiu por toda a minha infância. Os valores morais católicos estavam presentes na minha cultura familiar. Dona Cecília, minha mãe, fazia questão de iniciar todos os seus filhos nos sacramentos sagrados: batismo, catecismo; era muito importante para ela integrar seus filhos nesses valores. Eu já frequentava as missas por intermédio de minha mãe, mas foi por volta dos meus 12 anos que passei a buscar maior aproximação com a Igreja. Na medida em que fui crescendo, estes laços com a instituição foram se fortalecendo. Em seguida, veio minha participação com o grupo de crisma e, quando cheguei na juventude, ingressei no trabalho das pastorais sociais da juventude.

Aos poucos, a minha participação na comunidade católica deixa de ser uma extensão da minha vida familiar para se estruturar numa rede social comunitária. A Igreja, assim, deixa de se restringir apenas à afirmação de meus valores espirituais e vai, também, expressando a minha experiência de convivência comunitária.

³ Trecho da música “Nunca pare de sonhar” (Sementes do amanhã). Letra e música de Gonzaga Jr., faixa nove do disco “Grávido”, de 1983.

ANOS REBELDES: Na década de 1960, a juventude americana passou a questionar os valores de sua sociedade protestando contra a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã. Esses foram alguns dos episódios que tornaram essa década conhecida como os Anos Rebeldes. Este período da história foi marcado por vários questionamentos e mudanças de valores e comportamento, onde a juventude era a principal protagonista dessa história. Os jovens, protagonistas desse movimento questionador, passaram a assumir um estilo de vida mais emancipatório, reivindicando mudanças mundiais, rejeitando a estrutura de vida dos pais, com desprezo à sociedade de consumo, crítica ao conforto burguês e aproximação das classes mais pobres. Os hippies representavam, por exemplo, uma parte desses jovens que abriam mão do conforto da sociedade de consumo para viver em comunidades simples e próximas à natureza. A voz e o papel social exercido pela juventude mundial se refletiam em todos os aspectos da sociedade (cultural, econômico, social, político). 1968 foi o ano síntese dos Anos Rebeldes, ocorreram revoltas de estudantes em praticamente todo o mundo, inclusive no Brasil, que vivia o auge da ditadura, resultando num profundo questionamento da política tradicional, dos costumes, do autoritarismo. Isso fez com que surgissem, no cotidiano social, novos valores como o pacifismo, o feminismo, os movimentos civis em favor dos negros e homossexuais, o movimento ecológico, a contracultura, a música de protesto, o som pop e as drogas.

Ao chegar aos 14 anos, assumi uma ocupação profissional. Minha rotina consistia em trabalho durante todos os dias da semana, tendo, no entanto, as noites e finais de semana preenchidos com o trabalho da pastoral.

Nos meus primeiros passos dentro da instituição religiosa, fui integrante de grupos como a Legião de Maria, coordenando a catequese, o Conselho Diocesano e a Pastoral da Juventude.

Na Pastoral da Juventude, integrei o grupo com o maior contingente de jovens na região, que foi o grupo “Procurando Amor”. Estimo que este grupo tenha tido a participação de aproximadamente duzentos jovens, tornando-o, com essa representatividade, uma referência importante na região. Este convívio com outros jovens me proporcionou a participação nos mais variados eventos culturais: festivais de música, festivais de poesia e viagens de retiro em acampamentos.

Realizamos, com frequência, encontros que chamávamos de Parada Jovem, onde nos reuníamos em retiro por três dias, realizando uma programação de atividades. Nestes eventos, aplicávamos várias dinâmicas de grupo com o objetivo de preparar e conscientizar os jovens para os desafios que viriam a enfrentar. Estas atividades de grupo me proporcionaram um aprendizado de habilidades como disciplina, organização, liderança e expressão.

Na minha convivência com outros jovens, formei amizades sólidas, por exemplo com Ernani Coelho, que também participava do grupo Procurando Amor. Foi através do movimento da Pastoral da Juventude em Vilar dos Teles que nos conhecemos e trilhamos, anos mais tarde, carreiras políticas paralelas. Ernani tinha uma participação mais centrada na comunidade de Nossa Senhora de Fátima, em Vilar dos Teles, enquanto eu era oriundo da comunidade de São Sebastião, da Praça da Bandeira, porém minha participação era mais itinerante, eu transitava por vários grupos jovens da localidade.

AMIZADE COM ERNANI: Ernani Coelho, ex-deputado estadual pelo PT e servidor dos Correios, fez parte do grupo político de Jorge Florêncio e, atualmente, exerce atividade profissional fora do Rio de Janeiro. Ernani frequentava a Igreja, porém não era tão participativo como Jorge, que não se restringia apenas à participação das missas, mas tentava mobilizar os jovens para se envolverem com pastoral. Jorge atuava como um animador, circulava nas comunidades com um violão e incentivava os jovens a se organizarem e serem solidários, jovens como Ernani, Jaime e Astrogildo (Ernani de Souza Coelho - entrevista concedida aos autores).

A mobilização da Igreja Progressista

No trabalho das pastorais, conheci alguns padres que foram importantes na minha formação humana e política: padre Agostinho Preto, frei Davi, frei Tata, padre João Doyle, padre Jaime Meagher e o padre Adelar David.

No período entre o final da década dos anos de 1970 e início

da década seguinte, houve o fortalecimento dos movimentos populares de base católica que se articulavam com o objetivo de formar lideranças políticas. Nesses espaços de formação, havia toda uma preocupação em se pensar a cidade, as políticas setoriais e as minorias políticas.

VATICANO II: Para se adequar às transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais a sociedade brasileira vinha passando, o Papa João XXIII decidiu convocar o Concílio Vaticano II (1962-1965) para discutir, com os membros da Igreja, qual seria o papel da instituição eclesial na sociedade atual. Esse acontecimento desencadeou uma modernização na Igreja Católica, de modo que esta passou a se aproximar das classes populares, empenhando-se na promoção da justiça social e defesa dos direitos humanos. As conferências católicas de Medellín (1968) e de Puebla (1979) reforçaram ainda mais esta tendência: a primeira trouxe a temática da libertação e a segunda fez a opção preferencial pelos pobres. Nesse sentido, as idéias progressistas da teologia da libertação, teologia política que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais, ajudaram a aproximar a Igreja das classes e dos movimentos sociais.

Nós, jovens católicos, éramos sensibilizados com as reflexões sobre as condições de vida dos trabalhadores e da cidade, e sobre a relevância das reivindicações populares. Eu tinha consciência da importância do trabalho que desenvolvia com os meus amigos: mobilizávamos um grande contingente de jovens da paróquia e da comunidade, e minha linguagem era prática e objetiva, uma vez que minha construção enquanto sujeito político se deu dentro de uma realidade social marcada pelo sofrimento e pela pobreza econômica. Assim, constitui o perfil de um sujeito de ação, proativo.

No início da minha trajetória comunitária católica, minha perspectiva política era conservadora e inocente, comum aos jovens da localidade em que vivia, e em consonância com o cenário político do país na época, cujo regime político era a ditadura militar, no governo Geisel.,

“A VOZ DOS QUE NÃO TÊM VOZ”: Além dessa aproximação com as classes populares, a Igreja Católica passou a ser o espaço de organização da participação popular, sendo a única instituição brasileira a escapar ao controle direto dos poderes públicos da ditadura militar. Dessa forma, a Igreja Católica tornou-se “a voz dos que não têm voz”, na medida em que denunciava as torturas e defendia os direitos humanos, ao mesmo tempo, promovia a organização e mobilização social, organizando abaixo-assinado e manifestações, pedindo água para o bairro, ajudando a fundar e a fortalecer associações de moradores. Foi assim que várias lideranças comunitárias e políticas se formaram e foram capacitadas, dentre elas, o próprio Jorge.

Esta consciência ingênua e conservadora, porém, foi perdendo espaço para a formação de uma consciência crítica e participativa quando passei a integrar a Juventude Operária Católica (JOC). Dentro da JOC, fui sensibilizado a despertar uma consciência de que era operário da construção civil (até então, não tinha esta consciência) e, em seguida, desenvolvi uma consciência de oprimido. Já a minha consciência de classe, foi despertada mais tarde, quando me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Fiquei militando na JOC (Juventude Operária Católica) por três anos, junto com o Padre Adelar, momento em que aprendi a metodologia do trabalho desta Pastoral da Juventude. A partir da minha relação com Adelar dentro da JOC, despertei para uma percepção crítica e libertadora sobre os problemas sociais e a justiça.

Neste trabalho de conscientização e reflexão, eu e meu grupo nos deparamos com dois desafios.

O primeiro desafio foi encarar a missão de organizar os moradores do bairro para fazer reivindicações sociais. Isso possibilitou a mobilização popular de jovens lideranças católicas para a federação das associações de bairro ABM (Amigos dos Bairros de Meriti).

O segundo desafio foi assumir uma filiação partidária. Esta missão foi motivada pelo lançamento, pela pastoral, de uma cartilha que realizava um estudo analítico do projeto político, das propostas e dos quadros de cada um dos cinco partidos da época: PDS, PMDB, PTB, PT e PDT. O padre Adelar de David lançou

a proposta para que eu e o Ernani estudássemos qual partido oferecia um projeto político compatível com nossa ação política junto à JOC e, então, escolhêssemos a filiação partidária. A maioria dos jovens do nosso grupo fez a opção pelo Partido dos Trabalhadores.

IGREJA PROGRESSISTA: O trabalho pastoral da Igreja Católica na Baixada Fluminense nas décadas de 1970 e 1980 teve como referência os ideais progressistas de duas grandes lideranças regionais: Dom Adriano Mandarino Hypólito (bispo da diocese de Nova Iguaçu) e Dom Mauro Morelli (bispo da diocese de Duque de Caxias). Adriano Hypólito foi um dos responsáveis pela formação de diversas lideranças populares, de associações e federações de moradores na região da Baixada Fluminense. Já Mauro Morelli, se destacou pela defesa dos direitos humanos, pelo combate à miséria e à fome, e pela mobilização no fortalecimento da ética e da cidadania, tendo sido um dos fundadores do Movimento pela Ética na Política.

Numa escala local mais reduzida, houve inúmeros padres e lideranças eclesiais que contribuíram com a formação política da juventude. No contexto da formação de um grupo político em São João de Meriti, pode-se destacar o trabalho do padre Adelar Pedro de David. Por volta de 1979, em virtude de seu trabalho como assistente nacional da Juventude Operária Católica (JOC), Adelar andava por vários municípios da Baixada Fluminense, fortalecendo o movimento popular local. Neste período, ele recebeu o convite do padre Agostinho Pretto e de Dom Adriano Hipólito para trabalhar na diocese de Nova Iguaçu, passando a morar no centro de São João de Meriti. Pouco tempo depois, por pedido do padre Jaime, da Paróquia do Divino Espírito Santo, de Vilar dos Teles, Dom Adriano enviou Adelar para ser pároco da comunidade de São Sebastião da Praça da Bandeira, em São João de Meriti.

Quando Adelar mudou sua residência para São João de Meriti, se sensibilizou com os problemas sociais da localidade: situações de extrema pobreza, com péssimas condições de habitação, esgoto e lixo a céu aberto, crianças nas ruas, desnutrição, violência urbana, grupos de extermínio, etc. Ele se surpreendeu com as condições desumanas as quais famílias eram submetidas (Adelar David, entrevista concedida aos autores).

Despertar de uma consciência política

Quando conheci Adelar, senti uma identificação com seus valores e uma admiração pela sua trajetória. Ele não era um padre comum, era um cara que tinha objetivos claros, consciência política e uma história de militância popular muito forte. Adelar, naquela época, fazia um trabalho de observação e análise do perfil dos jovens católicos atuantes na comunidade com o objetivo de reconhecer futuras lideranças comunitárias. Ele procurava reconhecer os jovens que se destacavam como lideranças, com capacidade de ouvir, mobilizar e de liderar outros jovens. Neste sentido, Adelar investiu em algumas pessoas, principalmente em mim, no Ernani, no Mário Sérgio e no Sena.

Adelar seguia uma metodologia de seleção de jovens que era adotada na JOC, tendo como premissa priorizar a qualidade em detrimento da quantidade no trabalho de formação de quadros.

Outra virtude de Adelar era a capacidade de sensibilização de jovens. Ele era hábil na nossa formação e nos motivava a nos redescobrir. Percebo que ele foi muito importante na minha trajetória, pois me ajudou a me redescobrir como operário da construção civil. Nessa época, eu não tinha consciência da minha identidade de trabalhador operário, não conhecia esses valores.

HOMEM DE AÇÃO: Os problemas sociais enfrentados pela família de Jorge, tais como vulnerabilidade social em função do baixo poder aquisitivo, dependência química do pai em relação ao álcool, precariedade do trabalho na construção civil e precoce abandono dos estudos, o tornaram sensível à causa operária.

Jorge era um homem sensível, trabalhador operário explorado, de família sofrida. O perfil dele era o de uma pessoa prática e objetiva, um homem de ação (Adelar David, entrevista concedida aos autores).

Eu me recordo de um episódio interessante, da época em que Adelar trabalhava num projeto chamado o Jornal da Pasto-

ral Operária. Ele me procurou, realizou uma entrevista comigo e publicou no jornal. Nesta entrevista, ele me perguntou tudo sobre o cotidiano da construção civil. Tempos depois, quando pude ler o jornal publicado, eu me deparei com uma grande redescoberta: me vi enquanto trabalhador operário, o que até então nunca tinha acontecido. Eu trabalhava na construção civil, e durante minha vida toda, nunca imaginei me olhar inserido na realidade operária e me descobrir ali como operário. O Adelar tem essa capacidade de extrair das pessoas o que elas têm de melhor a oferecer, aproveitando a formação de cada um, o que fazem e o que falam.

Outro fato marcante para mim foi o seminário sobre a história da classe operária. Até então, mesmo trabalhando na construção civil, eu não admitia minha identidade de operário. Reconhecer ser operário era, para mim, motivo de vergonha. No entanto, era difícil esconder as marcas nas unhas causadas pelas tintas. O seminário, neste sentido, me sensibilizou para a causa operária e para a descoberta de minha identidade profissional e popular. O método de ensino de Adelar foi mais eficaz para mim (e para outros jovens de baixa escolaridade) do que a leitura de livros. Eu me recordo que na primeira missa que participei após o seminário, no momento dos informes, eu pedi a palavra e declarei: “Eu quero dizer que estou aqui me reconhecendo como operário da construção civil”.

Essa construção da minha identidade operária com Adelar foi muito forte e marcou o decorrer da minha vida. A partir dessa experiência, descobri-me como classe operária, o que me levou, inevitavelmente, à filiação partidária.

Eu e Adelar trabalhamos junto nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), movimento religioso que impulsionou as associações de moradores, e que promoveu diversas outras iniciativas que fortaleceram os movimentos sociais no Brasil. Este processo estimulou, mais tarde, a articulação regional pela formação das federações de associações de moradores.

A INTERSEÇÃO ENTRE DUAS TRAJETÓRIAS: A afinidade entre Jorge e Adelar representou uma interseção entre duas trajetórias de vida bastante distintas, gerando um movimento de transformação mútua e profunda de ambas as trajetórias. Para Adelar, esse encontro significou o reconhecimento de uma liderança popular, o que fortaleceu o seu enraizamento na realidade material da Baixada Fluminense. Para Jorge, a possibilidade de potencializar e fortalecer sua consciência política, pela interação com outra liderança que trazia uma experiência diferenciada.

Apesar de terem perfis diferentes, estes se completavam integralmente. Enquanto Adelar tinha experiência no trabalho de articulação externa da Igreja, no ativismo político dos movimentos sociais (com o movimento das pastorais operárias no âmbito nacional), a experiência de Jorge era local, restrita ao trabalho interno na Igreja de articulação da Pastoral da Juventude. Jorge e Adelar iniciaram um trabalho de organização das comunidades de base da paróquia de São Sebastião da Praça da Bandeira (São João de Meriti). Adelar se apoiava na capacidade de ação do Jorge e, principalmente, na característica que ele julgava ser a de maior destaque: a capacidade de articulação política. (Adelar David, entrevista concedida aos autores).

Nessa época, eu era uma liderança em formação. Era um trabalhador da construção civil, participava da Pastoral da Juventude Operária, da FAMERJ e da formação e organização de associações de moradores em diversas regiões.

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram importantes instrumentos na mobilização popular via Igreja Católica. As CEBs eram pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia ou capela, por iniciativa de leigos, padres ou bispos, e desenvolviam três importantes etapas interligadas. A primeira era a motivação religiosa, na qual buscava-se no Evangelho as pistas para atividade social a ser desenvolvida. A segunda, a organização dos movimentos populares, sempre posicionando-se ao lado dos oprimidos, independente da religião do participante. e A terceira fase era o fortalecimento do movimento operário, em que o sindicato passou a ser valorizado como verdadeiro órgão de classe e, assim, as CEBs atuaram nas greves e lutas de suas categorias. Fonte: BETTO (1981).

A experiência que eu vivi na Igreja Católica me fez absorver valores de vivência comunitária, de justiça social, de organização popular e de consciência política. Foi com esses valores que eu ingressei e ampliei minha atuação nos movimentos sociais e no campo político, passando a associar a fé com a política, despertando minha consciência de classe, o que fez com que eu adquirisse confiança na organização e mobilização popular e, também, na luta a favor da população mais oprimida de nossa sociedade.

PARTE II

A ação social: a consciência de classe



*Jorge Florêncio com Chico Alencar, presidente da FAMERJ,
e Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro
e demais autoridades num evento sobre saneamento
na Baixada Fluminense.*



*Jorge Florêncio na posse do novo diretor da ABM,
Uri Gomes (centro da foto) em 1985.*

A gente quer é ser um cidadão⁴

“Mesmo não havendo ainda consciência de classe, percebem-se nos movimentos populares um forte sentimento de justiça e a consciência, cada vez mais explícita, dos direitos do povo”
(Frei Betto, 1981, p.25/26).

Movimento popular de bairro

O primeiro núcleo de federação de bairros organizado na Baixada Fluminense foi o Movimento Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu (MAB), fundado em outubro de 1981. Este movimento contou com a mobilização da diocese, na figura do bispo Dom Adriano Hipólito.

Dois anos depois, em abril de 1983, foi fundado, em Duque de Caxias, o Movimento de União dos Bairros (MUB). Esta federação contou com uma maior articulação e mobilização dos quadros dos partidos políticos de esquerda. No mesmo ano, foi fundado o movimento Amigos de Bairro de Meriti (ABM), a Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti.

Eu me orgulho de ter participado dos congressos fundadores do MAB, MUB e da ABM. Isto foi possível devido à integração que havia, no plano regional, entre os quadros políticos de militantes formados pela Igreja. Este contexto possibilitou o fortalecimento do movimento popular regional através da integração com a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ). A mobilização popular nestas três cidades, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, era, portanto, integrada. No entanto, Nilópolis encontrava-se em descompasso com esta realidade regional, uma vez que o contexto político deste município era marcado pela ausência de mobilização popular.

⁴ Trecho da música “É”. Letra e música de Gonzaga Jr., faixa quatro do álbum “Corações Marginais”, de 1988.

ANOS DE CHUMBO: Na década de 1970, o mundo estava dividido com a Guerra Fria, disputa ideológica entre capitalismo e socialismo pela hegemonia mundial. Estados Unidos e União Soviética disputavam influência política, econômica e ideológica, de modo que cada potência financiava um lado do confronto, demonstrando poder bélico e reforçando alianças regionais. Neste contexto, os Estados Unidos temiam que a América Latina seguisse o exemplo de Cuba, alinhando-se à União Soviética. Qualquer tipo de manifestação, mobilização popular ou mesmo ideias ligadas ao socialismo preocupava, portanto, o governo americano, que passou a apoiar regimes totalitários na América Latina.

No Brasil, como nos demais países latino-americanos, o regime de ditadura militar representou um dos momentos mais dramáticos da história, onde o uso da violência, a perseguição aos movimentos populares e o ataque aos direitos de cidadania estavam na ordem do dia. Foram criadas inúmeras leis de exceção que romperam com a legalidade jurídica ao se cassar os direitos individuais e constitucionais e as liberdades democráticas. A tortura foi o instrumento utilizado pelo governo para extrair confissões de suspeitos e reprimir os envolvidos em quaisquer atividades políticas de oposição ao regime. Os movimentos sociais passaram a ter uma bandeira em comum: lutar pelo fim da ditadura militar, pois esta afetava a democracia e a cidadania. Nesse cenário de conflito, a Igreja Católica assume um importante papel social: passou a lutar contra a repressão e a tortura e a defender os direitos humanos, o que a credenciou como a mais importante instituição de oposição à ditadura militar.

Texto baseado no sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_de_1970 (acessado em 25/11/2012 às 16hs).

Em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, havia uma disputa bastante acirrada entre os partidos políticos de esquerda: Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), PT, com todas as tendências políticas de cada um. Muitos militantes partidários migravam da cidade do Rio de Janeiro e de outras localidades, e fixavam residência nestes dois municípios para poderem atuar politicamente. Diversas famílias tiveram uma presença importante no movimento popular da Baixada Fluminense e, depois, retornaram para o Rio de Janeiro.

Na década de 1970, a Baixada Fluminense continuou marcada pela violência praticada por grupos de extermínios e as intervenções políticas militares. Assim, noticiários sobre torturas, perseguições, assassinatos, violação dos direitos humanos e pessoas desaparecidas eram comuns na região, reforçando a imagem de local perigoso. Um estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizado nesta década, aponta Belford Roxo, então distrito de Nova Iguaçu, como “o lugar mais violento do mundo” (Enne, 2004). Por outro lado, a grande quantidade de terrenos vazios na região e a facilidade do transporte, possibilitada pelas estradas de ferro e pelas importantes rodovias, como a Presidente Dutra e a Avenida Brasil, tornaram a ocupação da região mais intensa a partir da década de 1970, constituindo um movimento de migração no Brasil.

A IMAGEM DA VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE: Na década de 1960, a imagem da região da Baixada Fluminense começa a ser associada à violência e à falta de segurança, passando a ser configurada como um lugar perigoso. É neste contexto que surge a figura de Tenório Cavalcanti, polêmico líder político de Duque de Caxias associado diretamente à violência, conhecido pela sua famosa “capa preta” e pela metralhadora, chamada de “Lurdinha”. A ação política de Tenório Cavalcanti irá contribuir, cada vez mais, para o reconhecimento da Baixada Fluminense enquanto espaço violento, sem lei, uma espécie de “faroeste fluminense”. Segundo Enne (2004): “Tenório Cavalcanti foi um dos muitos migrantes que vieram do Nordeste para a Baixada. Lá, enriqueceu e tornou-se uma poderosa figura política, criando um sistema clientelista e apoiando-se na violência como estratégia de conquista e manutenção do poder, tanto econômico quanto político”.

Essa prática do Tenório, segundo Santos Souza (2000), desencadeou no surgimento de milícias pagas pelos comerciantes locais para garantir a segurança de seus estabelecimentos. A consolidação desta imagem da região como uma área problemática em termos de segurança e violência ficou evidente quando, em 1968, o município de Duque de Caxias foi declarado Área de Segurança Nacional pelo governo militar, sofrendo uma série de intervenções políticas (Enne, 2004).

É nesse contexto que começa a fortalecer na região as ideias

progressistas da Igreja Católica, que passa a abrigar os movimentos populares, a formar e capacitar lideranças comunitárias, a associar fé e política, e a denunciar e desaprovar a violação aos direitos humanos. Algumas lideranças religiosas se destacam, atraindo a juventude, oposicionistas ao governo militar, lideranças sociais e pessoas de outras regiões, como o município do Rio de Janeiro. Era na Baixada Fluminense, especificamente no espaço de algumas igrejas e paróquias progressistas, que o movimento popular encontrava abrigo e atraía militantes das causas sociais.

Por outro lado, São João de Meriti não era um município tão atrativo, em comparação com Nova Iguaçu e Duque de Caxias, o que possibilitava à militância originada na Igreja uma hegemonia local, dentro do movimento popular de bairros. Essa hegemonia se perpetuou, desde então, no movimento local e também foi conduzida para a FAMERJ. A força política dos movimentos sociais da Baixada Fluminense se deve à militância das dioceses da Igreja Católica de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, aliada à militância dos partidos de esquerda, principalmente destes quadros que migraram para a Baixada.

O primeiro congresso da Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti - Amigos de Bairro de Meriti (ABM) aconteceu no dia 30 de outubro de 1983, num salão da Igreja da Matriz. Neste período, a ABM não tinha sede própria. Este primeiro congresso foi realizado com o objetivo de fundar a ABM e eleger a primeira diretoria. Na fundação, a ABM contou com a filiação de dezenove associações de moradores. No auge da mobilização popular do movimento de bairros, a ABM chegou ter 100 associações de moradores da cidade. Neste primeiro congresso, a chapa de candidatos era constituída por representantes do grupo que eu participava. Este grupo conseguiu ser eleito, de modo que Gênesis Pereira foi eleito presidente e eu assumi a função de diretor cultural da instituição. Veja no *box* abaixo a relação de presidentes da ABM desde 1983.

Período	Presidentes da ABM
1983-1985	Gênesis Pereira Torres
1986-1988	Uri Gomes
1989-1991	Maria José (Lia)
1992-1994	Fernando Campos
1995-1997	Maria dos Santos (Cota)
1998-2000	Angélica Jesus Santos
2001-2003	Alfredo Damião Marangoni
2004-2006	Maria dos Santos (Cota)
2007-2009	Valdenice Pimentel dos Santos (Nice)
2010-2012	Colegiado de Coordenadores
2013-2015	Colegiado de Coordenadores

Fonte: ABM, 2013.

Eu destaco como aspecto favorável da gestão de Gênesis o fato deste representar uma liderança nova, não vinculada diretamente a um partido político. Como aspecto negativo, a reduzida experiência com os movimentos populares. A maior conquista da diretoria foi a gestão política em favor da pluralidade e da ampliação do movimento.

No início, a ABM funcionava em sedes provisórias: passou por espaços alugados, como na Rua Santo Antônio, também pelo Colégio Pedro Álvares Cabral, e ainda em igrejas em São João e Vilar dos Teles, até a aquisição de um terreno na Rua Otávio Mangabeira para a criação de uma sede própria. Tempos mais tarde, assumi a função de tesoureiro da FAMERJ, e consegui articular com a instituição a venda deste terreno e a aquisição de uma casa na Rua Luiz Alves Cavalcante, que virou a sede permanente da ABM até hoje.

A ABM contou com a contribuição de instituições que atuaram no seu fortalecimento, como a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), organização privada de interesse público que prestou assessoria para a federação com objetivo de ampliar núcleos de democracia da sociedade civil na Baixada Fluminense. Outras instituições parceiras foram os partidos políticos de esquerda, principalmente o PCB e o PC do B.

Eu integrei a ABM estando articulado a um núcleo de militan-

tes fundadores da federação, que tinha a participação de lideranças como Ronaldo Braga e Guiomar, Rosane Costa, Walter Costa, Adelaide, Padre Adelar e Antônio Constantino. Este último foi quem batizou a federação com o nome de ABM. Dentre estas lideranças, a principal referência era Adelar, que tinha uma capacidade de reunir o grupo em torno de si. O grupo tinha como objetivo a discussão e a formulação de propostas políticas para a cidade na sua totalidade, por isso, possuía autonomia em relação aos interesses privados da Igreja. No entanto, a Igreja era um ator político forte e oferecia infraestrutura que dava suporte ao grupo político. Os grupos políticos dos partidos de esquerda se ressentiam desse suporte em infraestrutura.

A ABM se tornou federação de associações de moradores em 1983. Em 1988, a ABM passa por um debate interno sobre o esvaziamento da participação da militância de bairro. Nesse contexto, a federação se torna Conselho de Entidades Populares, uma alternativa para atrair os novos movimentos sociais.

Formei uma chapa e concorri às eleições da FAMERJ em 1985. A chapa era composta por: Chico Alencar para presidente, Sérgio Andréa para vice-presidente e eu, que me candidatei à função de tesoureiro geral do grupo. Outros integrantes comporiam a direção, como Antônio Ivo, Nelson Naum, Dilecia Naum e Lúcia Souto. A maior parte do grupo que integrava a chapa era formada por militantes de Nova Iguaçu. Essa diretoria saiu vitoriosa nas eleições e cumpriu o mandato que foi de 1985 até 1987. Em 1983, houve um significativo aumento da militância na FAMERJ, devido à adesão de mutuários do BNH (Banco Nacional de Habitação), instituição de financiamento da casa própria que regulamentava o acesso à casa popular na época. Este crescimento representou o aumento da arrecadação da instituição.

A FAMERJ foi uma organização popular de muita força política no cenário estadual em toda a década de 1980. A militância popular da Baixada Fluminense foi forte por todo este período e estava presente em todas as estâncias dos movimentos sociais: seja na base da militância, seja nas composições das diretorias ou exercendo um papel de protagonista político.

Comitê de Saneamento e Meio Ambiente

A mobilização popular dos movimentos de bairro da Baixada Fluminense nos conduziu ao enfrentamento de um dos principais problemas locais na época: o saneamento básico. A população da Baixada Fluminense vivia uma situação de abandono quanto às políticas públicas. A região conviveu durante décadas com a cultura política da “bica d’água” e com a ausência de programas e planos integrados de políticas públicas, sobretudo nas áreas de meio ambiente e saneamento básico, que foi, e ainda é, uma referência de luta para o movimento popular. A região da Baixada Fluminense se ressentia pela ausência de redes de abastecimento, de esgoto e de escoamento das águas pluviais. O esgoto corria a céu aberto pelas entradas das casas, e as enchentes eram constantes.

Nesse contexto, o movimento popular se organiza e promove forte mobilização em torno da questão ambiental, o que levou à primeira ação política local, ocorrida no dia 11 de novembro de 1983, quando realizamos uma passeata entre Vilar dos Teles e São João. Estiveram presentes mais de mil manifestantes. Simultaneamente, outras mobilizações aconteceram por toda Baixada Fluminense.

Na semana seguinte, no dia 18 de novembro, realizamos uma segunda ação política, que consistiu em um encontro dos setores populares com os representantes do governo do estado no Colégio Rangel Pestana, em Nova Iguaçu. Neste encontro, o governador Leonel Brizola se ausentou, enviando, no seu lugar, o secretário de obras do estado, Luiz Alfredo Salomão, e um representante da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CE-DAE). Nosso movimento fez uma forte pressão popular junto às autoridades neste encontro, pois conseguimos reunir aproximadamente cerca de três mil manifestantes.

A ausência do governador no último encontro provocou a terceira ação política, que foi um ato marcado para o dia 23 de novembro, onde realizamos uma manifestação na frente do Palácio Guanabara. Reunimos vários ônibus para conduzir todos os manifestantes até a concentração, na Central do Brasil. De lá, partimos

numa caminhada até o Palácio Guanabara. Havia muita gente pela Presidente Vargas e Rio Branco, o que fez com que a polícia cercasse o Palácio. O governador não nos recebeu. Ele ficou muito irritado e botou a polícia para controlar a manifestação. O governo Brizola tinha um perfil mais democrático, não houve uma repressão violenta, apesar de ainda estarmos num regime de ditadura militar. No entanto, houve controle policial. Quando chegamos ao palácio, fomos recebidos pelo secretário Luis Alfredo Salomão.

Esse ato político gerou um acordo para um novo encontro entre as autoridades públicas e os setores populares, intermediado pelo bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli. O encontro se realizou na diocese de Duque de Caxias, em dezembro de 1983. A esse encontro, se seguiu outro, realizado com Alfredo Salomão no MAB, em Nova Iguaçu, na segunda quinzena de dezembro de 1983. Este encontro reuniu as autoridades públicas, os representantes da CEDAE e todos os representantes das associações de moradores da região. Eu participei representando a FASE, onde eu prestava assessoria aos movimentos populares. O resultado foi a criação do Comitê Político de Saneamento da Baixada Fluminense. Penso que é importante destacar que um dos militantes mais ativos na criação do comitê foi Bartíria Lima da Costa.

Nos primeiros três anos, este comitê atuou como uma arena política de interlocução entre a sociedade civil organizada e o poder público, visando monitorar as ações políticas públicas no campo do saneamento básico na Baixada Fluminense. O Comitê cumpriu um papel mobilizador e reivindicatório das políticas de saneamento ambiental na Baixada Fluminense, constituindo-se num ator político importante da região que deu origem a ações políticas representativas, monitorando as ações do poder público e projetando politicamente várias lideranças populares no cenário regional.

Por volta de 1987, o Comitê reorientou suas linhas de ações para a questão ambiental, mudando o seu nome para Comitê de Saneamento e Meio Ambiente da Baixada Fluminense.

O Comitê tornou-se um importante ator político de reivindicação e interlocução com o poder público. As pressões provo-

cadadas pelas ações políticas do movimento popular motivaram o governo do estado, através da Secretaria de Obras e conjuntamente com a CEDAE, a criar o Plano de Saneamento da Baixada. A CEDAE montou um núcleo de operações no bairro de São João, que formulou o planejamento de todo o esgotamento da Baixada. As ações incluíram: investimento pesado no saneamento básico, criação de redes de abastecimento, esgotamento e escoamento de águas pluviais, melhoria das ruas, instalação de coletores troncos⁵ e implantação do separador absoluto⁶. Em 1986, ocorreu a sucessão de chefia do governo estadual e Leonel Brizola deu lugar a Moreira Franco. Essa mudança de chefia gerou uma ruptura com algumas ações da gestão anterior: o núcleo da CEDAE na Baixada é dissolvido e o investimento na microdrenagem é abandonado.

Entre 1987 e 1988, ocorreram grandes enchentes que colocaram a Baixada Fluminense numa situação de calamidade pública. A enchente de 88 provocou transtornos por toda Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense foi uma das localidades mais afetadas. Por onde se andava, encontravam-se vítimas desse desastre ambiental. O número de vítimas no Grande Rio foi bastante expressivo: 277 óbitos, 735 feridos e 22.590 pessoas desabrigadas. (OLIVEIRA, 1995)

Esse cenário dramático confirmou a percepção de que o problema do saneamento básico era complexo e que exigia ações públicas urgentes. A resposta do poder público veio através de duas ações políticas: uma mais emergencial - o projeto Reconstrução Rio -, e outra de caráter contínuo - o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, PDBG. O Reconstrução Rio foi um projeto de prevenção de enchentes que promoveu intervenções, como: obras de macrodrenagem de rios e canais, construção de esgotamento sanitário, reassentamentos de famílias ribeirinhas, reflorestamento de encostas e margens de rios, ações de coleta de resíduos sólidos e promoção de educação ambiental.

Ao final do projeto, constatamos que a participação popular

⁵ O coletor tronco é uma tubulação do sistema coletor.

⁶ O separador absoluto exerce função de separar a água do esgoto da água da chuva.

garantiu investimentos importantes para a região. A ABM e a FASE foram os mediadores entre as demandas da população e a ação do governo estadual. O Banco Mundial liberou um total de U\$ 298 milhões somente dois anos depois das enchentes. Eu, como representante da FASE, acompanhei de perto este processo, pois também fazia parte do Comitê da Baixada que estava na gestão do projeto. A participação popular na gestão do projeto passou por avanços e recuos, mas obteve vitórias importantes, garantindo benefícios à população atingida. Esta experiência fortaleceu ainda mais as organizações populares no monitoramento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), que ainda se encontra em curso.

LINHAS DE AÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR: A ação política do movimento popular de São João de Meriti seguia uma estratégia baseada em três eixos de mobilização popular. O primeiro eixo estava relacionado à mobilização de característica política, territorial e comunitária, através da articulação das associações de moradores de bairro, que tinham na ABM uma instituição agregadora. O movimento das federações de associações de moradores se expandiu na década de 1980. No entanto, essas organizações territoriais de bairros sofreram uma queda na década seguinte, refletindo as transformações que ocorreram no espaço urbano: progressivo movimento de diversificação e diferenciação na composição social das cidades.

O segundo eixo relacionava-se à mobilização em torno da cultura popular, culminando na experiência da formação do Barracão Cultural, que se transformou mais tarde na Casa da Cultura. Outra experiência foi a mobilização em torno da Escola de Samba Independente da Praça da Bandeira. Tais experiências associativas representam uma reconfiguração do movimento popular no sentido do deslocamento em direção ao campo da cultura popular.

Por fim, o terceiro eixo de mobilização popular girou em torno da representação política e da disputa de poder em torno da cidade, através da associação partidária. O projeto político foi construído em torno do PT. A ação política partidária se apresentava de maneira contínua na mobilização popular. Os agentes sociais militantes do movimento popular local invariavelmente tinham uma tripla inserção nesses três eixos de ação.

Projeto Reconstrução de Casas

Outra importante ação de amparo às vítimas da enchente de 1988 foi o projeto Reconstrução de Casas, promovido pela FASE em parceria com a ABM. Tive a missão de coordenar este projeto através da assessoria realizada pela FASE. O projeto promoveu ações de duas naturezas: num primeiro momento, ações de emergência e de solidariedade às vítimas das enchentes; num segundo momento, ações de reivindicações ao governo do estado, através do movimento popular. Na sua primeira etapa, o projeto fomentou a reconstrução de casas atingidas pelas enchentes através do sistema de mutirão, o que beneficiou 1.115 (mil cento e quinze) famílias em vinte e cinco bairros. Na segunda etapa, a ABM, com assessoria da FASE, promoveu ações políticas de mobilização popular para exercer pressão e cobrança frente aos programas do poder público de apoio às vítimas da enchente.

A primeira intervenção que realizamos pelo projeto foi o amparo às vítimas desabrigadas da enchente, abrigando-as no CIEP 135, Afonso Henriques de Lima Barreto, em Vilar dos Teles. A FASE conseguiu recursos junto a organizações internacionais, e, assim, custeamos inicialmente a compra de comida e colchões para o amparo das vítimas.

Na segunda etapa do projeto, promovemos um mutirão de construção de casas que contemplou moradores de vinte e cinco comunidades, na beira do rio Pavuna-Meriti e Sarapui. O projeto proporcionou a captação de recursos para aquisição de material de construção, contratação de engenheiros, contratação de uma equipe de coordenação e acompanhamento. As casas foram construídas simultaneamente ao longo de três anos, em um trabalho que envolveu todos os moradores.

Linhas de ação social

No final da década de 1980, nos deparamos com um processo de enfraquecimento dos movimentos dos bairros devido ao esva-

ziamento da participação popular destas organizações. Este período é marcado pela efervescência dos novos movimentos sociais, o que exige uma atualização das organizações populares, que se descentralizam e se fragmentam em uma série de representações menores. As organizações de bairro que abrigavam uma grande heterogeneidade de grupos sociais se esvaziavam e estes grupos buscam uma representação própria, como por exemplo, o movimento negro.

Propagou-se no movimento popular a ideia de que os movimentos de bairros “perdiam” porque eles estavam limitados somente à questão urbana e não conseguiam ampliar seu diálogo com outros atores da sociedade. Além disso, esses movimentos estavam muito entrelaçados com a questão partidária. Era preciso criar novos espaços de participação, novos canais que atingissem as pessoas e que pudessem atraí-las para reivindicar melhorias para a região. Havia também uma discussão dentro do Partido dos Trabalhadores que caminhou para uma mudança estrutural visando a ampliação do alcance partidário. Fomentou-se dentro da organização partidária a estratégia de incorporar a classe média e os setores intelectuais. O discurso era de que o partido era dos trabalhadores, mas não só para os trabalhadores.

Nesse contexto, o movimento popular local realizou duas inovações no plano institucional. A primeira inovação foi a mudança da ABM, que deixou de ser uma representação restrita à associação de moradores, ampliando sua representação para abrigar as diversas entidades populares locais. A ideia era trabalhar com a pluralidade e a heterogeneidade e ampliar a interlocução com outros grupos sociais. Dessa forma, em 1988, a ABM deixou de ser Federação das Associações de Moradores para se transformar no Conselho de Entidades Populares. A segunda inovação foi a criação do Barracão Cultural, que mais tarde viria a se transformar na Casa da Cultura, organização privada de interesse público, sem fins lucrativos, que capta recursos para realização de projetos voltados à difusão da arte e da cultura, e para a promoção de atividades socioculturais.

A PARTICIPAÇÃO DE JORGE: A ação de Jorge junto à FASE estava estruturada em duas frentes de trabalho: uma no plano local e outra no plano regional. A atuação no plano local consistia no trabalho de articulação local em torno da ABM, visando a reconfiguração e o fortalecimento da ABM como federação de associações de moradores. Jorge, enquanto liderança, exerceu um papel de consolidação da direção da ABM.

No plano regional, Jorge teve atuação significativa na articulação regional em torno da agenda política de saneamento, da qual o Comitê de Saneamento da Baixada é um canal de mobilização popular. Jorge contribuiu para o fortalecimento do MAB (Nova Iguaçu) e do MUB (Duque de Caxias). Também articulou a fundação da FEMAB (Belford Roxo) e da FEMAMQ (Queimados).

O contexto social do movimento popular foi marcado por paradoxos. Por um lado, as condições materiais e objetivas dos militantes eram desfavoráveis e estes não tinham representação política nas instâncias oficiais de poder. Por outro lado, o movimento popular apresentava força política e sua estrutura e composição era mais homogênea.

A condição material das lideranças, dos militantes e da população local era de pobreza e escassez de recursos. Ainda que instituições como a FASE oferecessem suporte ao movimento, a reduzida disponibilidade de recursos representava uma condição desfavorável para a mobilização.

O movimento popular e suas lideranças estavam excluídos de representação política nas estruturas oficiais de poder. Este distanciamento possibilita a constituição de outro campo de poder: um campo de poder popular que tem sua importância política reconhecida pelo do campo do poder oficial.

Ainda que o contexto social descrito acima fosse desfavorável à mobilização popular, o movimento tinha uma resposta firme e forte poder de organização e participação. A composição social do movimento popular apresentava uma homogeneidade de classe e isto conferia maior facilidade à produção e reprodução da mensagem de mobilização social. Percebia-se, neste momento, uma maior riqueza na mobilização e na formação política de lideranças em relação às épocas anteriores. (Orlando Júnior, entrevista concedida aos autores)

Casa da Cultura

A Casa da Cultura foi concebida como um espaço que, além de transmitir a cultura, pudesse produzi-la e debatê-la. Um espaço que valorizasse o patrimônio cultural, dando oportunidade de ex-

pressão às crianças e jovens. Um espaço que pudesse usar a cultura como ferramenta de transformação social. Eu fiz parte do grupo de fundadores da Casa da Cultura, uma instituição comprometida com a promoção de melhoria da qualidade de vida, da garantia de direitos de cidadania e das conquistas sociais para a população da Baixada Fluminense. Dessa forma, pensamos em criar um espaço de produção artística que, ao promover cursos, palestras, debates, seminários e oficinas, estaria refletindo, através das artes, as lutas e os movimentos desencadeados para a melhoria de vida na região, em especial na saúde, na educação e no saneamento - considerado os principais problemas da Baixada Fluminense.

Esse projeto de cultura popular foi colocado como plataforma política da minha campanha a vereador de São João de Meriti em 1988. Essa campanha foi pautada em torno da fundação de uma casa de cultura. Sonho? Talvez, mas que ganhou força com o apoio da classe artística da região, que se engajou na campanha. Nesta campanha não conseguimos a eleição, mas decidimos criar coletivamente, com a participação do grupo político e o apoio da classe artista local, um espaço de cultura que chamamos inicialmente de barracão cultural de São João de Meriti. O sonho do barracão cultural já existia desde a década de 1980, porém, foi na década seguinte que ele pode tornar-se realidade. Esta ideia partiu do meu sonho pessoal e do incentivo do grupo político do qual eu participava. Eu comecei, então, a desafiar as pessoas a embarcarem neste sonho comigo, e as incentivava a colocarem suas propostas no papel.

Como eu havia assumido, na campanha para a vereança de 1988, o compromisso pela criação de um espaço de fomento a cultura, articulei as condições de viabilização do barracão cultural junto a organizações como a FASE, a militantes da Igreja Católica e do PT e às associações de moradores. Havia um terreno vazio ao lado da casa da minha mãe que já tinha abrigado uma fábrica e, naquele momento, encontrava-se abandonado. Eu, então, procurei o dono do terreno, isso no ano de 1987, e resolvi investir meu capital pessoal na compra do terreno. Em seguida, comprei também o terreno dos fundos. Com a aquisição dos terrenos, começamos a planejar o que seria este espaço de cultura. No início, tivemos

dificuldades, pois tínhamos pouca experiência sobre este tema da cultura. Neste momento, dentro do nosso grupo político, um dos nossos companheiros, Orlando Junior, desenvolveu uma importante contribuição na idealização teórica deste projeto. Eu trabalhava como educador popular na FASE e convidei Orlando Junior, também da FASE e, na época, morador de São João de Meriti, para trabalhar comigo no planejamento e execução de projetos.

No início, o Barracão Cultural funcionava de forma improvisada, ao lado da casa de minha mãe. Conviveram com meus familiares alguns intelectuais, artistas e lideranças políticas do município. Oferecíamos algumas oficinas e práticas culturais, tais como: balé, capoeira (com o Mestre Canela) e teatro. Orlando Junior era o grande idealizador de tudo isso.

O nome Barracão Cultural durou até 1991, quando, no momento da legalização jurídica da instituição, trocamos o seu nome para Casa da Cultura. A fundação da organização não-governamental Casa da Cultura aconteceu precisamente no dia 30 de janeiro de 1991, meu aniversário de 37 anos. No começo, a Casa da Cultura teve a FASE como principal parceira, o que durou até 2004, quando conseguimos formar parceria com uma fundação inglesa chamada *ActioNaid*, entidade ligada ao príncipe Charles da Inglaterra.

A CASA DA CULTURA celebrou em 2011 vinte anos de atividades e de debates culturais. Na sua primeira década, nos anos de 1990, a Casa da Cultura ofereceu à população de São João de Meriti atividades diversas: oficinas, cursos - balé, jazz, capoeira, música popular brasileira, artes plásticas -, e apresentações culturais. Algumas atividades merecem destaque, como a organização do Festival de Teatro das Escolas; a organização do Encontro de Capoeiristas da Baixada; as atividades do Café Bar Subversivas; os shows de Toninho Horta e o projeto Cultura na Praça (apresentações na Praça da Matriz).

A transformação do barracão cultural na atual organização não governamental Casa da Cultura da Baixada Fluminense foi importante, pois permitiu que a instituição tivesse sua finalidade, objetivo e estatuto definidos e pudesse desenvolver parcerias junto

a setores públicos e privados, participando, inclusive, de chamadas públicas de projetos sociais. Além disso, a Casa da Cultura pôde realizar projetos relevantes, ganhando destaque na área cultural.

Eu digo que me orgulho de fazer parte do grupo de idealizadores da Casa da Cultura, como também de receber deles o reconhecimento por ter sido consagrado presidente de honra desta instituição. Neste trabalho desenvolvido na Casa da Cultura, buscamos tanto a formação cultural de crianças e jovens meritienses, através dos cursos, como também a organização cultural, congregando artistas e intelectuais de diversas formações. Promovemos ainda na sede da Casa da Cultura atividades culturais de massa, buscando ampliar sua legitimidade no espaço social em que ela se encontra. Assim, frequentemente, organizávamos shows de artistas, com grupos locais, atraindo centenas de pessoas.

Período	Relação de presidentes
1991-1994	Jorge Florêncio de Oliveira
1994-1997	Jorge Florêncio de Oliveira
1997-2000	Angélica de Jesus Santos
2000-2002	Angélica de Jesus Santos
2002-2003	Delmar Jose Cavalcante
2003-2006	Jorge Florêncio de Oliveira
2006-2008	Jorge Florêncio de Oliveira
2008-2011	Maria Adelaide de Deus da Silva
2011-2014	Maria Adelaide de Deus da Silva

Fonte: Casa da Cultura, 2013.

O nosso grupo de coordenadores da Casa da Cultura, ao longo dos anos, vem buscando formar parcerias para promover os projetos culturais e sociais. Assim, em 1996, numa parceria com a Fundação para Infância e Adolescência (FIA), desenvolvemos o programa Curumim, que incluía atividades diárias para cerca de 300 crianças e adolescentes, como atividade complementar à escola. Em 1999, eu consegui intermediar novas parcerias que foram importantes para a instituição. A principal parceria foi feita com a FASE, a ABM e a *ActionAid*, onde iniciamos o projeto “Desenvolvimento Local”, fortalecendo a atuação da Casa da Cultura através

da organização de diversos serviços destinados às crianças e adolescentes e a suas famílias. Organizamos o “Clube da Cidadania”, que permitiu a profissionalização de um corpo de funcionários, onde as atividades culturais ainda existentes foram vinculadas às atividades do projeto. Isso possibilitou que ampliássemos as atividades culturais para cerca de duas mil crianças e adolescentes em diversas regiões de São João de Meriti. Com isso, a Casa da Cultura virou uma instituição de referência no atendimento da temática infanto-juvenil, ganhando repercussão local, regional, nacional e internacional, o que lhe rendeu premiações, tais como: Criança 2000 da Fundação *Abrinq* (2000) e Itaú/UNICEF (2001).

Essas parcerias e premiações fizeram com que a Casa da Cultura colhesse frutos, passando a receber, em nossa sede, a presença de nomes representativos da cultura (cinema, teatro, artes plásticas e TV) da política e de organizações nacionais e internacionais, que queriam conhecer os projetos que estavam sendo desenvolvidos. Foi assim que a Casa da Cultura recebeu, em 2002, a presença ilustre do príncipe Charles, patrono da *ActionAid* na Inglaterra.

Além da produção e manifestação cultural, nosso grupo de fundadores da Casa da Cultura expressou uma preocupação permanente, qual seja: a formação de sujeitos coletivos. Como isso era feito? Utilizando todos os espaços existentes para a formação de lideranças, de pessoas conscientes, críticas e de pensamento coletivo e social. A Casa da Cultura, dessa forma, ocupou nos últimos anos o papel de instituição formadora das novas lideranças locais com consciência crítica e social. Embora a Casa da Cultura não seja um movimento político, ela fomenta um processo de capacitação e formação política. Isto se deve à lacuna deixada pela ABM na formação de lideranças políticas, resultado do enfraquecimento da mobilização popular sofrida pelos movimentos de bairro nas últimas décadas.

Importantes lideranças que se formaram na Casa da Cultura trabalham atualmente nas secretarias municipais, em instituições políticas e acadêmicas, o que faz com que esse espaço seja também o celeiro de novas lideranças.

A cultura do samba

Ao longo de sua história, a Casa da Cultura sempre buscou se envolver com as diferentes manifestações da cultura popular local, como a capoeira, o futebol, o samba, entre outras. No segmento do samba, esta relação levou ao projeto de fundação de uma escola de samba. Como isso foi possível? A comunidade da Praça da Bandeira se ressentia de uma agremiação de samba, pois o último bloco da localidade, o bloco Independente da Praça da Bandeira, fundado em 1962, havia entrado em processo de falência e foi extinto em 1988. Nesse mesmo ano, a Casa da Cultura ganhou vários instrumentos musicais através de doações. A primeira ideia que surgiu foi utilizar estes instrumentos para a realização de oficinas de percussão, como as realizadas pelo grupo Olodum, da Bahia. Paralelo a esses acontecimentos, havia um membro da comunidade conhecido como Beto, que tinha interesse em refundar o bloco e nos procurou pedindo apoio. Realizamos algumas reuniões de planejamento, eu, Junior e Helinho e, avaliando as possibilidades, concluímos sobre a importância do uso de um bloco carnavalesco como um instrumento de formação de consciência. A ideia foi associar as escolhas de enredo do bloco às reivindicações por direitos e cidadania pelos movimentos populares, principalmente aqueles direitos voltados a temas como: criança e adolescência, juventude, direitos das mulheres, meio ambiente e questão racial.

Registrei o bloco no cartório e o filiei na associação de blocos em 1999. Com os instrumentos musicais recebidos, realizamos nosso primeiro desfile em Vila Isabel, com o tema curumim. Neste desfile, o bloco ganhou o concurso, o que possibilitou passar direto do grupo D para o B do concurso de blocos. No ano seguinte, o bloco, então, desfilou em Bonsucesso com o tema mulher brasileira e conseguiu o acesso ao grupo A, do qual também foi campeão, derrotando, já no desfile na Avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro, em 2001, o famoso Bloco do China.

Com o tempo, a Casa da Cultura, por se localizar numa região residencial, não ofereceria condições de permanecer como sede dos ensaios do bloco. O motivo era o excesso de barulho que

incomodava as residências vizinhas da sede da instituição. A solução encontrada foi a transferência dos ensaios para a sede do Esporte Clube Praça da Bandeira. Esta solução, porém, foi provisória, pois o bloco precisava ter uma sede própria para realizar os ensaios. Esta dificuldade foi contornada quando consegui comprar um terreno próximo à Praça da Bandeira em Vilar dos Teles, que precisou ser limpo e preparado para a construção da sede definitiva do bloco.

Em 2002 realizamos a fusão do GRBC Independente da Praça da Bandeira com o GRES Arrastão de São João de Meriti, formando o GRES Independente da Praça da Bandeira. Esta escola de samba teve um grande crescimento e ganhou, seguidamente, os grupos E, D e C, sempre apoiada pela comunidade meritiense e pelos diversos blocos carnavalescos da região. Buscamos seguir uma linha de enredos que traziam reflexão de cunho social e que expressassem as ações e lutas dos movimentos populares, principalmente relacionados às áreas do meio ambiente, do patrimônio cultural local, da questão racial, do saneamento, do acesso à água e à saúde, da questão nutricional e da pobreza.

Ano	Enredos da Independente da Praça da Bandeira	Colocação
2011	Refavela	11º grupo B
2010	Da Chibata à Gravata, São João Canta a Africanidade.	1º grupo C
2009	Redescobrimdo a História e a Cultura do Rio de Janeiro	11º grupo B
2008	Viagem Fantástica ao Mundo do Circo, Seja de Lona ou Social.	6º grupo B
2007	Ecoa um Grito de Liberdade nos Quilombos da Baixada	12º grupo B
2006	O Sertão Vai Virar Mar, É o Velho Chico Quem Vem Avisar.	9º grupo B
2005	Josué de Castro: Ecoa um Grito Contra a Fome, Pela Cidadania e Pela Paz na Terra.	9º grupo B
2004	Oswaldo Cruz, o Médico do Brasil no Palácio da Saúde.	1º grupo C
2003	Biodiversidade Com Justiça Ambiental: O Ouro Verde Voltará a Brilhar	1º grupo D
2002	No Movimento das Águas, Sou Fonte de Vida e Luta Em Defesa da Preservação.	1º grupo E

Fonte: Site Apoteose Online – <http://www.apoteose.com>

Em 2010 a escola de samba mudou de nome, passando a ser conhecida como GRES Independente de São João de Meriti,

ganhando o carnaval do grupo C e, no ano seguinte, apresentando na Marques de Sapucaí (Sambódromo) o enredo sobre um importante tema social: a favela.

Atualmente, a escola de samba Independente da Praça da Bandeira não vem realizando desfiles. Fizemos uma avaliação e concluímos que a escola cresceu de forma muito rápida e passou a exigir uma estrutura organizacional e financeira cada vez mais complexa. Além disso, a escola passou a ser palco de disputas internas e a se voltar mais para o desfile em si mesmo, virando as costas para a parceria com a Casa da Cultura e se distanciando dos objetivos sociais. Isso fez com que os propósitos iniciais e os objetivos gerais se perdessem ao longo do tempo. A escola de samba, ao longo da sua existência, teve três presidentes: 2003-2005 - Hélio Ricardo Leite Porto (Helinho); 2006-2009 - Francisco Pereira de Melo (Dom Chico); a partir de 2010 - Manoel Honorato.

O combate à desnutrição

Outra importante ação da Casa da Cultura foi o envolvimento com a questão nutricional, atuando em conjunto com a ABM, a FASE e as comunidades religiosas. Esta pauta surgiu em 2001 como um desafio lançado por Dom Mauro Morelli⁷, Bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, aos movimentos sociais: iniciar uma campanha de combate à desnutrição materno-infantil. Eu e meu grupo político aceitamos o desafio e, em parceria com a FASE, articulamos toda a campanha em São João de Meriti, organizando diversos debates e mobilizando os movimentos e as instituições sociais do município em prol da erradicação da desnutrição infantil e materna. O mutirão buscou, num primeiro momento, conhecer a realidade nutricional dos municípios de São João de Meriti e Duque de Caxias⁸. Isso foi feito analisando

⁷ Dom Mauro Morelli esteve à frente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, nos anos de 1993 e 1994, e foi membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

⁸ Iniciou nestes municípios e depois se expandiu para toda a região da Baixada, com o projeto Crescer.

os dados municipais e de institutos de pesquisa. Constatamos que esses dados eram insuficientes e que não expressavam o verdadeiro problema da desnutrição materno-infantil. Diante disso, realizamos um trabalho de coleta de dados e informações, através da pesagem e do acompanhamento de crianças desnutridas ou com risco nutricional. Depois, formamos um banco de dados que continha o quantitativo das crianças em risco nutricional e desnutridas, o que, segundo Dom Mauro Morelli, permitiu: “dar nome e rosto a essas pessoas”.

Desnutrição Infantil em São João de Meriti	Quantidade
População menor de 5 anos	51.558
Total dos desnutridos	8.729
Risco Nutricional	5.423
Desnutridos	3.306

Fonte: Observatório Baixada – 2001

Nosso mutirão também ampliou as parcerias e congregou as mais diversas lideranças da Baixada Fluminense em prol da erradicação da desnutrição materno-infantil. Participaram das discussões políticos locais, entidades religiosas, sociais e culturais.

Dividimos a cidade de São João de Meriti em núcleos dos mutirões, localizados em diversos bairros, em espaços como: igrejas, associações de moradores e centros culturais. A ABM foi o núcleo de coordenação do mutirão, onde funcionava o Observatório Baixada,⁹ que montou um banco de dados de indicadores socioeconômicos e nutricionais do município. Já a Casa da Cultura, absorveu os debates sobre a questão nutricional, associando a cultura à dimensão do direito e da cidadania, atendendo, acompanhando e orientando crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situações de risco social e nutricional. Foi nesse período que a Casa da Cultura recebeu a visita do relator especial da ONU sobre o direito à alimentação: Jean Ziegler.

⁹ Um núcleo de pesquisa formado pela parceria do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) com a FASE.

Os novos tempos

Ao longo de sua história, a Casa da Cultura apresentou um grande potencial transformador social. Dela surgiram, e ainda surgem, promessas do esporte e das artes. Pela Casa da Cultura, passam crianças, adolescentes, homens e mulheres em busca de um futuro melhor. Projetos de formação da juventude, de inclusão social e digital também encontram abrigo nesta instituição. Numa realidade de poucas oportunidades e até mesmo de exclusão social, a Casa da Cultura vem se mantendo como alternativa social e cultural. Há projetos voltados à questão da alimentação, contribuindo com estudos e palestras sobre a alimentação saudável. Além disso, a instituição conta com uma padaria escola, onde jovens e adultos têm a oportunidade de se formar no curso de panificação e confeitaria.

Atualmente, a Casa da Cultura da Baixada Fluminense, além de incentivar e promover ações afirmativas em defesa da cultura afro-brasileira e da igualdade racial, é referência na formulação e proposição de políticas públicas na área de gênero, dos direitos da mulher em São João de Meriti e em toda Baixada Fluminense, assim como se destaca na criação e no funcionamento de projetos de grande impacto social.

Para comemorar seus 20 anos de existência, a ONG Casa da Cultura reuniu (no dia 16 de abril de 2011), na cidade de São João de Meriti (Praça dos Três Poderes – Vilar dos Teles), mais de 50 mil pessoas. Várias atrações prestigiaram o evento, como os próprios artistas da Casa da Cultura e o cantor Arlindo Cruz. Este evento foi apresentado pelo “Projeto Raízes da Cor – 100 anos da Revolta da Chibata”, projeto desenvolvido na Casa da Cultura, e contou com o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal. Além de homenagear os 20 anos da instituição, outro homenageado do evento foi João Cândido, o “Almirante Negro” que viveu e morreu em São João de Meriti.

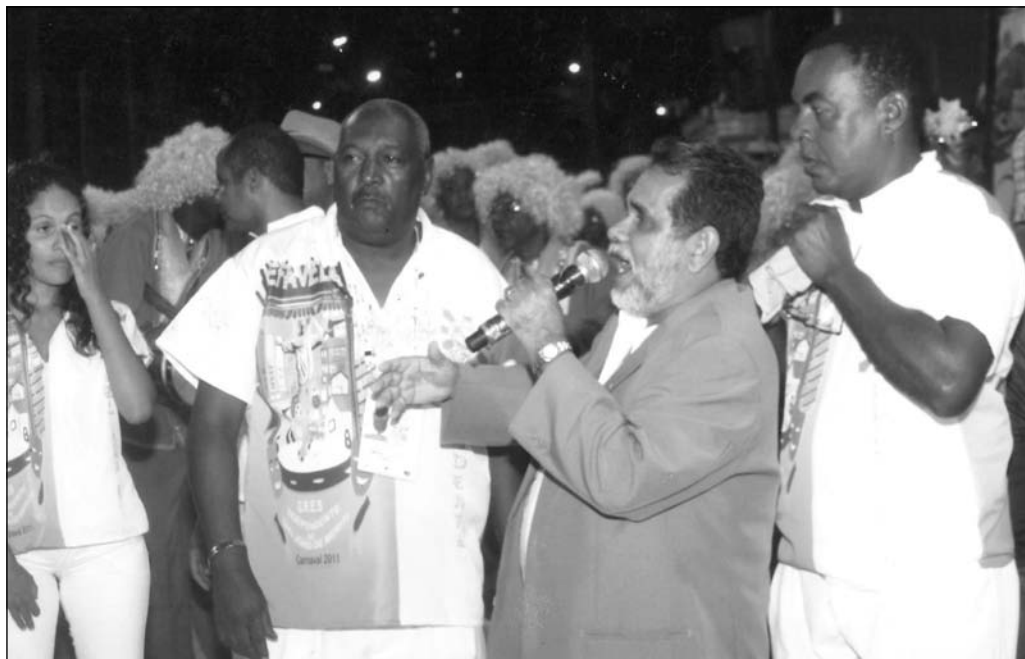
A Casa da Cultura desenvolve a cultura associada à questão da promoção da cidadania, ajudando na formação artística, cultural

e crítica de jovens e adultos e, por outro lado, promovendo a formação de sujeitos coletivos, no sentido de pensar os problemas sociais, discuti-los e propor soluções. Nos seus vinte anos de trabalho, a Casa da Cultura beneficiou mais de 50 mil pessoas.

Quando ocupei a vereança da cidade de São João de Meriti, pude contribuir com algumas leis importantes para a valorização racial, dentre elas: a Lei 936/97 (criou, no calendário oficial de São João de Meriti, a semana de conscientização da sociedade sobre o negro, que acontece na semana do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra) e a Lei 1031/99 (criou o Memorial ao Marinheiro João Cândido na Praça da Bandeira, em São João de Meriti).

Em 2010, o projeto Raízes da Cor, junto com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), realizou seminários e shows¹⁰ para comemorar os 100 anos da Revolta da Chibata, debatendo as questões referentes às ações afirmativas, a igualdade racial, a valorização da cultura negra e o resgate da memória de João Cândido. O fruto desses encontros foi o Museu Marinheiro João Cândido, a ser construído na Vila São José. Penso que é importante que os moradores de São João de Meriti tenham orgulho de seu morador ilustre. João Cândido, nascido no Rio Grande do Sul em 1880, viveu e morreu na cidade de São João de Meriti, no bairro de Coelho da Rocha. Filho de escravos e, durante muitos anos, servidor da Marinha, o “Almirante Negro”, envolveu-se em vários episódios da política brasileira, como liderança da Revolta da Chibata, movimento social ocorrido em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, em protesto aos castigos físicos (chibatadas) que os marinheiros brasileiros recebiam. A família de João Cândido vive em São João de Meriti até os dias de hoje. Não podemos deixar que essa história seja esquecida. O nosso herói negro deixou um legado imenso para toda a nação.

¹⁰ Nestes shows, o público presenciou as manifestações da cultura negra de São João de Meriti, com as apresentações de capoeira angola, do Grupo BAC (Balé Afro Contemporâneo), de jongo, maculelê e o GRES Independente da Praça da Bandeira.



Manoel Honorato e Jorge Florêncio - Abertura do desfile na Sapucaí, Grupo B.



Desfile do G.R.E.S. Independente de São João de Meriti – Sapucaí (RJ).



Batata (Mestre Sala) e Cristiane (Porta Bandeira) em desfile pelo G.R.E.S. Independente de São João de Meriti – Sapucaí (RJ).



Manoel Honorato, Dom Chico e Hélio Porto (com o microfone) - Presidentes do G.R.E.S. Independente de São João de Meriti



Entrevista de Jorge Florêncio as margens do Rio Sarapuí, após as enchentes de 1988 na Baixada Fluminense, para a EZE, grupo de financiamento de solidariedade internacional alemã.

Mundo novo, vida nova

“Feliz de quem entende que é preciso mudar muito para ser sempre o mesmo”

(Dom Hélder Câmara)

Promover a justiça social e a igualdade sempre foi o meu ideal de vida e de militância. Este também era o ideal da Organização Não Governamental FASE, que buscou, desde sua origem, trabalhar para transformar a realidade das áreas abandonadas pelo poder público. Desta forma, avalio que esta instituição encontrou em mim um interlocutor que viabilizou a execução dos seus projetos, principalmente aqui na região da Baixada Fluminense. Por outro lado, eu encontrei nesta a estrutura para fortalecer os movimentos sociais na região.

ANOS 80: DÉCADA PERDIDA PARA QUEM? A década de 80 carrega o rótulo de ter sido a “década perdida” para a economia. Este estigma decorre, sobretudo, das crises financeiras e do aumento inflacionário. No entanto, no que se refere à participação popular, à cidadania e aos direitos humanos, foi uma década bastante rica. A ditadura militar teve seu fim, os militantes exilados voltaram ao país, a população pode exercer o seu direito de manifestação social, o voto direto e a atuação partidária foram reconhecidos, o chamado “novo sindicalismo” ganhou força, uma nova Constituição Federal foi inscrita, as associações de moradores se multiplicaram e as Organizações Não Governamentais (ONGs) ganharam visibilidade. A década de 80 foi uma época bastante rica para os movimentos sociais que tinham duas bandeiras de lutas: a redemocratização do país e a promoção de diversas reivindicações por direitos civis e políticos sociais.

Antes de falar sobre como eu, um operário da construção civil, me tornei um técnico educacional de uma importante ONG, é preciso explicar o contexto social e político que fez com que isso se tornasse possível.

O educador popular da ONG FASE

Os anos oitenta foram marcados pelo fim do regime militar e o retorno ao regime democrático, onde partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais saíram da clandestinidade e puderam, novamente, exercer o direito de participar da vida política brasileira. Eu, como muitos companheiros, entre eles o ex-presidente Lula, surgimos dos mais diversos movimentos populares, como a Igreja Católica Progressista, os partidos políticos, principalmente o PT, os sindicatos e as associações de moradores. Essas entidades populares formaram novos atores sociais, propiciando a estes as condições para que pudessem ser reconhecidos como lideranças populares e como nomes de expressão das reivindicações dos grupos sociais excluídos da representação política. Portanto, adianto que foram as “condições históricas”, como diria Karl Marx, que fizeram com que eu me tornasse uma liderança política.

A BAIXADA FLUMINENSE NA DÉCADA DE 80: A Baixada Fluminense, no início dos anos 80, ganha maior visibilidade na grande imprensa, porém de maneira negativa, pois sua imagem estava diretamente associada com a violência (homicídios, grupos de extermínio, acidente de trânsito e falta de assistência médica), sendo destaque nas capas de jornais, além de ser conhecida como um lugar violento e da criminalidade. As figuras do “mão-branca”, uma espécie de “exterminador” com “justiceiro”, e de Tenório Cavalcanti foram constantes na imprensa. Esse cenário da região da Baixada Fluminense era favorável à atuação política dos antigos coronéis, que agiam como defensores da comunidade, mas também abafavam, muitas vezes com violência, qualquer tipo de manifestação popular que levantasse a bandeira dos direitos de cidadania.

Por outro lado, esta década marca, na Baixada Fluminense, o ressurgimento dos movimentos populares, que se organizaram em espaços religiosos, associações de moradores, sindicatos, partidos políticos e em instituições culturais. A reivindicação era contra o governo militar, a favor da aquisição dos direitos de cidadania e por investimentos e políticas públicas que pudessem melhorar a vida dos moradores da região.

Mas como foi que isso tudo aconteceu? Num contexto nacional,

a participação popular ganhou força com o enfraquecimento do regime militar, no final dos anos setenta e começo dos anos oitenta. Os movimentos sociais começaram novamente a se organizar e reivindicar direitos de cidadania, negados desde o golpe militar de 1964. Com isso, novos atores sociais encontram espaços em entidades populares que estavam se formando. Juntamente com esse fato, ganham visibilidade as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), desenvolvendo ações de solidariedade, de pressões políticas a favor dos excluídos e de reivindicações de direitos de cidadania. Eu penso que as ONGs cumpriram um papel importantíssimo durante o regime militar, pois, na falta de partido e de democracia no país, eram elas, junto com as igrejas católicas progressistas, que contribuíram para a formação de novos atores e lideranças sociais.

Eu me recordo que na década de setenta não tinha muito essa história de ONGs na Baixada Fluminense. Você conhecia a FASE, o CEDAC (Centro de Ação Comunitária) e o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), mas não se sabia direito o que elas representavam. O que havia aqui, década de sessenta, eram as associações de pró-melhoramento, que eram as mais antigas. Por outro lado, existiam as igrejas (católicas) que atuavam nas comunidades e era aí que as pessoas se organizavam e reivindicavam seus direitos.

É importante que se diga que: se o cenário era favorável à sociedade civil organizada nos anos oitenta, por outro lado, havia limitações. A pobreza, a violência e a presença da elite política eram entraves às mudanças sociais. Direitos básicos como o acesso à água, o atendimento hospitalar, a matrícula escolar, o transporte público e a rede de saneamento eram instrumentos políticos que mantinham a elite política tradicional no poder. Esses direitos básicos não se apresentavam como um direito de fato para a população, mas sim, como um favor, que era dado pela elite local em troca de votos, de lealdade e gratidão. Essa era a cultura do clientelismo, que tinha e tem força até hoje na região da Baixada Fluminense. Se essa cultura fosse ameaçada por qualquer motivo, usava-se da violência, que servia para várias finalidades, dentre elas: coibir, controlar e impor respeito. Nos casos mais extremos, a violência era usada para eli-

minar inimigos políticos. Esse cenário foi mudando ao longo do tempo, porém, é preciso ter clareza de que as mudanças sociais não ocorrem de uma hora para outra. Trata-se de um processo lento. Os traços culturais tradicionais não desapareceram totalmente: eles se misturam, se renovam e se reproduzem com uma nova roupagem e discurso. É assim até hoje na Baixada Fluminense, onde se observa a reprodução desses grupos políticos tradicionais na estrutura do poder municipal e no financiamento de campanhas políticas.

As ONGs começaram a ganhar visibilidade no final da década de 80 e começo da década de 90, onde desempenharam um trabalho de assessoria, financiamento e condições estruturais de ação (física, humana e financeira) das lideranças populares. Elas eram uma das incentivadoras do ressurgimento e fortalecimento da participação popular organizada (associações e federações de moradores) e classista (sindicatos e partidos políticos).

Meu primeiro contato com a ONG FASE¹¹ foi através da Maria Lídia Silveira, que era pesquisadora dessa instituição. Ela era responsável por prestar assessoria aos movimentos populares na região da Baixada Fluminense, com atuação voltada à organização desses movimentos e, ao mesmo tempo, à formação de novas lideranças locais, que tivessem potencial para democratizar o acesso à cidade¹². Nesta época, eu fazia parte de um grupo político que desenvolvia ações na Pastoral da Juventude, nas associações de moradores e no partido político. A Maria Lídia atuava aqui assessorando os movimentos sociais e trabalhava junto com a gente,

¹¹ O programa Rio de Janeiro, da ONG FASE, atua na perspectiva de promoção do direito à cidade, principalmente na Baixada Fluminense, região periférica onde, historicamente, o desenvolvimento urbano é gerador de segregação socioespacial, desigualdade e violência.

¹² A FASE, nos anos 1980, participa de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas, ajudando a aprofundar a transição democrática. Nos anos 90, desenvolve novas atividades voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. Temas como: o desenvolvimento social e sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres; dos afro-descendentes e dos indígenas, bem como a ação pelo acesso aos direitos econômico, social e cultural. Esses temas marcaram as mobilizações dessa instituição e, atualmente, ainda vêm permeando a sua atuação no quadro das lutas contra as desigualdades.

mas tem aquela coisa que você olha a pessoa e não a instituição. Eu acompanhava o trabalho dela, mas não conhecia muito bem o que a FASE representava.

Num certo momento, Maria Lídia convocou o nosso grupo político, explicou o que era a FASE e anunciou que deixaria esta ONG para se dedicar ao seu trabalho universitário. Ela disse, também, que pretendia colocar alguém de referência do movimento social, da Baixada Fluminense, para ocupar o seu lugar de técnico educacional da FASE. Ela deixou o convite aberto para que indicássemos alguém do nosso grupo político, com quem ela tinha afinidade e trabalhava junto. Naquele momento surgiram três nomes: o do padre Adelar, o do companheiro Ernani Coelho e o meu. Eu fui o escolhido. Talvez porque eu era a pessoa que tinha uma vivência social na Pastoral da Juventude e nos movimentos sociais e, também, porque tinha mais disponibilidade para desempenhar esse trabalho.

Foi assim que eu, aos 29 anos de idade, pintor de paredes e militante dos movimentos sociais, me transformei em técnico educacional de uma das maiores ONGs do país.

FASE: A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, a FASE esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Nos anos 60, atuou nas áreas do associativismo e cooperativismo. Com a ditadura, passa a atuar na oposição ao regime, apoiando o movimento sindical e os movimentos comunitários de base. Nos anos 70, formou centenas de lideranças populares no Brasil, apoiando suas reivindicações. Nos anos 80 e 90, se volta para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais, direito das minorias, desenvolvimento social e sustentável. Na época atual, luta contra as políticas de caráter neoliberal, integrando redes, fóruns e plataformas (*texto extraído do sítio: <http://www.fase.org.br>, acessado em 11/12/2012 às 18hs*).

Este convite promoveu enormes mudanças na minha vida, de ordem pessoal, profissional, de militância e intelectual. Posso

dizer que a FASE representou, para mim, certo divisor de águas em todos os sentidos.

Na vida pessoal, representou a minha autonomia financeira, pois passei a receber mais de oito vezes o que eu ganhava na construção civil. É duro você trabalhar, ter seu dinheiro contado no fim do mês e se envolver com a militância política. Houve um momento em que fiquei desempregado e a coisa se agravou. Como poderia me dedicar a ajudar a melhorar a vida das pessoas se não conseguia melhorar a minha e a de minha família? Não foi fácil. Neste sentido, posso dizer a FASE foi decisiva na minha vida econômica, pois me deu estabilidade de trabalho, segurança e equilíbrio na minha vida pessoal. Eu tinha vários direitos trabalhistas, como carteira assinada, direito de colocar meus filhos em creches, direito a plano de saúde, a transporte e alimentação. Foi a primeira vez que eu tive uma sequência grande de carteira assinada, de 1983 a 1996.

Uma coisa engraçada foi quando eu recebi o primeiro salário da FASE. Eu pensei: o que vou fazer com esse dinheiro todo? Primeiro fiquei com medo de perder o emprego e, conseqüentemente, o meu salário. Mergulhei de corpo e alma ao trabalho: precisava me destacar e fazer as pessoas da FASE perceber que o investimento feito em mim seria compensador. Também não poderia decepcionar as pessoas que me indicaram ao cargo, pois eu estava ali representando um grupo de militantes dos movimentos sociais da Baixada Fluminense que queriam, como eu, melhorar as condições de vida da região. Num segundo momento, passei a investir o dinheiro que recebia. Apliquei em imóveis e realizei o meu sonho e do pessoal da Baixada, que foi adquirir os futuros imóveis das sedes da ABM (Federação de Amigos de Bairros de Meriti) e do Barracão Cultural (atual Casa da Cultura da Baixada).

A minha entrada na FASE também trouxe mudanças importantes para a vida profissional, pois passei a ter contato com os pesquisadores universitários e com os profissionais que tinham experiências de trabalhos institucionais e empresariais nas áreas de políticas públicas e de gestão de programas sociais. Esses contatos me fizeram absorver conhecimentos e amadurecer. Por outro

lado, a minha presença na FASE era vista com desconfiança e até mesmo com preconceito, devido ao pouco estudo que eu tinha e ao meu passado de trabalhador da construção civil. O que eu poderia oferecer à FASE? Talvez aquilo que a instituição buscava, uma liderança local ligada à Igreja Católica, aos movimentos populares e que conhecia a região da Baixada Fluminense.

Eu acho que a minha trajetória e os meus contatos eram importantes para a FASE naquele momento, pois a ONG recebia doações de instituições estrangeiras que eram católicas, na sua maioria. Portanto, se eu não era o cara bom para fazer relatórios técnicos, elaborar grandes textos e seminários, eu era a referência da instituição na Baixada Fluminense. Por conta disso, era eu quem apresentava e acompanhava os colaboradores da FASE nas visitas às federações de moradores, igrejas católicas, favelas e outras localidades da Baixada Fluminense. Naquele tempo não era fácil circular por aqui, pois as pessoas tinham medo. Se ainda hoje a região tem miséria, pobreza e violência, você pode imaginar como era naquela época.

Os diretores da ONG logo perceberam que eu tinha uma legitimidade enorme, pois conhecia todo mundo e era bastante articulado. Com isso, a FASE aumentou o seu prestígio, o que a ajudou a manter e ampliar seus projetos sociais. Aos poucos, passei a entender melhor a ONG onde eu trabalhava, e a instituição também foi me conhecendo mais.

Com isso, eu incorporei a instituição e passei a agir e a ser conhecido como técnico da FASE, mais até do que como membro do PT. Eu me lembro que eu ia a qualquer lugar e as pessoas diziam: “chegou o Jorge Florêncio da FASE”.

Através da FASE, conheci outras localidades e viajei bastante, ampliando a minha rede de contatos, bem como tive a oportunidade de viajar de avião, mais fácil atualmente do que naquela época, até mesmo para o PT. Fui à Vitória (ES), Rio Grande do Sul e ao Nordeste, por exemplo, onde troquei experiências com as equipes espalhadas pelas regiões brasileiras. Ia muitas vezes para participar de seminários locais, regionais e nacionais. Imagina a riqueza de dados e informações que isso me deu naquele momento.

A minha vida de militância também mudou com a ida para a FASE. A minha identidade não era mais a do trabalhador da construção civil, que vivia com o dinheiro contado todo mês, mas sim, do profissional que representa uma instituição social e que tem estrutura e recursos para ajudar a assessorar os movimentos populares. O poder financeiro e simbólico que a FASE proporcionava não serviu apenas para alimentar aspirações pessoais, mas também para contribuir com as melhorias sociais da população sofrida da Baixada Fluminense.

Eu percebi que deveria continuar desempenhando o papel que já exercia antes de entrar na FASE e que não era necessário mudar a minha atuação. Isso eu aprendi com Dom Hélder Câmara, que dizia: “Feliz é aquele que entende que é preciso mudar muito para ser sempre o mesmo”. Era preciso, portanto, me capacitar, ampliar meus conhecimentos, adquirir uma boa estrutura de ação e me tornar uma liderança popular de fato, porém sem perder as minhas raízes, o meu papel social de militante.

O intelectual orgânico

A FASE era uma instituição que desempenhava um papel de reprodução dos intelectuais acadêmicos. A minha entrada nesse espaço provocou ciúmes, preconceitos, rivalidade e dúvidas. Afinal, teria um operário da construção civil capacidade para desempenhar a função de técnico de uma ONG de abrangência nacional?

Eu não me apresentava pelo meu currículo acadêmico, pois não tinha nível superior, nem histórico de estudos na família e tampouco conhecia a literatura acadêmica. Meu cartão de visita era a minha própria militância popular. Meu conhecimento era o da prática e não o teórico. Minha vivência, teoria e filosofia eram as do dia-a-dia. A região da Baixada Fluminense, estudada pela academia, não era apenas um objeto de estudo para mim, pois não a vivenciava de forma distanciada, mas próxima do cotidiano. Eu conhecia os problemas da Baixada a fundo: suas mazelas e dificuldades. Cresci escutando e percebendo que a

região onde eu morava sofria com as enchentes, a falta de água e de saneamento básico e outros serviços, tais como a precariedade da educação e da saúde, o desemprego, a violência e o transporte público.

Inicialmente, o meu conflito na instituição era o de ter que provar que eu tinha capacidade para desempenhar a função de técnico educacional. Foi preciso me apresentar como um intelectual associado à vida social, ao cotidiano da luta popular. Eu posso dizer que a minha intelectualidade surgiu e se formou nos movimentos sociais, na juventude operária, nas associações de moradores e no partido político. Eu não era o “intelectual tradicional”, que é formado nos espaços acadêmicos, mas, o que se pode chamar de “intelectual orgânico”¹³, que tem sua formação intelectual associada a determinados grupos sociais.

INTELLECTUAL ORGÂNICO: Antônio Gramsci define duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional. O intelectual orgânico é aquele que mantém-se vinculado a sua classe social de origem, atuando como porta-voz da ideologia e interesse de classe. Já o intelectual tradicional, é aquele que se vincula a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros (*para saber mais: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/intelectuais-2-pensadores-e-classes-sociais.htm>*).

Eu me capacitei na FASE através dos grupos de estudos sobre os textos políticos e acadêmicos de Karl Marx, Antônio Gramsci, entre outros autores. Os estudos sobre Gramsci, quase mensalmente, vinham acompanhados de uma análise de conjuntura com alguém de referência, como o Francisco Oliveira ou a Raquel Rolnik. Muitas vezes também, participei de oficinas oferecidas pela FASE, em parceria com o instituto Pólis¹⁴. Eu já trazia habilidades desenvolvidas pelos trabalhos das pastorais sociais e da militância

¹³ Os conceitos de intelectual tradicional e intelectual orgânico foram desenvolvidos pelo pensador italiano Antônio Gramsci. Para saber mais, veja o sítio: www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/cezarluizdemari.rtf.

¹⁴ Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Site: <http://www.polis.org.br/>

partidária, mas essas leituras e oficinas ampliaram bastante o meu conhecimento, contribuindo integralmente para a minha formação intelectual, me estimulando a refletir, a pensar no mundo e conhecer teóricos importantes, como Gramsci e Rosa Luxemburgo, me possibilitando, assim, ser uma referência política respeitada na Baixada Fluminense.

Para conquistar o meu espaço na FASE e a legitimidade por parte dos colegas, percebi a importância de ser eu mesmo, ou seja, não ocultar a minha militância social, uma vez que esta dimensão fortalecia a linha de ação da ONG.

A preocupação da FASE era desenvolver processos de formação de sujeitos coletivos. Neste sentido, a minha experiência se encaixava muito bem com esse objetivo: eu já era uma referência do movimento social da Baixada Fluminense antes de entrar para a FASE; ajudei a fundar as federações de associações de moradores de Nova Iguaçu (MAB) e Duque de Caxias (MUB); participei da FAMERJ; era filiado ao PT e havia me candidatado a deputado estadual, enfim, já tinha participado de vários movimentos e lutas sociais. Portanto, foi a minha prática que me legitimou dentro da FASE. Também em função da minha trajetória, eu tinha liberdade para atuar na base dos movimentos sociais, formando e assessorando as associações de moradores, fazendo visitas às pastorais da igreja católica e organizando a luta do saneamento e da saúde. Quando eu entrei na instituição, percebi que havia um conflito interno que colocava em lados opostos uma ala mais moderada e uma mais radical. A primeira achava que a FASE tinha que conversar mais com a política e falar mais com a sociedade, buscar o diálogo e exercer um papel de protagonista. Já a ala radical, acreditava que tinha que formar sujeitos coletivos, formar células nas bases, nos movimentos e nas áreas populares. Era um discurso antipelego¹⁵ e mais próximo do que o PT pregava quando surgiu como partido. A Maria Lídia representava esta ala, e eu, também.

¹⁵ A expressão antipelego seria o contrário de pelego. O termo pelego se refere ao líder sindical de confiança do governo que garante o atrelamento da entidade sindical ao Estado, já o termo antipelego, é o contrário disso, se referindo ao trabalhador que mantém sua ética e seus valores, não traindo a sua classe para se aliar ao governo e/ou patrões”.

Como eu entrei no lugar dela, outra resistência a mim era em função ao que eu representava. Este conflito de concepção afetava quase todos os movimentos sociais no Brasil pós-ditadura.

Eu integrei a equipe da FASE-Rio, que era dividida entre a linha de ação sindical e da questão urbana, com atuação nos bairros. Eu ingressei nesta última linha de ação. A equipe era composta pela Grazia de Grazia e pelo Lorenzo Zanetti. Cabe registrar que a a FASE contribuiu para que muitos sindicatos do Sul/Sudeste pudessem ser ocupados por trabalhadores de orientação progressista, principalmente os sindicatos dos metroviários, bancários e da construção civil. Destaco o importante papel que a FASE exerceu na formação e fundação do sindicato dos correios, em 1985.

Ensinar e aprender: uma importante reflexão

Como técnico educacional da FASE, eu usei os recursos e a infraestrutura da ONG para formar, assessorar e fortalecer os movimentos populares, promovendo cursos de capacitação e formação de lideranças. Para isso, eu estruturei a equipe da FASE-Rio, incorporando dois militantes populares da Baixada Fluminense: Orlando Junior e Hélio Porto.

Foi com esta estrutura da FASE-Rio que eu ajudei a criar o Comitê de Saneamento da Baixada Fluminense, o posto da CEDAE em São João de Meriti e o Plano de Saneamento Básico para a região. Durante o tempo em que estive nesta instituição, também me tornei tesoureiro da FAMERJ, representante latino-americano dos movimentos populares e ajudei as campanhas do PT. Numa delas, apoiei e trabalhei para eleger o companheiro Ernani Coelho a deputado estadual.

Apreendi muito com a estrutura da ONG e a ajudei a desenvolver inúmeros projetos na região da Baixada Fluminense, tais como: a criação de associações e federações de moradores; a criação da Casa da Cultura; o programa Reconstrução Rio; e a parceria com o programa Baixada Viva, do governo do estado. Outras ações, como a criação do terminal rodoviário da Praça da Bandeira, ligando esta região ao centro do Rio de Janeiro e às demais

regiões, atualmente passam despercebidas, mas foram frutos de lutas coletivas. Posso dizer que isso tudo foi possível porque obtive da ONG toda a estrutura de ação.

Meu trabalho na FASE, portanto, foi todo voltado para a formação e o fortalecimento dos atores sociais. Prestava assessoria técnica aos movimentos populares, promovia cursos de lideranças e de formação política. Eu fui, ao mesmo tempo, militante social, representante institucional e partidário, e o captador de recursos e projetos para a região da Baixada Fluminense. Em certas ocasiões, desempenhei um papel social que cabia ao poder público, como no caso da construção de um projeto educacional que era uma escola infantil, batizada pela comunidade local com o nome de Programa Infantil Popular Alternativo, popularmente conhecido como PIPA. O governo do estado construiu esta escola na Praça da Bandeira (São João de Meriti) e, durante cinco anos, era a FASE quem pagava os professores e quem criou uma gestão participativa e popular. O colégio está lá até hoje.

Eu tinha, e tenho até hoje, uma preocupação que é a de promover ações que possam resolver os problemas sociais enfrentados pelos moradores da Baixada Fluminense. Muito desses problemas não podem esperar a ação do governo, pois necessitam de ações emergenciais, como no caso dos projetos que criaram o Comitê de Saneamento da Baixada Fluminense e o projeto Reconstrução Rio. Esses dois projetos foram bem sucedidos e ajudaram a pressionar o poder público a investir na construção da rede de saneamento, de abastecimento de água e de construção de casas populares na Baixada. O Reconstrução Rio era voltado às vítimas das enchentes na Baixada Fluminense, ocorrida em 1988, e ajudou a construir mais de mil casas aqui em São João de Meriti. Isso chamou a atenção do poder público que, pressionado, passou a criar e executar projetos de construção de casas e de limpeza e dragagem dos rios. Na época, eu e alguns companheiros da militância social fizemos um acordo com o governo do estado e passamos a acompanhar e assessorar o programa de despoluição da Baía de Guanabara e a reconstrução de casas habitacionais em São João de Meriti. Esses projetos trouxeram importantes ações como, por exemplo,

a construção da barragem do Gericinó, que existe até hoje lá em Cabral, distrito de Nilópolis, e que colocou um fim nas enchentes provocadas pelas cheias do rio Sarapuí.

Depois de treze anos como técnico da FASE, em 1996, então com 42 anos, eu me desliguei desta instituição. Saí para concorrer ao cargo de vereador de São João de Meriti. Peguei todo o dinheiro que tinha direito e investi integralmente na minha campanha. Todos diziam que eu estava louco. Foi uma aposta arriscada, mas que deu certo, pois consegui me eleger. A gratificação é que mesmo não fazendo mais parte da ONG, pude contar com o apoio e a assessoria da FASE para fazer um mandato popular, contribuindo para que a Câmara de Vereadores de São João de Meriti fosse mais participativa.

Posso dizer que a minha saída da FASE não representou um enfraquecimento do grupo político que eu participava, pelo contrário, eu, enquanto vereador, estendi os laços entre a FASE, os movimentos populares e o poder público. Além disso, levei muitas lideranças populares para dentro da FASE, ajudando a formar uma equipe de técnicos que conhecia e vivia a realidade da região.



Antônio Pitanga e Ronaldo Cesconi: companheiros de partido de Jorge Florêncio.



ONG Casa da Cultura.



Mestre Canela e Beatriz (a Bia) - Evento da capoeira na ONG Casa da Cultura.



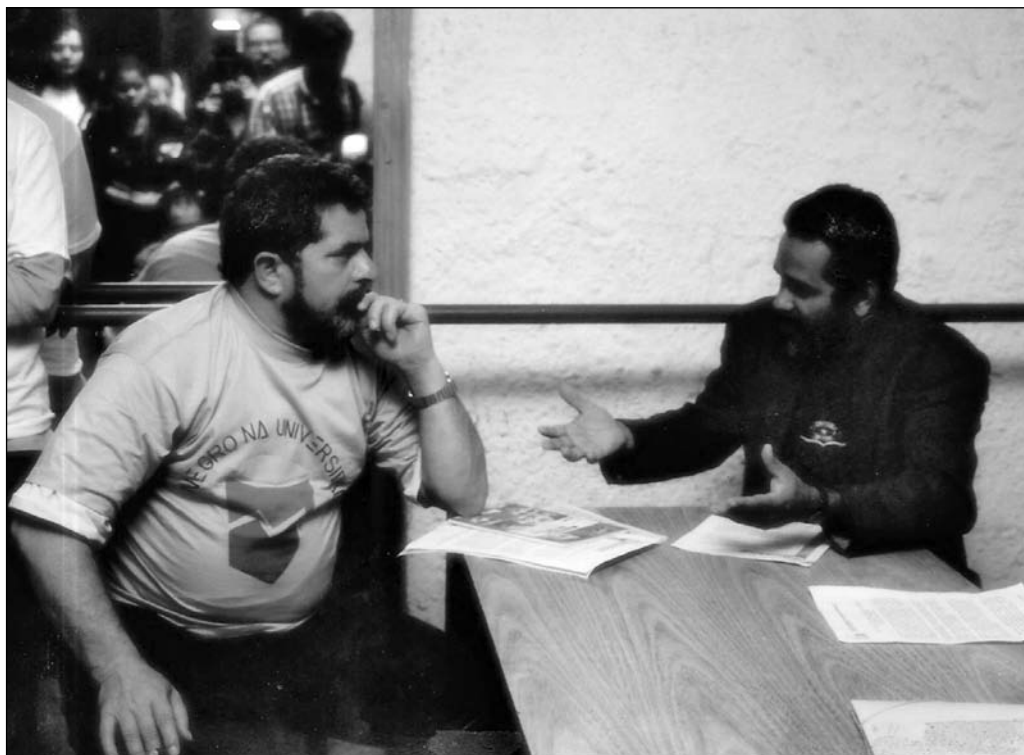
Alfredo, Jorge Florêncio, Dom Mauro, Jean Ziegler (relator especial da ONU sobre o direito à alimentação), Helinho e Angélica de Jesus.

PARTE III

Ação política



Jorge Florêncio com Jorge Bittar num evento na Baixada Fluminense, Projeto “Café Filosófico”, ABM 2002.



*Lula, então candidato à presidência da república de 1989,
com o coordenador de sua campanha na Baixada Fluminense,
Jorge Florêncio – Casa da Cultura, 1989.*

Éramos à luta

“Por cidade, campo e floresta, do seio do sindicato surgiu e a sociedade fez festa para enfim libertar o Brasil”
(*Hino do Partido dos Trabalhadores*)

As nossas campanhas políticas foram importantes para consolidar o Partido dos Trabalhadores na região da Baixada Fluminense, mas também contribuíram para a organização, fortalecimento e crescimento dos movimentos populares. Essa atuação foi possível, dentre outros fatores, porque eu aprendi a fazer a leitura política do mundo, na qual a questão social passava, e passa, pela arena da decisão política, onde os investimentos públicos são determinados. Nesse sentido, eu consegui compreender que era preciso participar e interferir no destino desses investimentos, de modo que os recursos pudessem ser direcionados às políticas sociais, chegando até as populações pobres.

Eu tive uma trajetória política de erros, escorregadas, acertos e de muita aprendizagem. Sempre digo que a participação política é que cria e amplia os canais participativos, garantindo os investimentos necessários ao fortalecimento de um coletivo político. Uso a minha própria experiência para exemplificar isso: a política me deu o mandato de vereador, me fez ser secretário estadual de desenvolvimento da Baixada Fluminense e me transformou, entre outras coisas, no secretário estadual do PT do Rio de Janeiro. Acima de tudo, posso dizer que o envolvimento com a política e o momento do surgimento do PT propiciou o então operário da construção civil se transformar numa liderança popular.

Vou contar agora um pouco dessa história, juntamente com a minha trajetória política/partidária.

ANOS 90: A DÉCADA DO NEOLIBERALISMO: A década de 90 começou com o fim do socialismo na União Soviética e da Guerra Fria. No novo cenário, o sistema capitalista passa a se consolidar e a se organizar em termos globais, sendo impulsionado pelos avanços das telecomunicações e dos transportes. Como consequência, os países centrais registraram um crescimento econômico associado à concorrência comercial. Neste contexto, o Reino Unido e os Estados Unidos adotaram medidas para se defender da concorrência, tais como: redução dos investimentos na área social (educação, saúde e previdência social); privatização das empresas estatais; enfraquecimento do poder dos sindicatos; e não intervenção do Estado na economia. Essas medidas faziam parte de uma releitura do liberalismo, sendo conhecidas como medidas neoliberais.

O neoliberalismo ganharia força e visibilidade com o **Consenso de Washington**, em 1989. Na ocasião, foi proposto o procedimento do neoliberalismo para todos os países, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser redirecionados para as empresas. Houve, ainda, uma série de recomendações especialmente dedicadas aos países pobres, as quais reuniam: a redução de gastos governamentais, a diminuição dos impostos, a abertura econômica para importações, a liberação para entrada do capital estrangeiro, privatização e desregulamentação da economia.

Essa abertura econômica favorecia claramente os países ricos, já que o setor privado tinha a capacidade de comprar as empresas estatais e, ainda, de investir dinheiro em outros mercados. Os países subdesenvolvidos que adotaram a política neoliberal fizeram inúmeros empréstimos que geraram dívidas impagáveis. Os resultados foram: falência e perda de empresas estatais, desemprego e falta de investimentos em áreas sociais, gerando pobreza e violência.

O NEOLIBERALISMO NO BRASIL: No Brasil, o neoliberalismo foi adotado abertamente nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso, período no qual várias empresas estatais foram privatizadas. Grande parte do dinheiro arrecadado neste processo foi usado para manter a cotação da nova moeda brasileira, o real, equivalente a do dólar. Assim, o Brasil passou pelo mesmo processo de venda de estatais, falências e desemprego que os países subdesenvolvidos.

Texto extraído do sítio: <http://www.infoescola.com/historia/neoliberalismo/> (acessado em 10/12/2012 às 13hs).

Participação e campanha política

A região da Baixada Fluminense, por muito tempo, foi caracterizada por possuir uma gramática política¹⁶ que favoreceu, historicamente, as elites políticas tradicionais. Essas elites se mantiveram no poder utilizando-se do clientelismo, do assistencialismo, da compra de votos, da corrupção e da violência eleitoral. É certo que este cenário sofreu mudanças, porém, entende-se que uma cultura não muda de maneira tão rápida. As principais características de uma cultura não desaparecem por completo, elas se misturam e se adaptam aos novos tempos. Alguns clãs familiares perderam o poder que tinham e a violência eleitoral deu uma recuada. O que nunca mudou e que ainda continua muito forte é a compra de votos. Esta prática está ligada à pobreza, aos baixos índices educacionais e a consciência política. Para se ter uma ideia, a Baixada Fluminense ainda tem quase um milhão de analfabetos funcionais. Isso faz com que o voto assistencialista e clientelista ainda encontre espaços na região. Assim, esses votos se fortalecem com a falta de políticas públicas, uma vez que os políticos oferecem, de maneira assistencialista, acesso à saúde, ao transporte, à educação e ao lazer. É o que a gente conhece aqui como “político *captopril*”, que é o cara que distribui remédio para a pressão, e outros males, em troca de votos.

Outra prática eleitoral comum na região foi a fraude eleitoral, onde resultados eram modificados para manter os grupos tradicionais no poder e impedir a entrada dos mais progressistas. Esta prática envolvia não só a classe política, mas também, as instâncias da administração pública e até do Judiciário.

Havia muitas fraudes eleitorais aqui em São João de Meriti. Até hoje acredito que não me tornei vereador antes por conta desse problema: como voto era marcado na cédula, era fácil de ser alterado. Agora, com o advento da urna eletrônica, as barreiras

¹⁶ Este termo se refere ao livro “Gramática Política no Brasil”, de Edson de Oliveira Nunes. Segundo este autor, práticas políticas como o clientelismo, o corporativismo e burocracia, entre outras, constituem uma cultura política que está presente nas instituições e na relação política do nosso país.

são a compra do voto nas vésperas da eleição e o uso do voto clientelista, de caráter assistencial, que mantém boa parte da elite tradicional no poder. Essa dinâmica ainda é muito presente no meio político e, de certa forma, hegemoniza todas as Câmaras de Vereadores da Baixada Fluminense e, talvez, uma boa parte dos prefeitos eleitos.

A Baixada Fluminense, historicamente, é dominada por grupos políticos tradicionais. Esses grupos, na sua maioria, são compostos por empresários que estabelecem relações com o poder político.

A novidade que eu vejo neste domínio das famílias e dos grupos políticos tradicionais tem sido a chegada de grupos que trazem mudanças na composição de forças políticas. Isso tem sido positivo, porém, penso que ainda tem sido insuficiente para reverter essa lógica, pois há grandes resistências por parte dos grupos tradicionais, impondo limites às mudanças. Eu percebi a presença desses grupos políticos tradicionais quando fui vereador de São João de Meriti. A lei do passe livre, de minha autoria, por exemplo, foi uma briga forte, pois mexia com os interesses das empresas de ônibus aqui da região. Fizemos uma grande mobilização em torno dessa aprovação, inclusive com acampamentos na porta da Câmara de Vereadores. Não íamos para o tudo ou nada, pois tínhamos consciência dos limites. Nunca forçamos a barra para além do que achávamos que era possível conquistar. Esta atitude evitava os riscos e os perigos de propor mudanças radicais na cultura política tradicional.

Resumindo esta história, posso dizer que algumas práticas políticas tradicionais deixaram de existir e outras, se renovaram e foram adaptadas. Antes tínhamos aqui o chamado político *bica d'água*, que trocava o acesso à água por voto, depois vieram os políticos assistencialistas, que disponibilizavam seus centros de atendimentos comunitários em troca do voto. Atualmente, troca-se votos oferecendo remédios para as pessoas, asfaltando ruas e embelezando praças públicas. Esses políticos assistencialistas e clientelistas nunca deixaram de existir, porém, percebo que há uma maior conscientização da população sobre esta prática e so-

bre o direito à cidadania. Este ganho se deu com muita luta e mobilização popular. No início dos anos de 1980, a minha vida estava voltada para o trabalho e para a militância social na Igreja Católica. Como operário da construção civil, eu encarava uma jornada de trabalho diária, acordando cedo e enfrentando transporte cheio e precário. Como militante, eu encontrava tempo, depois do trabalho, geralmente à noite e nos finais de semana, para atuar na Igreja Católica, nos movimentos populares e na oposição à direção do sindicato da construção civil. Pode-se dizer, neste sentido, que eu já era uma espécie de liderança popular quando me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981. Com isso, eu iniciei mais uma frente de participação: a partidária.

A BAIXADA FLUMINENSE NA DÉCADA DE 90: MUDANÇA DE IMAGEM: A

década de noventa colheu os frutos da organização dos movimentos sociais e culturais da década anterior. Com isso, a imagem da região da Baixada Fluminense foi se modificando, ganhando espaços nos órgãos de imprensa (cadernos jornalísticos), que passaram a se interessar pelo que acontecia nesta região, criando canais específicos de divulgação social, cultural, política e econômica. Dessa forma, a violência, tida como ponto negativo, abriu espaços para matérias que apontaram para as “qualidades” da Baixada Fluminense. A percepção que se criou foi a de que a violência teria se espalhado pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um todo, não se restringindo apenas ao território da Baixada Fluminense. Os subúrbios e o crescimento das favelas passaram a aparecer nos noticiários cariocas, associados à violência e ao tráfico de drogas.

As obras da construção da Linha Vermelha (1992), e, mais tarde, da estação do metrô da Pavuna (1998) foram vistas como algo extremamente positivo, pois diminuiu, geograficamente, a distância dos moradores da região em relação à cidade do Rio de Janeiro, o que ajudou a dinamizar a economia da Baixada Fluminense. Os efeitos disso foram: a instalação de empresas, o aquecimento do mercado imobiliário e a construção de *shoppings centers*, que fez crescer a ideia de um “mercado consumidor”, fator fundamental de atração de investimentos privados e governamentais. Aqui vale destacar os projetos do governo do estado (Reconstrução Rio, Baixada Viva e o Nova Baixada) e os projetos municipais, pois, apesar dos interesses políticos, eleitorais e assistencialistas, ajudaram a melhorar a infra-estrutura da Baixada Fluminense (Enne, 2004).

PARTIDO DOS TRABALHADORES: O Partido dos Trabalhadores surgiu no dia 10 fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, composto por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação. O embrião do PT foi a ressurgência de um movimento trabalhista organizado, expressa nas greves do ABC paulista da década de 1970, que colocava a possibilidade de uma reorganização do movimento trabalhista de forma livre da tutela do Estado. Este fato possibilitou a criação da Conferência Nacional das Classes Trabalhadores (CONCLAT), que viria a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada três anos após o surgimento do PT. Este partido surgiu, portanto, da organização sindical espontânea de operários paulistas no final da década de 1970, dentro do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos armados de esquerda então existentes.

O PT foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. A ficha de filiação número um foi assinada por Apolonio de Carvalho, seguido pelo crítico de arte Mário Pedrosa, pelo crítico literário Antônio Cândido e pelo historiador e jornalista Sérgio Buarque de Hollanda.

Texto extraído do sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores (acessado dia 11/11/2012 às 10hs).

Mas como se deu a minha filiação partidária? Acredito que foi fruto do despertar da minha “consciência de oprimido”¹⁷, adquirida dentro da Igreja Católica, principalmente no trabalho que desenvolvia dentro das CEBs, no final dos anos de 1970. Nesta época, o padre Adelar nos estimulou a fazer um estudo sobre as “bandeiras” de luta dos partidos que concorreriam à eleição de 1982. O Partido dos Trabalhadores (PT) apareceu como uma opção mais interessante, pois tinha uma relação com a Igreja Católica, os sindicatos e os movimentos sociais. Isso nos deixou animados e, depois de muitos debates, decidi me filiar ao PT de São João de Meriti, junto com os meus amigos Ernani Coelho e Antônio Senna.

Esses debates políticos me permitiram perceber que o exer-

¹⁷ Conceito formulado por Paulo Freire, que se refere à consciência da opressão exercida pelo opressor (dominador) sobre o oprimido (operário, trabalhador), expressando a luta de classes sociais. Para saber mais, acesse o sítio: <http://www.pedromundim.net/PedagOprim.htm> (acessado em 18 dezembro de 2012 às 14 horas).

cício do direito da participação política era um novo campo de participação popular que se abria e que era, também, uma boa oportunidade de fazer com que o ideal da justiça social, propagado pela teologia da libertação, pudesse migrar do campo religioso para o campo da política e da administração pública.

O papel da Igreja Católica neste contexto foi muito importante, na medida em que propiciou as condições para que os movimentos sociais pudessem se organizar, fazendo com que seus militantes adquirissem a consciência de classe. Com isso, além de mim, novas lideranças populares surgiram em São João de Meriti, como Angélica de Jesus, Delmar José, Edson, Ernani Coelho, Sebastião, Paulinho do Sindicato e Márcio Azevedo. Essas lideranças trouxeram um ganho para o partido, pois construíram a lógica do trabalho coletivo de cunho popular e democrático. Se não fosse a Igreja, acho que eu não teria entrado no PT. Eu nunca parei para refletir sobre qualquer bandeira que não fosse a do PT, então para mim nunca houve outra possibilidade partidária que não fosse esta. Pode ser que isso mude depois, mas acho difícil. Dentro do meu entendimento sobre a luta de classe e a luta pela emancipação dos trabalhadores, acredito que o PT foi e ainda é o partido que melhor cumpre este papel: tem projeto, tem proposta e tem história. Entrei no partido com todo o gás, participando das discussões e levando novas lideranças para dentro dos seus quadros políticos. Estimulei o debate sobre a justiça social, a luta de classes, a exploração do trabalhador, as desigualdades sociais e o trabalho de base das comunidades. Logo em seguida, fui indicado pelo partido para disputar a direção local e a eleição de 1982.

O contexto histórico e social do surgimento do Partido dos Trabalhadores, junto com a redemocratização e o fortalecimento dos movimentos sociais, propiciou a transformação de um operário da construção civil, como eu, numa liderança política. Isso aconteceu com boa parte dos militantes que se filiaram ao PT nesta época. O principal exemplo foi o Lula, que era torneiro mecânico e virou uma das principais referências políticas do país, chegando à Presidência da República. No meu caso, penso que

dois elementos foram determinantes. O primeiro foi a consciência política e social adquirida na Igreja Católica, que me levou a ser um educador popular de uma ONG e me capacitou para a ação. O segundo foi a minha filiação a um partido político popular e classista, que incentivava e apoiava a organização e a candidatura de lideranças populares.

A minha trajetória política nestes anos em que estou filiado ao PT foi marcada por uma intensa participação nas campanhas eleitorais. Fui candidato a deputado estadual duas vezes (1982 e 2006), três vezes, a vereador de São João de Meriti (1988, 1996 e 2000), uma vez, a vice-prefeito (2008), e duas vezes, à prefeitura municipal de São João de Meriti (1992 e 2004), além de disputar a liderança local e regional do partido. Apreendi muito com as derrotas eleitorais. Comemorei as vitórias, ajudei a fortalecer o PT na região da Baixada Fluminense e assumi importantes cargos políticos. Se a prática política é um aprendizado cotidiano, posso dizer que me equivoquei algumas vezes, mas também amadureci ao longo de todos esses anos. Deixei o discurso radical de lado, busquei o diálogo político e fiz da política um espaço popular e coletivo, incorporando as demandas dos movimentos sociais.

Das campanhas políticas, três em especial foram importantes dentro da minha trajetória e do grupo político do qual eu fazia parte: a de 1982 - a primeira como candidato; a de 1986 - que elegeu Ernani Coelho a deputado estadual; e a de 1996 - que me elegeu vereador de São João de Meriti. Vou falar um pouco destas três campanhas.

“Quem bate cartão, não vota em patrão”: a campanha política de 1982

A ABERTURA POLÍTICA: Os anos oitenta começaram com os movimentos sociais reivindicando direitos de cidadania, principalmente os seus direitos políticos de se organizarem em associações comunitárias e culturais, além da participação em sindicatos e partidos políticos. Devido a essa pressão, o bipartidarismo, criado pelo regime militar (presidente Castelo Branco) em 20 de novembro de 1965 (através do Ato Complementar nº 4), passa a dar lugar à volta do pluripartidarismo, em 1980, quando foram criados cinco partidos políticos: um representando o governo militar (PDS) e quatro representando a oposição (PMDB, PDT, PTB e PT).

A eleição de 1982 era considerada um ganho dos movimentos sociais organizados, que pressionavam o governo militar no sentido da realização de eleições diretas. Nessa eleição valeu o “voto vinculado”, onde o eleitor teria que escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa, menos para Presidência da República. A eleição se daria em nível federal (senadores e deputados federais), estadual (governadores e deputados estaduais) e municipal (prefeitos e vereadores).

Para minha surpresa, logo que entrei para o partido, assumi como tarefa política a minha candidatura a deputado estadual nas eleições de 1982. Foi uma campanha com poucos recursos, improviso de material de campanha e de grandes dificuldades, porém, de muita participação e vontade de obter o melhor resultado. Apesar dessas condições, eu obtive mais de dois mil votos nesta campanha. Nada mal para um estreante no processo eleitoral.

O slogan da campanha a deputado estadual era: “Quem bate cartão, não vota no patrão”. Era um discurso radical e que refletia a questão da luta das classes sociais. A ideia era expressar a conscientização de que o trabalhador era explorado e que só havia uma saída: eleger candidatos que representariam a causa do trabalhador. Era um discurso muito marxista. Todo o discurso da campanha expressava o conflito de classe entre patrão e operário. Essa era a minha principal motivação, fruto da experiência adquirida como operário da construção civil.

A chapa do PT, da qual eu participei, era a seguinte: Lysâneas Maciel (para governador); Vladimir Palmeira (para senador); Carlos Corrêa (para deputado federal), Jorge Florêncio (para deputado estadual); Mussolini Chedier (para prefeito); e Ernani Coelho (para vereador). Dessa chapa, ninguém conseguiu ser eleito.

Era uma coisa muito sonhadora. A gente reproduzia o discurso do Lula sobre as desigualdades de classes, que era: “o sapato que calça o peão não é o mesmo do patrão” e “a roupa que veste o peão não é a mesma que veste o patrão”. Na época, esse discurso era bem radical. O Ernani (Coelho), em certa ocasião, me levou na casa do sogro do professor Gênesis Pereira Torres, que foi presidente da ABM. O intuito era angariar e reproduzir votos, já que o sogro dele era português e comerciante do bairro. Eu comecei o meu discurso radical e não deu certo, pois o português se levantou e disse: “como eu vou votar num cara desses? Ele vai querer tirar tudo o que eu tenho”.¹⁸

O discurso radical da campanha alcançava as pessoas que estavam na militância popular, mas era insuficiente para falar para o restante da população. Embora eu e os demais militantes tenhamos hoje a noção de que este discurso era muito duro, na época não se tinha essa percepção. Este discurso também teve o seu lado positivo, atraindo a militância dos movimentos sociais, haja vista que ele fazia parte da sua crença e da sua prática.

Aprendemos muito com a eleição de 1982. Primeiro porque ampliamos nossos contatos políticos, fazendo com que o núcleo do PT em São João de Meriti ganhasse força e visibilidade. Segundo porque no campo político mais geral, o resultado das eleições foi positivo, pois o regime militar foi derrotado em algumas loca-

¹⁸ É preciso localizar esse discurso no contexto histórico e social em que ele surgiu, caso contrário, fica sem sentido. O país ainda estava sobre a ditadura militar. Os movimentos sociais denunciavam a falta de liberdade, de injustiça social e pregavam o fim da ditadura militar. O socialismo e o marxismo eram a ideologia vigente da “esquerda” política brasileira e da maioria das organizações da sociedade civil. A Igreja Católica também reproduzia esse discurso, através da teologia da libertação. Por outro lado, a “direita” política e a ditadura eram temerárias desse discurso e refletiam isso para a sociedade, classificando-o como discurso comunista, sendo algo que afetaria a segurança das pessoas e atacarias posses (propriedades).

lidades importantes, como no estado do Rio de Janeiro. Neste, o governo estadual eleito foi Leonel Brizola, político opositor e que trazia a perspectiva de um governo popular.

A CAMPANHA DE 1982: “A minha campanha e a do Jorge não tinham estrutura nenhuma e os nossos adversários riam da gente, pois enquanto nós saímos do trabalho para fazer campanha, os nossos adversários chegavam com carros de som e tinham pessoas pagas para divulgar suas campanhas. Fizemos toda a campanha com tela de *silk screen*, impressa no diário oficial ou num jornal velho. Colávamos aquilo no poste com o nosso nome e o nosso número. A campanha era feita de casa em casa. Panfletávamos com um currículo nosso na mão e participávamos de reuniões provocadas, onde as pessoas chamavam os vizinhos e nós fazíamos os discursos. A nossa rotina ao chegar do trabalho, era passar a noite na tela de *silk screen* tomando café e, depois, sair às ruas às duas horas da manhã para colar os panfletos que havíamos feito. Dormíamos por volta das três horas da manhã. Acordávamos, íamos para o nosso trabalho, e começava tudo de novo. O Jorge teve mais de dois mil votos e eu [Ernani] tive seiscentos e poucos votos, sendo um dos vereadores mais votados do partido. (Ernani Coelho, em entrevista, falando sobre a campanha política dele e do Jorge Florêncio em 1982).

O novo cenário fortaleceu as associações de moradores e as reivindicações por melhorias sociais, como o saneamento básico na Baixada Fluminense. Após uma série de manifestações, o diálogo com o governador e o seu secretário de obras se consolidou, trazendo ganhos para a população da região, como o saneamento da Praça da Bandeira (em São João de Meriti), que era uma das áreas que mais sofriam com as enchentes, e a criação de uma estação de tratamento de esgoto. Eu estive à frente desse movimento, sendo um dos seus protagonistas.

Esses acontecimentos fizeram com que o nosso grupo político/partidário de São João de Meriti se capacitasse para disputar e ganhar a direção do partido, que passou a ser controlado por políticos oriundos da Igreja Católica. Conseguimos, assim, uma maior articulação política a nível estadual e nacional, tendo contato com nomes importantes do quadro partidário e sindical.

A primeira vitória do grupo político

A nossa estratégia nas eleições de 1986 era eleger um representante estadual que pudesse interceder pela região da Baixada Fluminense. A minha candidatura foi indicada, porém eu não pude aceitar, pois avalei que não seria interessante para a FASE ter um dos seus educadores populares envolvido no processo eleitoral. Diante disso, o nosso grupo político optou pela indicação do nome de Ernani Coelho: companheiro e militante participou da fundação da Associação dos Correios, tendo, inclusive, liderado uma greve nesta instituição. A indicação de Ernani veio num momento delicado da sua vida, pois ele se encontrava desempregado.

A participação e militância política têm dois lados: pode fazer você ter um maior esclarecimento da opressão e até melhorar de vida, porém também pode te cobrar um preço. O preço pago pelo Ernani (Coelho) por ter participado intensamente da greve dos correios foi o desemprego. No meu caso, foi a presença reduzida no convívio da família, principalmente em relação aos meus filhos. Isso não é fácil: o militante se desestrutura e pode desacreditar da participação social, achando que a luta foi em vão. Eu sempre me preocupei com a participação das pessoas e sempre procurei incentivá-las. Lembro que quando o Ernani ficou desempregado, eu o visitava e o incentivava a continuar na luta. Numa dessas visitas, disse a ele que estava querendo indicá-lo para deputado estadual. Ele respondeu: “Eu não tenho nem para comer, estou desempregado, como posso me candidatar nesta situação em que vivo?” Argumentei que ele não estaria sozinho e que todos iriam participar da sua campanha.

Fizemos uma campanha coletiva, com o nosso grupo político conduzindo todo o processo. Eu fui o coordenador, fiz parte do conselho político que se organizou para dar estrutura à campanha do Ernani. Abrimos uma conta no banco e incentivamos as pessoas a depositarem lá. Disponibilizamos um carro com motorista e um telefone para o Ernani fazer os seus contatos políticos. A estratégia da campanha foi mobilizar a Igreja Católica e os movimentos sociais da Baixada Fluminense, principalmente as federações de

moradores (MAB, MUB e ABM), em torno do seu nome. Fizemos alianças internas com Liszt Vieira, deputado estadual eleito em 1982, que tentava a reeleição. Nesta campanha, se sobressaíram a militância da Igreja Católica e a apresentação do partido de forma mais organizada e articulada do que na campanha anterior, de 1982.

O resultado foi a eleição de Ernani. Esta vitória, porém, não foi dele, nem minha, mas sim, de uma coletividade que mostrou a sua força de mobilização. Ernani se elegeu com 8.138 votos, tornando-se o primeiro deputado do PT da Baixada Fluminense a integrar a Câmara dos Deputados do estado do Rio de Janeiro. Isso fez com que o nosso grupo político ficasse mais fortalecido.

O mandato do Ernani foi importante e até hoje é reconhecido nacionalmente pelo partido, pois demos uma contribuição muito grande para a organização do partido no estado. Na época da campanha, íamos para várias localidades do estado do Rio de Janeiro para participar de reuniões diversas. Isso animou as pessoas e ajudou a organizar o partido a nível do estado. A importância foi tanta que esse grupo político daqui de São João de Meriti, depois de quatro anos de partido, estava na direção estadual. Eu avalio que a campanha e o mandato do Ernani foram instrumentos fundamentais para o crescimento do PT na Baixada Fluminense. Ernani foi um ótimo deputado, se tornando, mais tarde, presidente regional do PT. Lamento muito Ernani não ter sido prefeito e nem ter conseguido reproduzir o seu mandato; o partido e a cidade de São João de Meriti perderam um excelente político.

Nas eleições seguintes, tivemos outras derrotas lastimáveis, mas que também representaram uma fase de grande aprendizado e amadurecimento político.

A primeira derrota política que o grupo sentiu muito foi na eleição municipal de 1988, na qual eu concorri a vereador, e Ernani, a prefeito e nenhum de nós conseguiu a eleição. Derrota? Naquele momento, sim. Esta representou uma das maiores decepções políticas que eu tive. Foi uma tristeza muito grande, pois ali a gente achou que era o momento de o PT ter uma representação popular. Todo mundo apostou nisso: os movimentos da Igreja Ca-

tólica, o movimento popular, os sindicatos e o partido. Foi uma decepção geral. Pior, ainda, porque a gente apoiou um candidato que depois traiu o partido, tendo sido eleito, com 1.115 votos, e eu não, pois fiquei em segundo lugar com 960 votos. Levamos certo tempo para digerir essa derrota e nos recuperarmos.

Em 1990, foi a vez das eleições estaduais, na qual tentamos reeleger o Ernani a deputado estadual, mas erramos no método e perdemos a eleição por não conseguir entender o que a sociedade estava querendo naquele momento. Ernani se destacou como deputado constituinte, participando de todas as greves e reivindicações dos trabalhadores. Foi um excelente deputado para o partido, porém isso não foi percebido pela sociedade, que é quem decide através do voto. Assim, o mandato do Ernani acabou sendo importante para o partido e para a organização social, porém não ficou visível para a sociedade.

Nosso discurso e postura política ainda eram muito radicais naquela época. Não admitíamos conversar com nenhuma força política, nem mesmo com José Amorim, que era o prefeito de São João de Meriti. Achávamos que ele era da “direita” e, então, não tinha conversa. A população queria coisas da gente que não podíamos dar, pois nem era papel do deputado fazer isso. Aprendemos muito com esse processo, mesmo com a derrota.

Como político, eu fui amadurecendo junto com o PT, deixando o discurso radical de lado e procurando o diálogo. Isso não foi fácil. Foi um aumento de ensinamentos e amadurecimento eleitoral que eu obtive dentro do processo político, buscando compreender meus acertos e erros.

Dessas duas derrotas, tiramos importantes lições políticas. Uma delas foi perceber o radicalismo da nossa linha política, que dificultou a reprodução do mandato estadual de Ernani e a minha eleição para vereador de São João de Meriti. Avaliamos que não se consegue nada sozinho e que era preciso nos abirmos para o diálogo. Para isso, era necessário estabelecer alianças políticas e deixar de lado o nosso discurso radical, contrário a se aliar a outros políticos ou partidos, por medo de ser contaminado politicamente. Isso dividiu o nosso grupo e, apesar da avaliação que fize-

mos, tornamos a nos isolar novamente nas eleições municipais de 1992 e não fizemos nenhuma aliança eleitoral. Com isso, eu perdi a eleição para a prefeitura e Ernani, mesmo tendo sido o vereador mais votado no município, não conseguiu se eleger, justamente porque não fizemos aliança política com nenhum outro partido. O resultado desta eleição confirmou a avaliação que havíamos feito anteriormente, abrindo as portas para o diálogo com outras forças políticas e partidárias que nos deram a vitória eleitoral em 1996.

Enfim, vereador de São João de Meriti

Finalmente, nas eleições municipais de 1996, fui eleito vereador da minha cidade. Esta vitória foi bastante festejada pela militância do partido, pelos movimentos sociais e pela comunidade da Igreja Católica. Essa eleição foi fruto do aprendizado do grupo político do qual eu fazia parte, que entendeu que era preciso apostar no diálogo e na aliança de forças, fazendo a coligação com o PDT. Esta aliança, no entanto, era vista como perigosa demais por uma parcela do partido, que avaliava que poderia não dar em nada. O grupo político do PT de São João de Meriti colocou o meu nome, e de mais três companheiros para compor a chapa com o PDT, representado, dentre outros, por Jonas Peixoto, então presidente da câmara de São João de Meriti.

A aliança PT/PDT, encabeçada pela liderança do PDT do deputado Carlos Corrêa, não conseguiu ser eleita para o Executivo, mas me elegeu a vereador, com uma média de legenda partidária de 1.861 votos, considerando o total dos votos válidos, o que provou que estávamos certos em fazer aliança política com o PDT. O voto naquela eleição era manual e havia notícias de fraude eleitoral. Eu já tinha sofrido isso antes e achei que aconteceria de novo. Disseram que eu não tinha sido eleito. Caramba, aquilo foi a maior decepção, pois eu havia saído da FASE e coloquei boa parte meu dinheiro na campanha. Além disso, tinha o grupo político que acreditou em mim e participou como voluntário. Eu fui para casa decepcionado. Quando deu umas cinco ou seis horas da tarde, a Balbina, uma companheira nossa daqui, começou a gritar na rua

“foi eleito, foi eleito” e chegou lá em casa. Como ela era meio fanática, eu demorei a acreditar. Mas tarde, por volta das sete horas da noite, a Rua Machado de Assis, onde eu morava com os meus pais, estava lotada e as pessoas gritando meu nome, foi então que eu acreditei. Rapaz, que alegria. Era muita gente. Chamamos um grupo de pagode e viramos a noite toda comemorando.

Este foi o momento de maior satisfação política que eu tive. Fiquei feliz por mim e por todos aqueles que apoiaram a minha candidatura. Acredito que este fato ajudou a formar importantes nomes dentro do partido, pois as pessoas viram que era possível eleger representantes populares. Essa vitória também deu animo ao nosso grupo político e possibilitou a abertura de novos canais de participação municipal.

Construímos a ideia de que o meu mandato de vereador não era apenas uma representação individual, mas sim, coletiva, pois estava relacionado aos diversos grupos sociais e populares dos quais eu fazia parte. Essa perspectiva fazia toda diferença, uma vez que transmitia a segurança de que o mandato estaria aberto para as angústias, manifestações e demandas da sociedade organizada. O mandato era, assim, popular e havia uma coordenação que decidia tudo conjuntamente. Propusemos leis que modificaram a organização interna da Câmara de Vereadores, tornando-a mais aberta à população e às políticas sociais no município.

No final do mandato, nos organizamos para a reeleição e, apesar de todo o amadurecimento que tivemos, o partido errou novamente ao não aceitar uma nova aliança com o PDT. A aliança foi rejeitada porque o partido queria ser vice na chapa a prefeito e o pessoal do PDT não quis aceitar. Com isso, não lançamos candidatura própria, o que fez com que o partido não conseguisse fazer legenda para vereador. Fui o sétimo vereador mais votado da cidade com 2.788 votos, 928 a mais em relação à eleição anterior, porém, como o PT não fez legenda, eu não consegui ser reeleito. Portanto, o problema não foi dos votos, mas sim de um erro estratégico do partido de achar que daria para se eleger sem aliança política.

Com a perda do mandato, voltei as minhas atenções para a Casa da Cultura e para o Observatório de Políticas Públicas da

Baixada Fluminense, onde, em colaboração com a FASE, realizei alguns projetos importantes, dentre eles o mutirão de combate à desnutrição infantil.

Em 2002, a então vice-governadora do estado, Benedita da Silva, assumiu o governo, por conta do afastamento do governador Anthony Garotinho para concorrer à Presidência da República, e eu fui convidado a ser o seu secretário de estado e desenvolvimento da Baixada Fluminense. O convite me deixou muito feliz, foi um reconhecimento ao trabalho popular que desenvolvi como vereador e como integrante do movimento popular da Baixada Fluminense. Nosso grupo político apoiou a candidatura de Benedita da Silva a vice-governadora do estado do Rio de Janeiro em 1998, e eu fui o coordenador da campanha dela na Baixada Fluminense e, mais tarde, nomeado seu Secretário Estadual de Desenvolvimento da Baixada Fluminense. Esta foi outra campanha vitoriosa para a gente.

A experiência do meu mandato a vereador e de secretário de estado será detalhada mais adiante, quando falarei das minhas representações políticas.

A disputa pelo Executivo

As minhas candidaturas ao cargo de Executivo municipal, tanto a prefeito quanto a vice-prefeito, expressaram as maiores aspirações dos movimentos sociais e do grupo político do qual eu fazia parte. O sonho político de chegar ao Executivo municipal foi de grande importância para todos nós, pois amadurecemos politicamente, ampliamos nossas redes de contatos, fortalecendo o nosso grupo político. Sempre nos colocamos como uma relevante alternativa popular de governo.

A minha primeira candidatura ao Executivo municipal foi na eleição municipal de 1992, na qual o partido escolheu o meu nome para concorrer à prefeitura de São João de Meriti¹⁹.

¹⁹ Para o segundo turno foram o Adilmar Arcêncio dos Santos (o Mica) e Antônio de Carvalho. O PT toma a postura de não votar em ninguém (pregando o voto nulo). O prefeito eleito, ao fim da votação, foi o Mica.

A segunda candidatura ao Executivo de São João de Meriti ocorreu na eleição municipal de 2004, na qual novamente fui escolhido o representante do PT a prefeito de São João de Meriti. Disputei a prefeitura com antigas forças políticas e com candidatos apoiados pelos governantes, como Uzias Mocotó, do PMDB (apoiado pelo governo do estado), Sandro Matos, do PTB (apoiado pelo prefeito do Rio de Janeiro), José Amorim (ex-prefeito) e o Carlos Corrêa (apoiado pelo prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito dos Santos Filho, o Zito). Nesta Eleição eu consegui 22.770 votos (representando 8,7% dos votos), sendo o quarto mais votado do município²⁰. Não consegui me eleger, mais ajudei a eleger o representante do PT na Câmara de Vereadores de São João de Meriti, o padre Adelar, eleito com 1.970 votos. Mais tarde, ele viria a se tornar o primeiro membro do PT a ocupar presidência da câmara municipal de São João de Meriti, contribuindo para a transparência, a proximidade com a população e a ética política daquela casa legislativa.

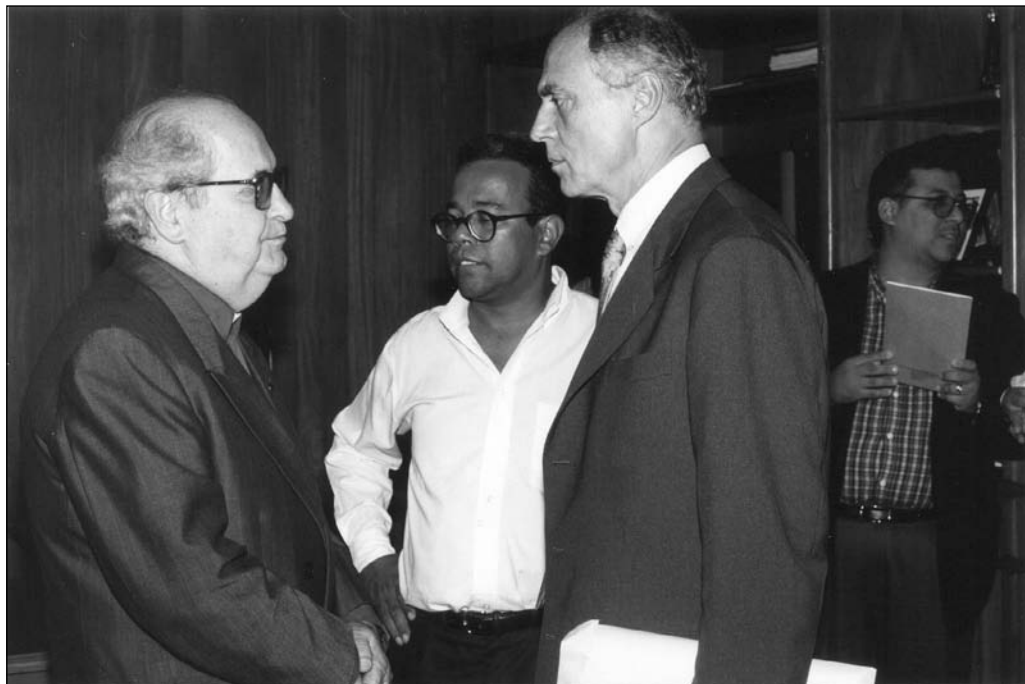
Nas eleições municipais de 2008, concorri ao cargo de vice-prefeito na chapa do candidato Marcelo Simão (PHS), que obteve 40,8% do total de votos (104.887 votos), enquanto que o candidato eleito, Sandro Matos (PR), obteve 140.065 votos (54.5%). O PT, nesta eleição, conseguiu eleger dois representantes para a Câmara de Vereadores: Valdecir da Saúde (3.716 votos) e Geraldo Luiz (2.690 votos).

Ao final desta eleição, fizemos uma aliança com o prefeito eleito, Sandro Matos, e passamos a compor o seu governo. Esse fato foi importante, pois fez com que o PT, pela primeira vez, chegasse ao Executivo municipal de São João de Meriti, participando ativamente de algumas secretarias municipais. Esta articulação se repetiu na eleição de 2012, na qual o PT apoiou a reeleição vitoriosa de Sandro Matos.

Por ter virado uma referência do PT na Baixada Fluminense, nosso grupo político também participou intensamente das elei-

²⁰ Foram para o 2º turno os candidatos Uzias Mocotó e Sandro Matos. O PT apoiou o candidato Sandro Matos, porém, o candidato eleito foi Uzias Mocotó, recebendo 142.491 votos (56%).

ções para o governo estadual e para o governo federal. Na eleição de 1989 ao governo federal, coordenamos a campanha de Lula na Baixada Fluminense. Isso se repetiu nas demais campanhas à Presidência do Brasil: Lula em 1994, 1998, 2002 e 2006, e Dilma Rousseuf em 2010.



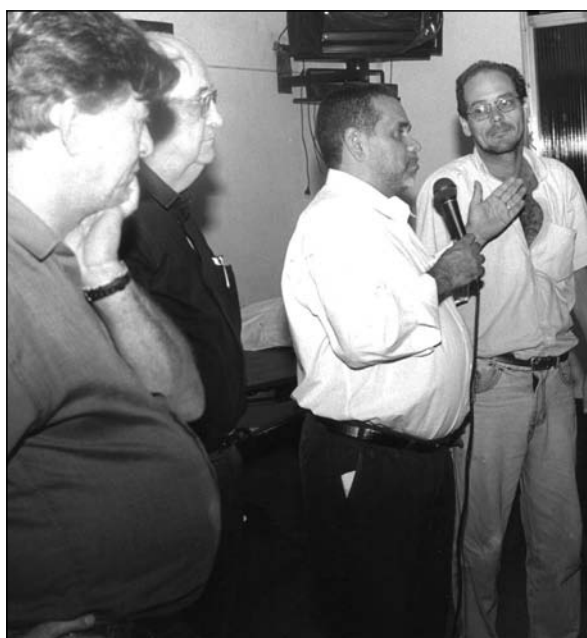
Dom Mauro Morelli, Ernani Coelho e o então deputado Eduardo Suplicy.



Lançamento do projeto Renda Mínima em São João de Meriti - Lei nº 992/98 do vereador Jorge Florêncio.



Jorge Florêncio e o senador Lindberg Farias.



Da esquerda para direita Darci Félix, Dom Mauro, Jorge Florêncio e Alfredo Maragoni.



O Secretário de Estado Jorge Florêncio e a Governadora Benedita da Silva, 2003.



*“Plano Municipal de Combate a Desnutrição Infantil”
ao prefeito de São João de Meriti - sessão solene na câmara
dos vereadores do município 2000.*

Ser, fazer e acontecer

“Eu aprendi com meus pais que não adianta ficar lamentando quando o momento é grave. Aprendi com eles que é preciso agir e dar solução aos problemas”.

(Jorge Florêncio em entrevista)

Nesta parte da biografia, contarei um pouco da minha trajetória como liderança política, formada dentro do movimento político/partidário. O reconhecimento da minha militância e representatividade na região da Baixada Fluminense foi o que me capacitou a ser vereador, a assumir o cargo de secretário estadual de desenvolvimento da Baixada Fluminense, ser secretário geral da câmara dos vereadores de São João de Meriti e presidente municipal e regional do Partido dos Trabalhadores.

ANOS 2000: A DÉCADA TECNOLÓGICA: O mundo, atualmente, está cada vez mais conectado em redes que promovem o intercâmbio (troca) de diversos fins, sejam eles econômicos, culturais, políticos, educacionais e sociais. Esta é a percepção que se tem da década de 2000 e da década atual. A globalização econômica se intensificou. A tecnologia e a Internet alcançam todos os espaços mundiais. As novas gerações são socializadas por mídias eletrônicas de tal forma que têm dificuldade para imaginar como seriam suas vidas sem Internet, computador e celular.

Os efeitos do uso das redes alcançaram também o mundo da política e dos movimentos sociais. Segundo especialistas, as redes sociais são os principais combustíveis para as revoluções no mundo árabe, onde manifestantes disseminaram e fortaleceram as revoltas via *twitter*, *facebook*, *orkut*, entre outras redes sociais. Segundo o relatório divulgado pela *Dubai School of Government* (2013), a propagação do movimento conhecido como Primavera Árabe para outras regiões não teria sido possível sem os recursos e dispositivos proporcionados pelas redes sociais, que ajudaram a disseminar e fortalecer as manifestações populares.

O uso das redes sociais para fins de protestos sociais chegou ao centro do poder mundial em 2011, quando manifestantes americanos promoveram

o *Ocupe Wall Street*. Eles ocuparam o centro financeiro de Nova York para protestar contra a desigualdade econômica e social, a ganância e a corrupção. O Brasil também segue esta tendência mundial e registra protestos e manifestações convocadas por *sites*, *blogs* e redes sociais. Uma das estratégias adotadas pelos movimentos sociais é divulgar na *Internet* nomes de políticos, que apóiam, ou não, as suas causas.

A BAIXADA FLUMINENSE NA DÉCADA DE 2000: A Baixada Fluminense não é mais vista como sinônimo de violência e terra de desmandos na década de 2000. Esta visão praticamente desaparece da grande mídia. (Enne, 2004). A percepção é de que a violência teria se espalhado para todo o Rio de Janeiro. Isso faz com que o olhar da imprensa esteja mais presente na fiscalização e no acompanhamento político da região, passando a registrar problemas de falta e ineficiência das políticas públicas (acesso a transportes, saúde, educação, etc.). Neste contexto, a Baixada Fluminense ganha espaço em cadernos específicos dos grandes jornais, assim como também surgem programas de TV e rádios voltados para região, os quais passam a pautar as reivindicações sociais, bandeiras, até então, exclusiva dos movimentos sociais. Estes, agora, atuam em políticas específicas (setoriais), ocupando espaços dentro da estrutura do poder público, sem conseguir transmitir suas mensagens para a população, nem se renovar e produzir novas lideranças. Crise de representação popular? Alguns defendem que sim.

A Baixada Fluminense também tem sido palco de manifestações nas redes sociais e na Internet de uma forma geral. Algumas instituições públicas perceberam isso e passaram a investir em *sites*, *blogs* e redes sociais, divulgando atos dos representantes políticos, legislações municipais e ações governamentais. A sociedade civil acompanha este movimento, divulgando noticiais, ações e reivindicações da população.

Uma experiência inovadora: o conselho popular do mandato

Vereador pode ser definido como um representante da vontade popular, eleito por esta para criar leis e projetos em benefício da comunidade. As atribuições deste cargo são: fiscalizar as ações do Executivo municipal, e estabelecer alianças políticas para o desenvolvimento da economia de sua cidade e da qualidade de

vida de seu povo. Esses foram os princípios que eu levei para o meu mandato de vereador.

O conselho popular do meu mandato a vereador de São João de Meriti foi algo muito interessante e produtivo. Ele nasceu da vontade de se construir algo coletivo e não personalizado. Tínhamos plenárias mensais onde participavam todos que faziam parte do mandato. Esse conselho popular do mandato me ajudou a elaborar mais de trinta leis e 200 proposições, todas frutos das demandas populares e vigoram até hoje na câmara de São João de Meriti. Nossos debates eram muito intensos, mas bastante enriquecedores.

“A experiência do conselho do mandato foi uma das experiências mais ricas que a gente teve. Era um mandato popular e que se constituiu, em torno dele, uma esfera pública de participação, que foi o conselho. As pessoas que faziam parte desse conselho não eram remuneradas e eram oriundas do movimento popular. A ação do mandato era discutida nesta esfera participativa. Hoje, efetivamente, não há canais de democratização do poder Legislativo instituído no Brasil. Existe no Executivo, mas não no Legislativo. A novidade foi essa. A gente conseguiu constituir isso no mandato do Jorge. Este grupo tinha uma forte crítica ao mandato clientelista, então, ao mesmo tempo em que a institucionalidade da Câmara puxava para o clientelismo, aquele grupo político, do qual eu participava, puxava para outro perfil de mandato: mais democrático e popular”.

(Orlando Junior, em entrevista sobre a experiência do conselho do mandato de vereador de Jorge Florêncio).

Durante o mandato, me empenhei em trabalhar nas questões internas da Câmara de Vereadores e nas políticas públicas para a cidade. Em relação às questões internas, participei das comissões que existiam, ajudei a formular um novo regimento interno da Câmara, a criar uma estrutura de trabalho permanente para os vereadores, além de defender a abertura da Câmara à população, recebendo-a e, também, indo ao seu encontro. Travei batalhas com as agências bancárias²¹, pelo tratamento da população com

²¹ Esta lei se refere ao horário de abertura dos bancos e ao direito das pessoas de esperar o atendimento sentadas.

AIDS e pela formulação e criação da semana de conscientização da cidade sobre o negro. Criei leis de defesa das mulheres, sobre a questão das funerárias, referente ao enterro gratuito, e à criação do programa de renda mínima, de modo que 200 famílias pobres de São João de Meriti passaram a receber meio salário mínimo²². Fui o primeiro candidato do PT a chegar à Câmara dos Vereadores de São João de Meriti, o que gerou uma expectativa grande em todos nós. Queríamos realizar um mandato popular e democrático, junto com os movimentos sociais. A confiança do partido em mim era forte, porém, por outro lado, havia uma preocupação: como reproduzir um mandato popular dentro de um ambiente dominado pela cultura política tradicional, relacionada ao clientelismo, à violência e à elite política local? Discutíamos isso no conselho do mandato e pensávamos em criar uma alternativa a essa realidade.

Tínhamos um grupo muito bom no conselho do mandato, que era formado pelo pessoal da FASE que já trabalhava comigo, como o Helinho (Hélio Porto) e o Junior (Orlando Junior). Havia também o pessoal da universidade, do Observatório de Políticas Públicas e os militantes aqui de São João de Meriti, a Angélica de Jesus, o Delmar José e o Diestéfano Sant'Anna. Havia tanto pessoas novas, quanto as que já estavam comigo desde o início dos anos 80. Este grupo tinha a clareza do que era fazer política na Baixada Fluminense e dos limites de um mandato legislativo. Existia uma coisa que para mim sempre foi fundamental: a confiança no coletivo. Todas as decisões e ações do mandato estavam concentradas nas plenárias do conselho. Foi, portanto, um mandato bem participativo e que se articulava na Baixada Fluminense, onde conseguimos fazer diversos projetos integrados com o Ferreirinha (Carlos Ferreira, então vereador de Nova Iguaçu) e com o Zumba (então vereador em Duque de Caxias).

Até 1996, quando eu assumo o mandato, a Câmara de Vereadores era um lugar que não era frequentado pela sociedade. As pessoas não frequentavam as sessões, pois desconheciam os dias

²² Esta lei funcionou até 2009, quando foi extinta pela nova administração municipal de São João de Meriti.

em que elas aconteciam. A primeira audiência pública foi realizada na minha gestão. Também ajudei a tornar as comissões da Câmara efetivas. As terças e as quartas-feiras, dias de sessão, viraram uma tradição no município: as pessoas passaram a ir ver como funcionava a Câmara, e a acompanhar as discussões.

Utilizei o parlamento para fazer discursos sobre a necessidade de termos uma casa legislativa aberta à participação nas audiências e sessões, tornando-a democrática e participativa. Assim, aos poucos, a Câmara de Vereadores passou a receber a população e os movimentos populares, trazendo o povo meritiense para dentro da casa legislativa. Outra questão em que me envolvi foi com disputa política interna relacionada aos espaços dos vereadores dentro da Câmara. Percebi que os vereadores precisavam ter poder de decisão, sem ficar reféns, politicamente, da presidência da Câmara e do prefeito. Ajudei a mudar isso, lutando por maior autonomia e estrutura aos vereadores, equilibrando as forças políticas com a presidência da casa e com o Executivo municipal.

Os ganhos do meu mandato de vereador foram avaliados como positivos pelo conselho do mandato e pelo grupo político do qual eu fazia parte. Ajudei a modificar a dinâmica de funcionamento da Câmara, tornando-a mais democrática, aprovando importantes leis e abrindo novos espaços de participação e de reflexão sobre as políticas públicas. Isso fez com que os movimentos sociais comesçassem a participar mais da política municipal. A participação era de fora para dentro, ou seja, esses movimentos sociais passaram a atuar dentro dos espaços institucionais que foram se abrindo, como os conselhos municipais e outros. Este processo de abertura à participação não foi fácil, pois a cultura política clientelista da Baixada Fluminense é muito forte. Havia, por exemplo, vereadores que não queriam nem saber das organizações populares e se acomodavam naquele espaço ali. Havia os que faziam clientelismo com o povo, distribuindo favores em prol de benefícios e havia, também, aqueles políticos que entravam com boa intenção, mais que se iludiam com o poder. O meu mérito foi o de não me acomodar com isso e nem entrar no jogo perverso que rolava por lá, através, por exemplo,

de agrados financeiros. Nunca quis compactuar com isso e recebia apenas o que estava no meu contracheque de vereador. A minha perspectiva era a mesma do conselho do mandato: conhecíamos a prática política tradicional e entendíamos que participar dela era ser contrário ao mandato popular e democrático.

No período do meu mandato de vereador, houve uma grande mobilização dos conselhos municipais, de modo que o panorama das lutas e da participação política aconteceu de maneira mais institucional. Nossa preocupação, portanto, capacitar esses conselheiros, principalmente os da sociedade civil. Entendíamos que era preciso evitar o radicalismo e qualificar a representação junto às entidades que prestavam assessoria aos movimentos populares, como a FASE, a ABM e a Casa da Cultura, que buscavam capacitar essas lideranças.

“O que acontecia lá na Câmara quando Jorge inicia seu mandado de vereador? Você tinha o presidente da Câmara de um lado, que detinha o maior número de cargos e recursos. De outro lado, havia os vereadores sem nenhuma infraestrutura. Quando acontecia uma disputa para a presidência da Câmara, era tudo ou nada. Se você tinha uma boa relação com o presidente, você tinha tudo (cargos e recursos), caso contrário, não tinha nada e aí os vereadores tinham pouca autonomia. Quando Jorge entrou na câmara, ele dominou o seu funcionamento e buscou aumentar a infraestrutura dos gabinetes. A estratégia era a seguinte: se você tem mais estrutura, logo você faz os vereadores terem mais autonomia, tanto com o presidente da Câmara quanto com o prefeito”.

(Delmar José, em entrevista sobre como era o funcionamento da Câmara de Vereadores de São João de Meriti).

Durante a minha experiência de vereador, juntamente com o conselho popular do mandato, eu elaborei trinta leis, das quais tenho certo orgulho. Estas leis se referem ao campo dos direitos da cidadania, da participação popular e das políticas sociais. Elas podem ser divididas nas seguintes temáticas: criança e adolescente; mulher; negros; cultura; cidadania; meio ambiente; assistência social; educação; saúde e outras. Acredito que o conhecimento e a vigência destas leis proporcionam o exercício da cidadania, pois se referem à aquisição de direitos e à regularização de políticas de

proteção social. Elas expressam a história da ação dos movimentos sociais que lutaram, e ainda lutam, por uma cidade inclusiva e de acesso a todos.

Legislações produzidas pelo vereador Jorge Florêncio

Leis	Especificações
Lei 929/97	Determina a elaboração de placas no interior das maternidades que permitem a identificação das crianças recém nascidas ²³
Lei 932/97	Autoriza o executivo municipal a instituir a “Casa Abrigo para as mulheres em situação de violência”
Lei 933/97	Institui o “Cartão de Mulher” para o acompanhamento médico da mulher
Lei 934/97	Dispõe sobre a notificação compulsória no caso de óbito em virtude de parto.
Lei 936/97	Cria no calendário oficial do município a “Semana de Conscientização da Sociedade sobre o negro”.
Lei 947/97	Dispõe sobre a colocação de folhetos explicativos sobre a prevenção da AIDS e fornecimento de preservativos em hotéis, motéis e similares.
Lei 951/97	Renuncia o logradouro público de rua Monsenhor Giuseppe Boggiani ²⁴ , em homenagem ao grande sacerdote “Padre José”.
Lei 963/98	Institui a cobrança de meia-entrada em estabelecimento cultural e de lazer do município de São João de Meriti.
Lei 967/98	Cria no calendário oficial do município a “Semana do Meio Ambiente”.
Lei 10.968/98	Institui a “Semana da Cultura Nordestina”.
Lei 991/98	Autoriza a inclusão do “ensino e a prática da capoeira” no currículo escolar da rede pública do município.
Lei 992/98	Institui o “Programa de Renda Familiar Mínima”, destinado às famílias com filhos em situação de risco, entre os sete e quatorze anos.
Lei 993/98	Autoriza o poder executivo firmar convênio entre o município e o Ministério da Educação e do Desporto, para receber apoio no financeiro de “Programa de Renda Mínima”, associado às ações socioeducativas.

²³ Esta lei também inclui a gratuidade e obrigatoriedade para o registro no cartório para a declaração de nascido vivo. A lei permite que a mãe da criança exija o registro no momento de sua alta e/ou da criança.

²⁴ Altera o nome antigo da Rua Cândido Maia, em Agostinho Porto.

Lei 1004/99	Dispõe sobre a instalação de lixeiras no interior de veículos de transporte coletivo na cidade.
Lei 1005/99	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde; reestrutura, regulamenta, e dá atribuições ao Conselho Municipal de Saúde de que trata o Inciso III do art. 94 da Lei Orgânica Municipal.
Lei 1006/99	Determina obrigações as Agências Bancárias em relação aos seus usuários.
Lei 10074/99	Dispõe sobre o serviço de transporte escolar no município.
Lei 1008/99	Dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública a ABM - Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti.
Lei 1009/99	Dispõe sobre a concessão de títulos de utilidade pública ao CEPA – Centro Educacional do Parque Alian.
Lei 1012/99	Dispõe sobre a denominação de “Semana da Comunidade Luso-Brasileira” no período que vai de 16 a 22 de abril.
Lei 1019/99	Cria o “Conselho Municipal do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de São João de Meriti” e dá outras providências.
Lei 1020/99	Dispõe sobre o estabelecimento do “Programa da Agenda 21” local e cria o “Fórum da Agenda 21 de São João de Meriti” e dá outras providências.
Lei 1021/99	Renomeia o logradouro público Praça Vieira (antiga Praça Vitória), passando a identificá-la como Praça da Bandeira.
Lei 1024/99	Denomina o terminal rodoviário Independente da Praça da Bandeira.
Lei 1029/99	Cria o “Sistema de Vigilância de Nascidos Vivos” o atendimento ao parto.
Lei 1031/99	Cria o “Memorial Marinheiro João Cândido”.
Lei 1041/99	Autoriza o executivo a instalar a “Política de Assistência a Mulheres”.
Lei 1043/99	Dispõe sobre a criação da “Semana de Defesa dos Direitos Humanos”.
Lei 1044/99	Institui o “Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos”.
Lei 1054/99	Dispõe sobre o “Regulamento de Direitos Sociais” na prestação do serviço funerário no município e das outras providências ³ .

Fonte: Câmara de Vereadores de São João de Meriti, 2010²⁵

²⁵ Das trinta leis criadas por Jorge Florêncio, sete foram aprovadas em 1997, seis em 1998 e dezenove em 1999.

O secretário da Baixada Fluminense

No ano de 2002, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, renuncia ao governo do estado para lançar sua candidatura à Presidência da República. Isso fez com que a vice-governadora, Benedita da Silva, assumisse o governo do estado por nove meses. Foi um fato importante dentro do PT, pois foi a primeira vez que o partido chegou ao Executivo estadual.

Um novo governo exigiria uma nova equipe de secretariados. Foi neste contexto que eu recebi o convite da governadora Benedita para ser seu secretário estadual de desenvolvimento da Baixada Fluminense. Acredito que meu nome foi indicado por conta do meu histórico de militância na Igreja, dos movimentos sociais, do PT e, também, por ter sido o seu coordenador de campanha eleitoral na Baixada. Outro fato que talvez tenha sido decisivo foi a recomendação pública do meu nome, dada por Dom Mauro Morelli, sustentando que eu fortaleceria muito o combate à desnutrição materno-infantil na região da Baixada Fluminense.

Ao assumir a Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, percebi que não existia orçamento para realizar o objetivo deste órgão, que era investir em obras na região. O recurso disponível era apenas para manter as pessoas que trabalhavam na secretaria, que sequer tinham vínculo com algum projeto. O que fazer num cenário como este? Era preciso mostrar trabalho, ao invés de se lamentar. A minha estratégia de atuação naquele momento foi organizar a secretaria internamente e definir claramente os seus objetivos. Eu separei os diversos serviços de atendimento à comunidade que estavam relacionados à secretaria, como a fundação Leão XIII, um posto do DETRAN, uma unidade da Fundação Escola de Serviços Públicos (FESP) e outros projetos. Feito isso, dei uma função específica à secretaria, investimento e gestão das políticas públicas na região da Baixada Fluminense.

Outra iniciativa dessa minha gestão foi a realização de um planejamento estratégico, criando três linhas de ações: investimento na área de saneamento; combate à desnutrição infantil; e a valorização da cultura da região. Para realizar essas ações, eu contava

com o meu grupo político e com o apoio dos movimentos sociais, das igrejas (católicas e evangélicas) e da FASE. Além disso, eu inseri os funcionários da secretaria nestas três linhas de ação, definindo funções específicas para eles.

A criação de políticas públicas e a definição dos investimentos na área do saneamento básico fizeram parte da primeira linha de ação que defini na secretaria. Neste sentido, o primeiro passo importante que eu dei foi estabelecer parcerias com a Secretaria de Planejamento do Estado. Ficou estabelecido que a Secretaria de Planejamento realizaria os investimentos e as obras de saneamento, e a construção de creches e postos de saúde, enquanto que a secretaria da Baixada assumiria a gestão do programa, coordenando todo o processo. Essa parceria, portanto, nos possibilitou a captação de recursos para as obras de saneamento na região da Baixada. Também me tornei coordenador de um programa do governo do estado, o Baixada Viva. Foi através desse programa que asfaltamos diversas ruas da região, criando oito creches e quatro postos de saúde em Mesquita, Belford Roxo e São João de Meriti. Neste último município, criamos postos de saúde nos bairros de Jardim Metrópole e Coelho da Rocha e, também, asfaltamos os bairros Parque Alian e Praça da Bandeira.

A segunda linha de a  o foi a cria  o de uma política de combate    desnutri  o infantil para toda a Baixada Fluminense. Eu já realizava este projeto, juntamente com a FASE, os movimentos populares e Dom Mauro Morelli, nos municípios de São João de Meriti e Duque de Caxias. Foi com base neste projeto que construímos o programa de segurança alimentar da Baixada Fluminense, denominado de Crescer, fruto das parcerias com as igrejas (católicas e evangélicas), as associa  es de moradores, as entidades empresariais, os sindicatos e os demais organismos da sociedade civil da região. Foi um programa coletivo. O nome Crescer surgiu de dentro da própria secretaria e simbolizava a preocupa  o com o desenvolvimento natural da criança, que    crescer, se desenvolver, ter seus talentos e virtudes e, acima de tudo, ser uma pessoa saudável.

Os objetivos do programa Crescer eram: diagnosticar a situa  o da desnutri  o infantil e promover a  es de combate a essa

desnutrição. Neste programa, pesamos 37 mil crianças em oito municípios da Baixada Fluminense: Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Constatamos que 30% das crianças da Baixada Fluminense estavam numa situação de desnutrição (desnutridas ou em risco nutricional), índice considerado alto. As famílias com crianças em situação de desnutrição recebiam latas de leite e óleo que, misturados, formava um composto alimentar que ajudava na nutrição das crianças e que valia por um “bifinho”²⁶. Isso era feito da seguinte forma: as famílias iam aos supermercados cadastrados pelo programa Crescer e pegavam o leite e o óleo.

Foi fundamental a coordenação das doutoras Rosely Monteiro e Maria Katia Gomes.

A terceira linha de ação foi a valorização cultural da região da Baixada Fluminense. Nossos objetivos nesta área eram: criar políticas de intercâmbio cultural com a capital carioca; diminuir a desigualdade ao acesso dos equipamentos culturais (biblioteca, teatro, cinema, museus e centros culturais) na Baixada Fluminense; e fazer com que a Baixada fosse uma região produtora de cultura. Para realizar estes objetivos, nós estabelecemos diversas parcerias com as instituições culturais na região, dentre elas a Casa da Cultura, com prefeitos da Baixada e agentes culturais. Essas parcerias deram frutos e tivemos diversas localidades culturais oferecendo cursos, palestras, teatro e cinema, que ajudaram a resgatar a cultura local. Foi assim que desenvolvemos o programa Eco-Baixada, que integrava a arte e a cultura com a questão ambiental. Avalio que duas atividades culturais ganharam um destaque maior: o encontro dos agentes e artistas da Baixada e do Rio de Janeiro no SESC de Nova Iguaçu, onde a Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro se apresentou junto com a Banda da Baixada, e o festival de cultura da Baixada, onde ocorreram diversos debates, exposições, mostra de danças, shows e vídeos.

Acredito que os oito meses de trabalho na secretaria contri-

²⁶ Alusão à propaganda publicitária do iogurte Danone, na qual se dizia que o “danoninho valia por um bifinho”, através de uma comparação entre o teor de calorias do Danoninho com um bife.

buíram para o desenvolvimento da região. Importantes obras e realizações se concretizaram. Algumas vezes, escuto alguém dos movimentos sociais reclamando que não adiantou lutar tanto, pois nada se conseguiu. Eu não concordo com isso, pois avalio que conseguimos realizar muitas coisas, mas, às vezes, não enxergamos ou não damos o seu devido valor.

Ao final do governo da Benedita, havia a expectativa da sua reeleição, porém isso não se concretizou, pois a força política do ex-governador Garotinho foi maior e sua mulher, Rosinha Matheus, foi eleita. Com isso, novos secretários são renomeados e algumas secretarias deixam de existir. Foi o que aconteceu com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, extinta em 2006 pelo novo governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Esse fato expressa a cultura política de descontinuidade institucional, em que ações e projetos desenvolvidos não têm sua continuidade no governo seguinte, pois não há avaliação de desempenho, mas sim, avaliação política.

Após deixar a secretaria, voltei as minhas atenções para a questão partidária, me tornando presidente municipal do PT, e social, junto à Casa da Cultura e à ABM.

A Secretaria Geral da Câmara

Eu recebi o convite para assumir o cargo de secretário geral da Câmara de Vereadores de São João de Meriti no momento em que havia recebido outro convite: o de compor o secretariado do novo prefeito de Mesquita, Arthur Messias.

Neste período, a Câmara de Vereadores de São João de Meriti estava num contexto político de eleição para a sua presidência. O PT só tinha um representante na casa, o vereador eleito padre Adelar de David. Adelar era de um grupo que queria apoiar um nome novo para a política da cidade, porém, não houve consenso. A votação para eleger o novo presidente terminou em empate, nove a nove, gerando um impasse político. Esse impasse estava indiretamente ligado a mim, pois quando eu era vereador da casa, ajudei a elaborar o novo regimento interno da Câmara, mudando

algumas regras. Uma delas se referia à eleição para a presidência da Câmara dos Vereadores que, entre outras coisas, previa que, em caso de empate na votação, assumiria o vereador com mais idade e não o mais votado nas eleições municipais, como era antes.

O vereador mais velho era o Adelar, que, além de ser padre, não tinha experiência na política. Isso despertou a desconfiança dos vereadores sobre a sua real capacidade política de assumir a presidência. Depois de muitas conversas e articulações, chegou-se a um consenso que envolvia um convite feito a mim. A solução encontrada pelos vereadores era a nomeação do Adelar à presidência da casa, e a minha, à Secretaria Geral e Financeira da casa, devido à experiência que eu tinha dentro daquela casa legislativa. Acredito que a minha indicação, de certo modo, ajudou a terminar com o impasse que havia se instalado.

À frente da Secretaria Geral da Câmara de Vereadores, eu e Adelar nos preocupamos em garantir toda infraestrutura necessária para que o trabalho dos vereadores pudesse ser desenvolvido da melhor forma, e em abrir a Câmara para a população. Garantimos celular, selo, gasolina, para que os vereadores pudessem ter mobilidade pela cidade, e estruturamos todos os gabinetes. Promovemos reuniões mensais dos vereadores com o presidente da Câmara, criamos um boletim e um terminal interno para que todos pudessem saber o que estava acontecendo na Câmara de Vereadores. Essas ações representaram um marco referencial no poder Legislativo local. É inegável que o padre Adelar tenha-se notabilizado como uma figura que democratizou a Câmara de Vereadores de São João de Meriti, aproximando-a dos movimentos sociais.

Na época em que o Titinho era presidente da Câmara (2007/2008), ele desenvolveu um projeto bem interessante que foi o de trazer as escolas para participar de todas as plenárias da Câmara. Eu o apoiei e trabalhei junto com ele neste projeto que ajudava a formar novos cidadãos meritienses, abrindo a casa legislativa a muita gente que nunca tinha entrado na Câmara de Vereadores. Acho que o diálogo com a população possibilitou desfazer as imagens ruins que a casa legislativa tinha em relação à falta de transparência, à violência e à corrupção.

Não foi possível viabilizar alguns projetos, pois percebi que havia limites, principalmente no que se refere à mudança de cultura política. Eu tentei criar na Câmara, por exemplo, um espaço de cultura que pudesse relatar tudo o que esta casa legislativa fez e faz. Isso daria transparência às ações e estimularia a juventude a participar da Câmara, mas os cortes no orçamento trouxeram dificuldades para viabilizar esta atividade. Avançamos em algumas coisas, mas em outras, ainda é complicado. Eu lembro que eu e o Titinho chegamos a pensar num projeto que contasse a história da cidade, colocando quadros em todas as paredes dos três andares da câmara, de modo a retratar o antes e o depois da fundação do município, contando, também, a história dos políticos que passaram por lá. Algumas ideias foram possíveis, como a foto da emancipação do município de São João de Meriti, localizada em frente à Câmara dos Vereadores. No projeto das escolas na câmara, havia a proposta de se contar a história do município, resgatando a memória política meritiense e da Baixada Fluminense, semelhante com o que existe atualmente na ALERJ. Infelizmente, não foi possível realizar esta ação, mas fica a sugestão.

O cargo de secretário geral da câmara está subordinado ao da presidência da casa, sendo, portanto, um cargo de confiança. Eu fui convidado e nomeado a este cargo, tendo autonomia para atuar. Nos dois primeiros anos, acumulei também a função de secretário financeiro da câmara, depois fiquei apenas com a Secretaria Geral. Com essa experiência à frente da Secretaria da Câmara de Vereadores de São João de Meriti, tive consciência de ter contribuído para uma organização mais sólida, mais humana e aberta à população meritiense e, assim, constituindo um processo de democratização na Câmara. Dessa forma, ao fazer um balanço desses anos, acho que foi uma experiência muito positiva. Outro ponto positivo foi a transparência da Câmara: digitalizamos toda a documentação e a deixamos acessível a todos. Criamos o *site* da Câmara e colocamos a instituição para falar para a sociedade. Hoje, quem quiser um documento, pode fazer o pedido e ter acesso à digitalização deste documento.

Durante a minha vivência na Câmara de Vereadores, pude per-

ceber o quanto esta estrutura é conservadora, reproduz relações de poder e de clientelismo, e é atravessada pela corrupção. Numa realidade de baixa escolaridade e renda, como é o caso da população da Baixada Fluminense, essas práticas ajudam a eleger políticos conservadores, comprometidos com seus projetos pessoais. As práticas da troca de favores e do assistencialismo são tão fortes que são incorporadas por parte da população. Algumas pessoas, por exemplo, se aproximavam de mim para pedir dinheiro, emprego e benefícios pessoais. Como dizer a elas que essas práticas não são democráticas e que ajudam a eleger políticos conservadores? A população é tão carente que se você dá alguma coisa, ela já te avalia como um bom vereador, caso contrário, você é mal avaliado politicamente. É claro que eu era contra essa prática, mas tinha que criar algumas estratégias para contemplar a diversidade demandas da população. Mas, ao mesmo tempo, eu buscava conscientizar a população sobre os malefícios políticos do clientelismo, prática, inclusive, que foi tema de intensos debates entre os membros da coordenação do meu mandato.

Eu e meu grupo político tivemos que aprender a interpretar essa realidade, pois era preciso saber quais seriam os limites da minha atuação dentro da Câmara dos Vereadores. Dialogava com todos os vereadores e conhecia suas práticas, maneiras de fazer política e de reproduzir os seus mandatos. Claro que não dá para dizer que todos os vereadores não prestavam e somente eu era progressista. Posso afirmar é que a minha trajetória política era diferente, por ser oriundo dos movimentos sociais. Os vereadores respeitavam minha trajetória social e política. Diante disso, consegui elaborar alguns projetos que ajudaram a democratizar a Câmara de Vereadores. Depois, como secretário, procurei fazer do espaço legislativo meritense uma casa aberta à população, dotando-a de infraestrutura material e política para que os vereadores pudessem desenvolver os seus trabalhos da melhor maneira possível. Acho que dei minha contribuição para que a casa legislativa fosse menos conservadora.

A presidência do partido

Eu sempre tive uma atuação partidária intensa, seja como can-

didato, coordenando e apoiando campanhas políticas, ou ajudando a fortalecer o partido. Sempre me identifiquei com as bandeiras políticas do PT, por isso trabalhei para fazer deste partido uma alternativa democrática de governo. Foi esta militância partidária que me levou à presidência municipal do PT por três vezes e à vice-presidência estadual (regional) do partido. Em 2011, o presidente regional do partido, Luiz Sérgio, aceitou o convite para assumir o Ministério das Relações Institucionais do governo federal, abrindo caminho para que eu assumisse o seu lugar na presidência do partido. Existe no regulamento institucional da Presidência da República, e também do partido, a proibição de acumulação de funções. Por conta disso, fiquei um ano como presidente regional interno. Depois, o Luiz Sérgio renunciou para se manter no ministério e eu assumi definitivamente a presidência regional do PT.

Assumir a presidência regional era assumir novos desafios. O principal deles era demonstrar habilidade política para construir alianças com interesses e tendências políticas diversas. Outro desafio era administrar e organizar o partido a nível interno e regional, construindo uma unidade partidária.

Eu levei para a presidência do partido a minha experiência em fazer política na Baixada Fluminense, como secretário de governo da Baixada, secretário da câmara de São João de Meriti por quase oito anos, e como administrador da Casa da Cultura, uma das ONGs mais importantes da Baixada. Esta minha experiência me levou a não privilegiar somente a questão política, mas também a organização e a estrutura interna do partido. Foi dessa forma que eu reestruturei todo o administrativo interno do partido e construí um espaço de gestão mais socializada. Outras ações foram realizadas sobre a minha gestão, como: a criação e visibilidade do site do PT; visitas periódicas a todas as microrregiões do partido em nível estadual, indo ao Norte, Sul Fluminense, Região dos Lagos e toda a Região Metropolitana.

Este é o meu jeito de fazer política e de administrar. Sempre gostei de fazer política visitando as lideranças, os diretórios e os núcleos do partido, animando e fortalecendo as suas organizações coletivas. Recuperei o fundo partidário e ajudei a construir a

concepção de que a organização partidária precisa se voltar para o partido como um todo e não privilegiando determinadas tendências. Outra ação que considero importante foi a criação de uma assessoria de imprensa mais ágil e organizada, que melhorou a comunicação do partido com a sociedade. Todas essas ações foram construídas coletivamente, deixando de lado o personalismo. Isso não é fácil de fazer, pois existem muitos interesses políticos individuais dentro do partido.

Nas eleições de 2012, eu atuei para que o partido pudesse manter e ampliar a sua representatividade política no estado do Rio de Janeiro. A minha estratégia de ação foi construir um grupo político, incluindo os deputados estaduais e federais, para o encaminhamento das decisões. Trabalhamos com visitas às microrregiões e garantindo a infraestrutura às bases partidárias locais. Investimos nossos recursos nos candidatos que não tinham a estrutura administrativa da prefeitura. Os que tinham essa estrutura ganharam todo o nosso apoio político. Os candidatos com mais dificuldades na campanha receberam todo o marketing, a arte da campanha, os jornais informativos das campanhas, os *jingles*, as pesquisas eleitorais e uma sala especial no Rio de Janeiro para receber os candidatos. Acredito que essas ações foram inovações na gestão partidária regional.

De todas as iniciativas que deram certo na minha gestão, entendendo que a mais positiva foi a construção da unidade partidária.

Acredito que um dos desafios que temos para frente é pensar a seguinte questão: como aprofundar a discussão com os setores da sociedade através das políticas setoriais? Esta não é uma dificuldade restrita ao PT, mas sim, de toda a sociedade. O que isso quer dizer? Que é preciso incorporar, nas instituições políticas, a pauta do público LGBT, da saúde, da educação, do meio ambiente, da juventude, as discussões raciais e de gênero, principalmente no que se refere à participação e ampliação da participação da mulher. Tem sido difícil, mas essa precisa ser uma política permanente. É necessário convencer todo o partido primeiro para, depois, debater essas temáticas com a sociedade.



Jorge Florêncio com as lideranças políticas – campanha a presidência do PT estadual – 2014.



Jorge Florêncio entrega o certificado a Dom Mauro pelos serviços prestados a cidadania – ABM, 2001.



Jorge Florêncio com Frei Tatá, importante nome da igreja católica da Baixada Fluminense.



Jorge Florêncio com Delmar José, militante e companheiro dos movimentos sociais.



Jorge Florêncio com o saudoso Pe. Agostinho Preto (uma das lideranças da Igreja Católica da Baixada Fluminense)



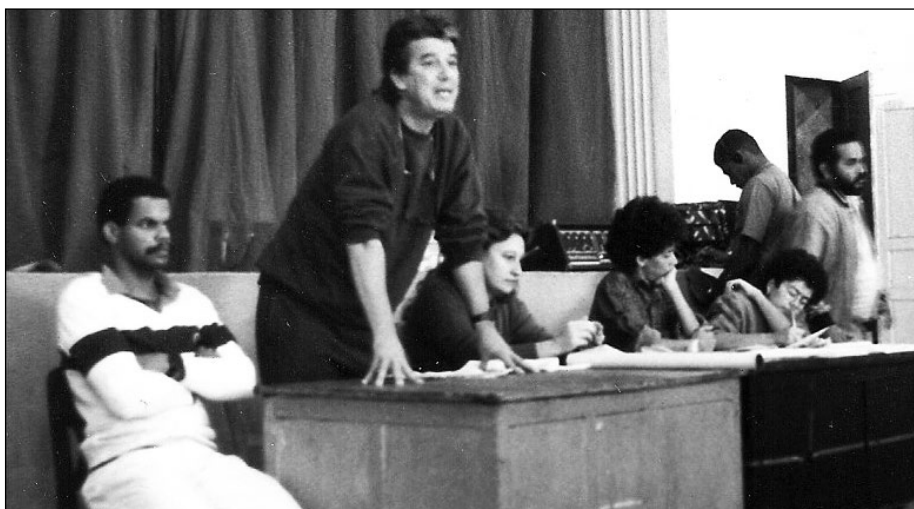
Ernani Coelho e Alfredo Marangoni, dois importantes militantes dos movimentos sociais, junto com Jorge Florêncio.



Jorge Florêncio com Leila Regina, militante e companheira na luta contra a discriminação racial.



Jorge Florêncio com Diestéfano Sant'Anna, militante e companheiro dos movimentos sociais.



Palestra do prof. Luiz Cesar Ribeiro em debate da ABM na Casa da Cultura.



Jorge Florêncio recebe a visita do Príncipe Charles na Casa de Cultura da Baixada Fluminense.



A equipe da ONG FASE e da universidade, com quem Jorge Florêncio desenvolveu inúmeros trabalhos. Da esquerda para a direita: Orlando Júnior, Mauro Santos, Tatiana Dahmer, Hélio Porto – equipe FASE; Ana Lúcia, Adauto Cardoso de Luciana Lago – equipe Observatório Metrópole (IPPUR/UFRJ).



Aniversário de 18° anos de ABM – Da esquerda para a direita: Uri Gomes, Valdenice, Alberto, Dom Mauro, Alzira, Maria José, Antônio de Carvalho, Gênesis, Cota.



Jorge Florêncio com a sua família. Da esquerda para a direita: a caçula Joana, a esposa Rosa, o filho Vinícius e a filha Letícia.



*Na esquerda Rosely Monteiro,
Assessora da ABM.*



O casal Rosa e Jorge Florêncio.



Dra. Maria Katia e marido.



*Maria Adelaide, Presidente
da Casa da Cultura.*

PARTE IV

Memórias de uma vida



*Jorge organiza e participa das manifestações
em prol da construção da unidade de saúde
em São João de Meriti, atual PAM (década de 1980).*



*Jorge Florêncio com
Valdenice dos Santos (Nice) e Maria dos Santos (Cota),
companheiras de movimentos populares – 2010.*

Pequena memória para um tempo sem memória²⁷

“A memória não se resume em um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas constitui-se mesmo num processo de luta em torno do que deve ou será guardado.”
(Gilmar Arruda, 2006)

Jorge Florêncio por ele mesmo

Esta última parte da biografia, veremos Jorge Florêncio em uma conversa franca, sincera e sem rodeios, onde ele fala por ele mesmo, discutindo assuntos polêmicos e revendo o que pensa sobre a família, os filhos, os movimentos sociais, a política, a sociedade, a Baixada Fluminense e o Partido dos Trabalhadores.

Se pudesse voltar ao tempo, o que corrigiria na sua vida e na sua militância?

Eu sempre penso que se pudesse voltar no tempo, eu estudaria mais. Sempre achei que foi um erro ter parado de estudar, não ter feito faculdade. Eu acho que isso poderia contribuir e muito para a minha formação e militância. Muitas vezes eu deixei de ter cargos importantes porque não tinha o ensino superior. Isso me atrapalhou muito. Até meus 23 anos, eu não tinha nem o 1º grau, eu tirei no artigo 99²⁸. Eu trabalhava na obra, nesta época, e ganhava um

²⁷ Letra e música de Gonzaga Jr., faixa quatro do álbum “A vida do viajante: Luiz Gonzaga e Gonzaguinha”, de 1981.

²⁸ Artigo que fazia parte da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de 1961 e que dizia o seguinte: Art. 99. Aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginasial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem observância do regime escolar. (Redação

salário mínimo e meio. Eu acho que a gente é fruto também do tempo em que a gente nasceu e do meio em que a gente cresceu. Outra coisa era ter pensando mais na minha vida pessoal, investi pouco nisso, deixei muito para trás.

Eu acho que a vida foi muito generosa comigo. Eu chego aos meus 60 anos com meus três filhos formados, com minha casa e minha vida, então são vitórias, são conquistas. Eu acho que eu devo muito a esse processo de democratização do país. Eu devo muito a uma visão de Igreja que acredita que os seres humanos, independentes de estudo e classe social, podem se desenvolver, crescer. Eu sou fruto também de uma mãe que veio de Minas e um pai do Nordeste, que precisava se agarrar em tudo para poder lutar e vencer na vida. O que me dava energia para trabalhar todo dia, inclusive sábado e domingo, era a consciência política que eu adquiri e, também, a clareza de que para eu me manter, eu tinha que ser muito capaz, eficiente e disciplinado para poder sobreviver. Eu criei estratégia de vida, sempre pensei assim. Quando eu entrei na FASE, por exemplo, andava de chinelo de dedos, mas comprei bens e fiz minha casa. Eu sempre ficava olhando a vida política e a realidade, porque se você não tem recursos para sobreviver, você não consegue fazer a política.

Seus filhos estão todos eles formados, são jovens e trabalham como você. Que valor acha que passou para eles?

Uma coisa que meus filhos têm, graças a Deus, são os conceitos éticos e morais. Eu acho que quando não se tem isso, aí a coisa não funciona, não dá certo. O problema da Baixada Fluminense é de miséria, a falta de políticas públicas, mas acho que o problema mais grave é de afetividade. O que eu trago sempre comigo é ter um comportamento íntegro, ético. Talvez eu pudesse estar até melhor de vida se entrasse em alguns modelos, mas eu me mantive fiel a minha trajetória de vida. Eu, inclusive, sobrevivo deste reconhecimento. Eu fico tranquilo porque eu olho para minha família, esposa e filhos, e percebo que mantive uma coerência ética, moral e política ao longo dos anos.

dada pelo Decreto-Lei nº 709, 1969) (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

Como você se relaciona com seus filhos?

Eu acho que nos primeiros anos das crianças, eu tive uma preocupação mais protetora. A Rosa foi importante na criação dos meus filhos, porque ela é muito dedicada, é mais racional do que eu, tendo a visão prática das coisas. Eu acho que, com toda a minha origem e formação mais rude, eu sou mais sentimental. A minha preocupação sempre foi garantir a meus filhos estudos e autonomia para que eles possam ser alguém na vida.

Eu os coloquei na escola particular e isso foi um sacrifício financeiro danado, pois consumia boa parte do dinheiro que eu ganhava na FASE. Foi o coletivo que me fez mudar essa ideia, pois uma vez, em conversa com padre Adelar, Junior e outros, fui convencido a colocar meus filhos na escola pública, pois tínhamos que dar o exemplo e coisa e tal. Isso deu uma diferença financeira danada.

Eu me dediquei sempre à família, isso é um exemplo que eu herdei da minha mãe. Claro que eles não tinham as condições que eu tinha, mas tem uma coisa que minha mãe me ensinou que foi o seguinte: “a gente não deve interferir na vida e no processo das escolhas dos filhos”. Eu não me envolvo muito nas escolhas que meus filhos fazem na vida deles, apenas aconselho. A Rosa fica mais preocupada, porém, eu digo que a gente tem que ter o papel de aconselhar. Se eles “quebrarem a cara”, eles terão que assumir a responsabilidade pelos os seus atos.

Eu acho que a família ainda é o núcleo fundamental da nossa civilização e de formação. Neste sentido, a minha formação familiar me ajudou a sustentar a minha família atual.

Fale um pouco sobre a sua família.

Eu nunca gostei de misturar família com negócios, como arrumar emprego para meus filhos se prevalecendo da minha posição ou ocupação. Acho uma vitória meus filhos terem se formado. Vinicius é formado em relações internacionais, Letícia é bióloga e a Joanna é psicóloga. Todos eles atuam no movimento popular.

Essas coisas me fazem pensar e refletir sobre a relação que mantive, e mantenho, com minha família. Teve um momento, por

exemplo, em que eu acho que fui muito machista, pois não queria que a Rosa trabalhasse. Ela resistiu. Tivemos brigas pesadas por conta disso. Eu acho que ela estava certa. Ela foi trabalhar no peito mesmo. Eu ficava preocupado em relação à mulher trabalhar. Eu me lembro que certa vez eu fui vigiar ela na hora de sair do trabalho. Nem sei se ela sabe disso. Eu era muito machista, talvez por conta da minha criação. Minha mãe, por exemplo, ficava em casa cuidado dos filhos e lavando roupas. Quem trabalhava era meu pai e ele era muito machista. Eu acho que ainda trago esse traço de machismo, pois você não consegue tirar isso totalmente de você, mas hoje eu já tenho outra cabeça.

Fale das suas referências culturais como, por exemplo, porque passou a gostar de futebol e virar torcedor do Botafogo.

Eu sinceramente não sei porque passei a torcer pelo o Botafogo. Talvez porque eu fui, em 1967, assistir ao time do Botafogo no Maracanã, que foi campeão naquele ano. O que sei é que sempre tive uma paixão pelo Botafogo. Eu ia ao estádio do Maracanã para ver o Garrincha jogar. Achava ele o máximo. Eu acho que ele foi o motivo que me levou a torcer pelo Botafogo.

Eu ouvia os jogos pela rádio, pois naquela época não tinha essa coisa de televisão não. Escutava a narração do jogo feita pelo Waldir Amaral. Isso foi e ainda é muito forte na minha vida, pois, sem eu perceber, eu faço isso até hoje. E olha que teve momentos tristes, pois o Botafogo ficou uns vinte anos sem ganhar campeonato. Eu acompanhei o time do Botafogo com o Garrincha, o Zagalo e o Rildo. Depois veio aquela geração do Paulo César Caju, Jairzinho, Roberto, o Carlos Alberto e o Gérson. O Botafogo ganhou muitos torcedores neste período, onde, inclusive, a base da seleção brasileira, neste período, era formada por jogadores do Botafogo e do Santos.

Nos últimos anos, eu não vou mais para o estádio assistir o jogo, mas sempre estou acompanhando o time. No começo, por exemplo, do meu envolvimento com a política, e até hoje, se tiver uma reunião política na hora do jogo, tem que ser uma coisa muito importante. O jogo do Botafogo para mim é sagrado. Eu às vezes

saio com a minha esposa para passear, nos domingos, e digo a ela: “vamos logo que cinco horas eu quero ver o jogo do Botafogo”.

Por que nunca se mudou da Baixada Fluminense? O que te prende aqui?

A questão econômica tinha um peso, pois ter que sair daqui e refazer tudo é complicado. Outra coisa é a seguinte: eu não me vejo morando em apartamento e, também, por conta da Igreja, eu não consigo me imaginar não morando em São João de Meriti. Essa coisa do espaço pode ser uma coisa conservadora, mas é minha identidade. Aqui eu conheço todo mundo e as pessoas me reconhecem. A minha vida toda está na Baixada Fluminense.

O que precisa ser feito, em sua opinião, para fortalecer os movimentos populares na Baixada Fluminense.

Eu acho que há uma caracterização de movimentos sociais bastante difusos. Às vezes parece que não há movimentos, mas eles existem.

Com o processo de redemocratização do país, ocorre um fortalecimento dos partidos políticos, das ONGs, dos poderes públicos, paralelo ao advento das redes sociais. Hoje a comunicação é instantânea e está conduzindo a uma nova concepção de movimentos sociais, com uma nova configuração das manifestações coletivas, como as ocorridas a partir de julho de 2013. Este contexto atual é bastante ambíguo: se por um lado percebemos uma forte dinâmica individualista, por outro, também, assistimos a uma intensa produção de mobilizações populares.

Os prefeitos, por mais conservadores que sejam, foram obrigados a abrirem *sites* de transparência política, ampliando este canal de interação social, recebendo, frequentemente, críticas de suas gestões. Recordo que no passado, sequer recebiam representantes da sociedade civil para ouvirem críticas. A Câmara Municipal de São João de Meriti, no passado, oferecia muita resistência na disponibilidade de informações de suas demandas legislativas. Hoje apresenta grande parte das informações digitalizadas.

Como foi ter passado boa parte da sua juventude na Igreja?

A Igreja Católica supria a falta de oportunidade cultural que não existia para juventude na Baixada Fluminense. Eu fui à peça de teatro, poesia, música e participei de festivais culturais. Eu vivia boa parte da minha vida na igreja. Os lugares culturais de amizade e de namoro, para mim, se resumiam à igreja, fora isso, às vezes ia ao cinema em Coelho da Rocha.

A Igreja Católica, no final da década de setenta, fazia muitas atividades culturais, como os festivais de música, excursões, acampamentos e várias atividades voltadas à juventude. Era tudo muito coletivo. Eu fui o coordenador do primeiro festival de música de Vilar dos Teles, em 1974, no qual teve cem músicas inscritas. Eu participei de muitas paradas dos jovens. Era uma coisa conservadora, porém importante na minha formação, pois fazíamos retiro e, por conta da rigidez das regras, aprendemos muita coisa, principalmente a ter disciplina e a desenvolver a questão da espiritualidade. Ali aprendia muita dinâmica de grupo e participava de atividades culturais intensas. Isso se aproxima muito com o que os carismáticos fazem hoje. Eu me recordo que tínhamos uma coisa que eu achava muito boa, que era o fato de fazermos uma dinâmica em que avaliávamos, em roda, um por um, onde havia críticas construtivas, levantamentos de pontos positivos e negativos. Aí você refletia sobre o que as pessoas dizem e procura preservar os seus valores positivos e melhorar os negativos.

A disciplina, portanto, eu aprendi na Igreja Católica e está muito presente em mim. Se, por exemplo, vou a alguma reunião marcada, eu chego um pouco antes. Se é para discutir algum ponto, eu me preparo para a reunião e/ou debate, trazendo propostas e reflexões já feitas. As reuniões que eu proponho são sempre coletivas, onde eu gosto de colocar todos em roda e colocar todos para se olharem e dizer o que estão fazendo e pensando. Eu fiz isso lá no PT e fui mudando aos poucos. Isso veio da Igreja, das experiências das dinâmicas.

Em sua opinião, qual o papel que a Igreja exercia quando você começou a frequentá-la e que papel ela exerce hoje? Quais eram e quais são, atualmente, as bandeiras da Igreja?

No período da ditadura militar, passando pelo processo de redemocratização do país e chegando até o começo dos anos 90, a Igreja serviu como guarda-chuva da democracia. Não se tinha entidade popular, como os movimentos sociais, sindical e comunitária. A sociedade praticamente se desestruturou e, a partir do povo da Igreja, determinadas discussões voltaram, como a luta pela cidadania, o debate sobre o papel do Estado e a consciência de que as pessoas têm que lutar pelos direitos. Tinha também a coisa da realidade concreta, que era melhorar a porta da sua casa, fazer asfalto, saúde, saneamento e educação. A Igreja também recebeu muitas pessoas que vieram da Europa, como italianos, franceses e portugueses, e essas pessoas já viam de países democratizados e com estrutura política. Eu acho que a Igreja, neste período, teve um papel decisivo, inclusive através da CNBB, com Dom Aloísio e Dom Ivo Lorscheiter, Dom Mauro Moreli, Dom Adriano Hipólito e a vanguarda de São Paulo.

Essa ação progressista da Igreja sofreu abalo grande com a entrada de Bento XIV, que foi o cardeal que mandou calar o Leonardo Boff. Com ele, a Igreja Católica se afastou dos movimentos sociais. A Igreja Evangélica já tem um processo de conservadorismo natural, mas a Igreja Católica era diferente das demais, pois ela se movimenta num plano mundial, com isso, mudam-se bispos e padres progressistas, colocando pessoas mais conservadoras e mudando, também, a estruturação da Igreja. Se antes tudo quanto era organização vinha dos quadros da Igreja Católica, hoje dá para dizer que a Igreja não está participando em nada dos movimentos sociais. Ela tomou uma decisão de se voltar para dentro. Tem-se um padre ou outro que ainda participa. Aqui tinha o Padre Adelar, mas a palavra dele não influencia mais. Tem o Frei Tatá que vem sozinho, a paróquia não vem com ele. Nova Iguaçu tem uma referência maior de representação, mas influencia pouco. Influenciou para eleger o Ferreirinha (Carlos Ferreira). Caxias, praticamente nada, e olha que tinha uma influência forte. No Rio de Janeiro

também foi assim. Isso tudo porque se criam modelos e aí se percebe que a Igreja é mais forte do que o padre. Ela cria vigília de oração e estudo de catequese que muda o foco.

Hoje o peso representado pelo Alessandro Molon e Reimont e o que eles representam dentro do PT é a questão da ética e da honestidade. No entanto, são inúmeros os candidatos que representam setores conservadores dentro da Igreja nos últimos anos. Do ponto de vista da representação parlamentar de católicos, a predominância é de conservadores sobre progressistas. O grupo que mais cresce é o representado pelos carismáticos, que são denominados pelo termo “nova igreja”. Do ponto de vista religioso e político, este grupo pertence ao setor conservador da Igreja. Um exemplo desta representação parlamentar conservadora da Igreja é a deputada Myrian Rios.

Quando pensamos na mudança recente que ocorreu na chefia da Igreja Católica com a escolha do novo papa, Francisco, penso que precisamos de mais tempo para formar uma opinião sobre as linhas de ações que a Igreja vai seguir com seu papado, se haverá mudanças do ponto de vista do conservadorismo da instituição. No entanto, percebemos algumas novidades, como a ênfase na caridade, na humanização e no desapego à riqueza. Mas ainda é cedo para pensar em mudanças estruturais na Igreja, pois alguns tabus ainda persistem na Igreja, como o celibato, o machismo e a resistência à incorporação de novos valores sociais. As últimas mudanças significativas ocorreram no período do papa João XXIII, entre 1958 a 1963, quando os padres deixaram de rezar as missas “de costas” e passam a celebrar “de frente” para o povo, substituindo também o latim pela língua local na celebração das missas. Esta é uma fase de transição da Igreja, ela vai ter que mudar, diante deste quadro atual, seja de perda de números de fiéis em comparação com outras religiões, seja de perda de credibilidade originada pelos escândalos envolvendo a relação de padres com a prática de pedofilia.

A Igreja, então, atualmente, tem apoiado políticos mais conservadores?

Antigamente, aqui em São João de Meriti, qualquer encontro de movimentos sociais, a Igreja Católica liberava seu salão. Hoje não são mais liberados, nem querem e nem permitem mais esse tipo de manifestação. Como se agora quisessem separar o sagrado e vissem tudo que está fora disso como uma coisa mundana, como se isso fosse pecado, mais ainda se for para o partido. Isso é uma hipocrisia, pois em várias paróquias aparecem lá os políticos, não o partido, mas a pessoa que é da igreja e está se candidatando. Este político arruma ladrilhos, vasos e faz obras na igreja e aí, politicamente, há um retrocesso, um atraso. A Igreja diz que não tem política, mas agradece a ele que fez as obras e que ajudou. Isso eu acho que é o que tem de mais atrasado. Outra coisa, também, o padre ficava mais de dez ou vinte anos na paróquia. Hoje, não, existe um constante rodízio para poder manter o poder central das dioceses, dos bispos. Dessa forma, aqueles que chegam não têm compromisso com nada.

Pode-se dividir a sua trajetória no PT em duas: uma mais radical e uma mais conciliadora?

Eu acho que não pode nem dizer que seja conciliadora. Tem o momento que você entra no partido e não conhece a política, não domina os mecanismos, inclusive para perceber e conhecer o que a população pensa e espera das pessoas. Tem outro momento em que você adquire a maturidade, a experiência e também percebe qual é a metodologia que você tem que usar para garantir e ter a confiança da população. Vamos pensar no que acontece. Você se coloca como candidato, tem um discurso melhor, fala bem, pode fazer tudo correto e, mesmo assim, a derrota eleitoral ser fragorosa. Então você tem que substituir alguns mecanismos, tipo, você tem que perceber que tem que eleger lideranças de esquerda, mas tem que construir instrumentos através da amizade, das relações humanas, tem que procurar as pessoas, tem que ganhar as pessoas e tem que ganhar o coração delas, senão tem que comprar. Somente o discurso,

você não ganha, pois você fala para as pessoas que estão em volta de você.

Eu posso dizer que do início da minha trajetória política até o final dos anos 1980, eu estava inserido num grupo de pessoas que queriam construir utopias, sonhos, com muita rapidez. Tínhamos um ímpeto radical e muita pressa para que ocorressem transformações sociais. Esta conduta radical foi importante no início porque produzia uma energia que alimentava nossa luta. Mas o amadurecimento posterior me mostrou que nesse mundo você cumpre um papel, e faz a sua parte, as mudanças acontecem gradualmente, são lentas, mas, definitivas. Do ponto de vista pessoal, me deparei com um processo de humanização por dentro dos movimentos populares.

Quais foram as pessoas que mais contribuíram para sua caminhada política?

Tiveram duas pessoas que contribuíram de maneira relevante na minha trajetória, uma delas é o padre Adelar. Este foi para mim um grande orientador, tanto espiritual quanto da militância política, contribuindo em todos os sentidos da minha vida. Outra pessoa que teve um importante papel de formulação política foi o Junior. Tivemos em torno de vinte anos de caminhada conjunta. Adelar teve grande contribuição do ponto de vista da participação política, enquanto que o Junior contribuiu no sentido da elaboração da política no plano da democratização e da formação ética.

Faça uma avaliação da sua experiência no mandato de presidente estadual do PT.

Ter exercido a presidência do PT regional foi um processo de grande riqueza de experiências. Isso fez com que eu pudesse aumentar a escala de ação estratégica. Minha perspectiva se ampliou para além da Baixada Fluminense, pensando o Estado como um todo, articulado à possibilidade de pensar em escala nacional. É uma outra dimensão política. Não é mais uma questão restrita de leitura ou de alianças políticas, mas, uma questão ampla de passar a analisar e mapear o Estado de maneira política e de fazer

uma disputa no plano real. Os desafios são maiores: as ações nos campos das desigualdades sociais, da ampliação da cidadania, da cultura tornam-se mais complexas. É muito difícil você promover processos de redistribuição de renda. Quem controla os meios de produção, exerce forte resistência a este propósito. Se o PT foi decisivo na formação de lideranças, no processo de organização dos movimentos sociais, na mudança do plano da cultura política – propondo inversão de prioridades, orçamento participativo, participação da juventude - ao longo das décadas de 1980 e 1990, neste momento, o PT está vivendo um período muito difícil, no qual está há doze anos no poder central, mais de vinte anos que vem assumindo prefeituras, mas as disputas permanentes de poder vão afastando o partido do que é estratégico na luta do socialismo e da democratização do estado. Por exemplo, uma das questões centrais é a permanente formação de lideranças dos movimentos sociais. O PT vem incorporando muitos quadros que possuem uma visão patrimonialista, ao passo que vem perdendo voluntariado. Este é um problema muito sério. No entanto, acredito que o PT é uma importante ferramenta de transformação social e eu quero atuar dentro do PT para promover mudanças. Eu considero ser possível realizar mudanças. O PT tem que se preparar para o momento em que não terá mais o poder central, e se ele não tiver construído bases neste plano, certamente passará a viver uma crise profunda. Mas reafirmo a importância do PT a nível nacional, principalmente por ter, em seus quadros, duas lideranças de esquerda de reconhecimento nacional e internacional, que são os companheiros Luis Inácio Lula da Silva e a Dilma Rousseff.

Linha do tempo

Acontecimentos gerais	Ano	Vida de Jorge Florêncio
Fundação da Associação de Moradores de São João de Meriti: Vinte e um de Abril	1950	Os pais de Jorge Florêncio chegam ao Rio de Janeiro.
	1954	Jorge Florêncio nasce em Areia Branca (Belford Roxo) no dia 30 de janeiro.
	1955	Nasce Rosani, irmã de Jorge Florêncio.
É fundada uma das primeiras associações de moradores de Nova Iguaçu (Jardim Gláucia).	1956	
É criada a Associação Jardim Re-dentor em Nova Iguaçu.	1958	Nasce Rose, segunda irmã de Jorge Florêncio.
	1960	Nasce José, terceiro irmão de Jorge Florêncio.
	1962	Nasce Marcos, quarto irmão de Jorge Florêncio.
Criação da FAFEG (Federação de Associação de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara) - dia 12/06.	1963	
	1965	Nasce Luiz, quinto irmão de Jorge Florêncio.
	1966	A família de Jorge Florêncio se muda para a Praça da Bandeira (São João de Meriti) no dia 08/07.
	1967	A família de Jorge Florêncio sofre com as enchentes que afeta a Baixada Fluminense, perdendo tudo que tinha.
	1968	Nasce Simone, sexta irmã de Jorge Florêncio.
Criação da FAFERJ (Federação de Associação de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro)	1974	
	1975	Jorge Florêncio criou uma música sobre a Baixada Fluminense, na época da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.
Começa a formação do Movimento Amigos de Bairro (MAB) de Nova Iguaçu.	1977	

Criação da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro)	1978	Jorge Florêncio começa a participar da FAMERJ.
Sindicatos e UNE voltam a atuar.	1979	
	1980	Jorge começa a participar da coordenação estadual da Pastoral Operária.
	1981	Filia-se ao PT (a convite do Padre Adelar), assume, numa das missas da Igreja Católica, a condição de operário da construção civil e casa-se com Rosa Maria.
Eleições Gerais.	1982	Candidata-se a deputado estadual pelo PT e obtém mais de dois mil votos.
	1983	Participou do MUB (abril), atuou na criação da ABM (outubro), deixa de exercer a profissão de operário da construção civil (pintor de paredes), vai trabalhar na ONG FASE (em 01/03) e vira uma liderança pastoral.
	1984	Participa da fundação do Comitê de Saneamento da Baixada Fluminense (11/11). Organiza a caminhada de mil pessoas em São João de Meriti por saneamento. Participa do encontro com o governador Brizola e com o seu secretário de obras, reivindicando saneamento para a Baixada Fluminense. Organiza a passeada ao Palácio Guanabara para cobrar promessas e obras na Baixada Fluminense. Nasce Vinicius, seu primeiro filho.
Movimento Diretas Já. PCB e PCdoB voltam à legalidade.	1985	É eleito tesoureiro da FAMERJ, na chapa que ganha a eleição tendo Chico Alencar como presidente da instituição. Torna-se representante latino-americano dos movimentos populares pela FAMERJ. Participa da instalação da CEDAE em São João de Meriti, como representante da FASE e do Comitê de Saneamento. Participa da inauguração do Plano de Saneamento Básico da Baixada Fluminense.

	1986	Nasce Letícia Ribeiro de Oliveira (em 15/01), sua primeira filha. Ajuda a eleger Ernani Coelho a deputado estadual (com 8.128 votos).
	1987	Nasce Joana Ribeiro de Oliveira (em 21/08), sua segunda filha. Em fevereiro deste ano, Jorge, com outras lideranças populares de São João de Meriti, funda o CAC (Centro de Atividades Comunitárias), entidade popular atuante na área educacional.
É criada a UBM (União Brasileira das Mulheres). Enchentes na Baixada Fluminense.	1988	Candidata-se a vereador de São João de Meriti e obtém 960 votos. É um dos idealizadores do projeto Reconstrução de Casas.
	1991	É um dos principais fundadores da Casa da Cultura, tornando-se presidente por dois mandatos (91-94; 94-97).
	1992	Concorre, na eleição municipal, ao cargo de prefeito.
	1994	Coordena a campanha de Lula na Baixada Fluminense.
	1995	Participa do Programa Baixada Viva, do governo do estado. É um dos organizadores do livro “Saneamento ambiental na Baixada Fluminense: Cidades e gestão democrática”.
	1996	Deixa a ONG FASE. É eleito vereador pelo município de São João de Meriti, obtendo 1.861 votos.
	1997	Estabelece, em lei, a Semana de Consciência Negra.
	1998	Jorge participa do grupo de fundadores do Centro Comunitário da Rua Baiana, do Centro Comunitário do Parque Independência e do Bloco de Enredos Independentes da Praça da Bandeira.
Programa Baixada Viva se transforma no Programa Nova Baixada	1999	Participa da fundação do Centro Comunitário Jardim Paraíso.
	2000	Candidata-se à reeleição a vereador de São João de Meriti (obtendo 2.788 votos), porém, mesmo sendo o sétimo candidato mais votado, o partido não obtém legenda.

	2001	Recepciona o Príncipe Charles na Casa de Cultura da Baixada Fluminense. Transforma o bloco carnavalesco Independente da Praça da Bandeira em Escola de Samba. É um dos organizadores do mutirão de combate à desnutrição materno-infantil. Inaugura o Observatório de Políticas Públicas
Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente.	2002	Torna-se secretário estadual da Baixada Fluminense no governo da Benedita da Silva. Institui o programa Crescer. Consagra-se, como presidente de honra, campeão do carnaval carioca pelo grupo E pela Escola de Samba Independente da Praça da Bandeira.
	2003	Volta a ser presidente da Casa da Cultura por mais dois mandatos (2003-2006 e 2006-2008). Consagra-se, como presidente de honra, bi-campeão do carnaval carioca pelo grupo D pela Escola de Samba Independente da Praça da Bandeira.
	2004	Candidata-se a prefeito de São João de Meriti, obtendo 22.770 votos. Como presidente de honra, é tri-campeão do carnaval carioca pelo grupo C pela Escola de Samba Independente da Praça da Bandeira.
	2005	Torna-se secretário geral e financeiro da Câmara de Vereadores de São João de Meriti. Permanece nesta função até 2012.
	2008	Candidata-se a vice-prefeito na chapa de Marcelo Simão, que obteve 40,8% (104.887) dos votos.
	2012	Assume a presidência estadual do PT.
	2013	Inicia a elaboração de sua biografia.
	2014	Lança sua biografia.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio. Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: entre história e memória. São Paulo: Edusa, 2006.

BETTO, Frei. Lula: Biografia política de um operário. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: editora Brasiliense (Coleção primeiros passos, nº19), 1981.

CANCIAN, R. Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Gênese e atuação política (1972-1985). São Carlos: Edufscar, 2005.

CASAGRANDE JUNIOR, Walter; RIBEIRO, Gilvan. Casagrande e seus demônios. São Paulo: Globo, 2013.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Marcelo Cardoso da. Orçamento público e a democracia local: entre o real e o mito. Um estudo de caso sobre o município de São João de Meriti. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ELIAS, Norbert. Mozart, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ENNE, Ana Lúcia. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. Rio de Janeiro: Revista do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF, 2004, nº14.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução Vera Mello Joscelyne. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais - 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARRIS, John. The Dark Side of the Moon: os bastidores da obra-prima do Pink Floyd. Tradução Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MACEDO, Marcelo Ernandez; VIEIRA MAIA, Juliana Guaraná; MONTEIRO, Maria Gabriela (Org). Sociedade em movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express / UERJ / Secretaria de Obras, 2007.

OLIVEIRA, Jorge Florêncio. Saneamento ambiental na Baixada cidadania

e gestão democrática: avaliação do programa Reconstrução-Rio na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

PARANÁ, Denise. O filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula. São Paulo: Xamã, 1996.

SANSONE, Livio. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. In HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003.

SOUZA, Marlúcia S. “Imagens da cidade de Duque de Caxias”. In: Revista FEUDUC/CEPEA/PIBIC, nº 2, 2000.

A história dos movimentos sociais da Baixada Fluminense está permeada de fatos marcantes. Em boa parte destes fatos, Jorge Florêncio esteve presente, tendo sido formado dentro da militância católica progressista e das associações de moradores, onde se tornou uma das suas lideranças. Ancorado em valores e na metodologia das dinâmicas de grupo da Igreja Católica, Florêncio formou grupos sociais e políticos que se organizaram e lutaram por melhorias para a região. Como assessor educacional da ONG FASE, vereador meritiense, secretário de estado da Baixada Fluminense e liderança do PT não foi diferente. Conhecer a trajetória desta liderança popular da Baixada, como a de tantas outras, é uma forma de compreender um pouco a formação de movimentos sociais nas regiões periféricas do Brasil e perceber o potencial transformador desses movimentos. É uma história que merece ser valorizada, pelo que representou e representa para a formação de novas lideranças.

